

CLEONICE MEIRELES DE MACEDO

**MEIO AMBIENTE NA PERCEPÇÃO DOS MORADORES DAS
OCUPAÇÕES RIACHO DOCE E PANTANAL NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO IGARAPÉ TUCUNDUBA - BELÉM - PARÁ.**



Belém – Pará

Agosto/ 2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

CLEONICE MEIRELES DE MACEDO

**MEIO AMBIENTE NA PERCEPÇÃO DOS MORADORES DAS
OCUPAÇÕES RIACHO DOCE E PANTANAL NA BACIA
HIDROGRÁFICA DO IGARAPÉ TUCUNDUBA – BELÉM – PARÁ.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará como requisito parcial ao título de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dra. Olinda Rodrigues.

Belém - Pará

Agosto/ 2008

CLEONICE MEIRELES DE MACEDO

MEIO AMBIENTE NA PERCEPÇÃO DOS MORADORES DAS OCUPAÇÕES RIACHO DOCE E PANTANAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO IGARAPÉ TUCUNDUBA - BELÉM - PARÁ.

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Serviço Social, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Olinda Rodrigues (Orientadora) PPGSS/UFPA

Prof^ª. Dra. Rosa E. Acevedo Marin (Examinadora Externa) PDTU/
NAEA/UFPA

Prof^ª. Dra. Joana Valente Santana (Examinadora Interna) PPGSS/UFPA

Belém - Pará

Agosto/ 2008

A todos os moradores das ocupações Riacho Doce e Pantanal na Bacia do Igarapé Tucunduba, em especial aos integrantes do Comitê Ambiental que ainda resistem bravamente na luta pela preservação do meio ambiente, pelo resgate do igarapé Tucunduba e por uma sociedade mais justa e ambientalmente possível.

AGRADECIMENTOS

A Deus e a minha família que sempre foram importantes para mim.

A Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Serviço Social.

A Prof^ª.dra. Olinda Rodrigues, pela orientação, contribuições teóricas, paciência, compreensão e apoio no decorrer do curso e na elaboração desta dissertação.

Aos membros da banca de qualificação e da defesa, professoras Joana Valente e Rosa Elizabete Acevedo Marin, pelas observações e críticas construtivas, que possibilitou o aprimoramento desse trabalho.

A professora Maria José de Souza Barbosa pelo incentivo e estímulo em realizar este trabalho e a todos os professores do curso pelas valiosas contribuições teóricas.

Ao meu companheiro e amigo Janmerson Lustosa, pela colaboração e compreensão.

As colegas Liza Castelo Branco e Luciana Pereira Tavares com quem compartilhei etapas desse trabalho.

A todos os integrantes do Comitê Ambiental do Tucunduba, em especial à dona Fátima, seu Sabá, dona Edna, dona Paiva, dona Emiliana, seu Élcio, Rogério e Domingos.

Aos colegas do IAGUA, que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

“A grande extensão do teu leito é uma dádiva divina, fertiliza a terra que esse povo habita. No vai e vai de tuas águas, trabalhamos na preservação de tuas matas. Unimo-nos em comitês para ver você crescer. Reflorestamos tua margem e um meio ambiente nos oferecer. Não queremos que morra e tua comunidade sofra”.

Reinaldo Salinos, poeta, morador do Riacho Doce (2004).

RESUMO

O trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa realizada junto aos moradores das áreas ocupação Riacho Doce e Pantanal, localizadas à margem direita do igarapé Tucunduba, no Bairro do Guamá na cidade de Belém. O interesse pela pesquisa se deve a observações cotidianas da prática profissional realizada junto aos mesmos em um projeto de intervenção urbanística com o resgate do igarapé Tucunduba, garantindo a navegabilidade, oportunidade

em que, observamos o grande interesse dos moradores pelo meio ambiente, que se organizaram em um Comitê Ambiental para lutar em defesa do meio ambiente e por políticas públicas que garantisse a qualidade de vida dos mesmos. A abordagem utilizada foi à qualitativa por considerar a dinâmica social e a relação sujeito objeto. A coleta de dados foi através da pesquisa bibliográfica e documental, observação de campo, oficinas e grupo focal. Observou-se que o grande interesse pelos moradores pela temática ambiental está intimamente ligada à relação deles com o igarapé Tucunduba, tão importante para eles economicamente, culturalmente e historicamente.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Urbanização. Meio ambiente. Igarapé Tucunduba.

ABSTRACT

The work presents the result of a research accomplished the residents of the areas of occupation Riacho Doce and Pantanal close to, located to the right margin of the igarapé Tucunduba, in the Neighborhood of Guamá in the city of Belém. The interest for the research is due to daily observations of the professional practice accomplished the residents close to in a project of intervention urbanity with the ransom of the igarapé Tucunduba, guaranteeing the navigability, opportunity in that, we observed the residents' great interest for the environment, that they were organized in an Environmental Committee to struggle in defense of the environment and for public politics that guaranteed the quality of life of the same ones. The

used approach went to the qualitative for considering the social dynamics and the relationship subject object. The collection of data was through the bibliographical and documental research, field observation, workshops and focal group. It was observed that the great interest for the residents for the thematic environmental it is intimately linked to their relationship with the igarapé Tucunduba, so important for them economically, culturally and historically.

Key Words: Development. Urbanization. Environment. Igarapé Tucunduba.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS

- | | |
|--|----|
| Mapa 1 – Localização da Bacia do Tucunduba | 54 |
| Mapa 2 – Localização da Bacia do Tucunduba e os Bairros | 57 |

FIGURAS

- | | |
|--|----|
| Figura 1 – Sonho de um igarapé não poluído com peixe e navegável | 66 |
| Figura 2 – O igarapé antes de ocupação com árvores e barco navegando | 68 |
| Figura 3 – O igarapé Tucunduba já poluído, com o leito ocupado e lixo boiando | 72 |

FOTOS

Foto 1 – O leito do igarapé assoreado e ocupado por palafitas	62
Foto 2 – Vista aérea da ocupação Riacho Doce à margem do igarapé Tucunduba	78
Foto 3 – Vista aérea da ocupação Pantanal à margem do igarapé Tucunduba	78
Foto 4 – Membros do CCPP, CFM e CAT em reunião à margem do igarapé	81
Foto 5 – Membros do CAT e CFM na luta pelo resgate do igarapé e políticas públicas	82
Foto 6 – Membros do CAT, na luta pelo resgate do igarapé Tucunduba	83
Foto 7 – Moradores na caminhada pela paz e pelo resgate do igarapé Tucunduba	87
Foto 8 – Reforma de barco à margem do igarapé Tucunduba	87
Foto 9 – O uso do igarapé para a realização do círio fluvial de N.sr ^a . Aparecida	88
Foto 10 – A cultura ribeirinha de tomar banho no rio	89
Foto 11 – A importância do igarapé par a economia local. Entrada de madeira	90
Foto 12 – Plantio de mudas à margem do igarapé	91

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

AMVP – Associação de Moradores Unidos do Pantanal
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAT – Comitê Ambiental do Tucunduba
CCPP – Conselho de Controle e Participação Popular
CCRD – Centro Comunitário Doce e Pantanal
CNMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CFM – Conselho de Fiscalização e Monitoramento
CMA – Conselhos de Meio Ambiente
CSE – Centro Sócio-Econômico
CMMDD – Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento
DABEL – Distrito Administrativo de Belém
DABEN – Distrito Administrativo do Benguí
DAENT – Distrito Administrativo do Entroncamento
DAGUA - Distrito Administrativo do Guamá
DAICO - Distrito Administrativo de Icoaraci

DAMOS - Distrito Administrativo de Mosqueiro
DAOUT - Distrito Administrativo de Outeiro
DASAC – Distrito Administrativo da Sacramentoa
ECT – Empresa de Correios e Telégrafos
ESA – Educação Sanitária e Ambiental
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IAGUA - Instituto Amazônico de Planejamento Gestão Urbana e Ambiental
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MOC – Mobilização e Organização Comunitária
MOTUAT – Movimento pela Titulação e Urbanização da área do Tucunduba
NUMA – Núcleo de Meio Ambiente
ONGS – Organização não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PEDEB – Plano Diretor de Esgotos de Belém
PMB – Prefeitura Municipal de Belém
PDL – Plano de Desenvolvimento Local Sustentável da Bacia do Tucunduba
PDLRP – Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal
PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PPFT – Programa Piloto de Proteção de Florestas Tropicais
PT – Partido dos Trabalhadores
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFPA – Universidade Federal do Pará
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
INTRODUÇÃO.....	14

1. MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.....	17
1.1. Contexto histórico, aspectos conceituais, trajetória e concepção.....	16
1.2. Desenvolvimento sustentável: um novo modelo ou “uma” nova roupagem do desenvolvimento econômico.....	22
1.3. Desenvolvimento Local: “uma nova via alternativa?”.....	28
1.4. O Brasil e a Amazônia o contexto do desenvolvimento e meio ambiente.....	29
2. CIDADE, URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE.....	32
2.1. As cidades no contexto da urbanização e as conseqüências ao meio ambiente.....	31
2.2. A Amazônia no contexto da urbanização.....	36
2.3. Meio Ambiente Urbano e Sustentabilidade.....	39
3. A CIDADE DE BELÉM: ASPECTOS HISTÓRICOS E TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS.....	44
3. 1. Belém, cidade de rios e igarapés.....	43
3.2. Transformações ocorridas na paisagem e no espaço físico.....	45
3.3.A expansão da cidade e a constituição do urbano em Belém.....	47
4. IGARAPÉ TUCUNDUBA: A VIDA AINDA PASSA POR ESSE RIO.....	54
4.1. Contextualização, caracterização e transformações ocorridas na Bacia do Igarapé Tucunduba.....	53
4.2. A história viva: transformações no meio ambiente natural da Bacia do Tucunduba.....	64
4.3. As ocupações Riacho Doce e Pantanal: histórico, localização e dados gerais.....	74
4.4. Macrodrenagem e urbanização da Bacia do Tucunduba.....	79
4.5. O Comitê Ambiental do Tucunduba.....	81
4.6. Meio Ambiente na percepção dos moradores do Riacho Doce e Pantanal.....	83
CONCLUSÃO.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97
ANEXOS	

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é fruto do aprofundamento de trabalhos realizados anteriormente nas ocupações Riacho Doce e Pantanal, localizadas na Bacia do Tucunduba, no Bairro do Guamá, que resultou em duas monografias, um artigo e uma cartilha que será lançada brevemente.

A primeira monografia denominada de “Educação Ambiental no Tucunduba: a atuação do comitê ambiental, concepções e práticas”, foi elaborada em 2004, pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (NUMA) e procurou analisar as concepções e práticas que foram utilizadas na Bacia do igarapé Tucunduba pelo trabalho de educação ambiental e a atuação do Comitê Ambiental do Tucunduba (CAT) em prol do resgate do igarapé e da melhoria do meio ambiente. O segundo texto constituiu-se em um artigo denominado de “Esse rio é nossa vida: meio ambiente e educação ambiental no Tucunduba”, lançado em 2004, pela Editora Paka Tatu, com o apoio da Prefeitura Municipal de Belém e que faz uma reflexão sobre a relação que os moradores têm com o igarapé Tucunduba, tanto no aspecto cultural, histórico e econômico. O terceiro trabalho resultou em uma outra monografia denominada de “Memórias dos Moradores sobre o Igarapé Tucunduba”, realizado no ano de 2005, pelo Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal do Pará, que aborda a memória dos moradores que vivem as margens do igarapé. Além, de uma cartilha que será lançada brevemente, denominada de “História de luta e conquistas dos moradores do Riacho Doce e Pantanal no Igarapé Tucunduba – Belém”, através do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), coordenado pela Universidade Federal do Amazonas em parceria com várias entidades, do qual fizemos parte da equipe de pesquisa, e como o próprio nome diz aborda a história de luta e conquista dos moradores a partir dos depoimentos deles. A nossa inserção na Bacia do Tucunduba se deu a partir de 2001, através da Prefeitura Municipal de Belém, no Plano de Desenvolvimento Local Sustentável da Bacia do Tucunduba (PDLS) do qual fazíamos parte da equipe multidisciplinar.

Foi a partir dessa experiência, que observamos o grande interesse dos moradores pelo meio ambiente, o que nos instigou a iniciar a pesquisa, aliada ao interesse que sempre tivemos pelo tema ambiental. A partir daí até os dias atuais, estabelecemos um relacionamento muito próximo com os sujeitos locais, o que facilitou a nossa investigação e foi de suma importância para a realização de todos os trabalhos, além de ter sido muito importante para o nosso aprendizado.

O trabalho ora apresentado é um aprofundamento de todos os trabalhos supra citados, e o objetivo foi investigar o que é meio ambiente na percepção dos moradores do Riacho Doce e Pantanal, cujos resultados mostraram que o grande interesse dos sujeitos locais pelo meio ambiente, está relacionado à grande importância que o igarapé tem na vida cotidiana dos mesmos, tanto culturalmente, quanto historicamente e economicamente.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de investigar o que é meio ambiente na percepção dos moradores das áreas de ocupação Riacho Doce e Pantanal, ocupações localizadas na margem direita do Igarapé Tucunduba, no Bairro do Guamá. A elaboração da proposta de investigação se deu a partir do momento em que percebemos o grande interesse dos moradores locais pelo tema meio ambiente.

A necessidade de realizar o presente estudo incluiu entre outras razões a relevância científica e social do tema, bem como a demanda crescente nas diversas áreas do conhecimento, exigindo soluções imediatas para a sociedade como um todo.

Os objetivos da pesquisa foram investigar o que é meio ambiente na percepção dos moradores do Riacho Doce e Pantanal e identificar os fatores que levaram os mesmos a se mobilizarem em torno da temática ambiental.

Partimos da hipótese de que os moradores têm grande interesse pelo tema meio ambiente em virtude de termos observado uma relação muito forte deles com o igarapé Tucunduba, por serem, em sua maioria, oriundos de cidades ribeirinhas, sendo o igarapé importante para os mesmos tanto o aspecto econômico, o cultural e o histórico.

Outra hipótese foi a de que o interesse pelo tema meio ambiente esteja ligado a questão de sobrevivência para os moradores locais, pelas condições de insalubridade em que viviam - antes da implantação do projeto de urbanização implementado pela Prefeitura Municipal de Belém - sob constantes alagamentos, muito lixo e alto índice de doenças.

A abordagem utilizada foi a qualitativa, porque considera a dinâmica social, a relação sujeito e objeto, onde o observador é parte integrante do processo. Por ser esta abordagem, aquela que se utiliza de técnicas qualitativas, aplicadas para captar idéias, atitudes, opiniões, sentimentos, expectativas e aspirações dos informantes acerca do objeto estudado e por considerar a relação entre os sujeitos, o contexto sócio cultural, onde o sujeito é parte integrante do processo.

O estudo utilizou uma metodologia apoiada na pesquisa bibliográfica e documental, observação de campo, registro fotográfico, entrevista semi-estruturada, oficinas de pintura e desenho, grupo focal, deixando os participantes à vontade para discorrerem sobre o tema.

Outros dados como registros fotográficos e em diário de campo também foram importantes para a coleta dos dados ao longo da pesquisa.

Priorizamos também uma abordagem baseada no vínculo de amizade e de proximidade conquistada ao longo de sete anos que estivemos presentes no cotidiano desses moradores. A pesquisa contou com a participação de diversos sujeitos sociais, a maioria mulheres, integrantes do Comitê Ambiental do Tucunduba. Utilizamos também material acumulado de pesquisas anteriores – pesquisa bibliográfica, documental e de campo – através de técnicas da observação participante, bem como a utilização de entrevistas realizadas em pesquisas anteriores.

A obtenção de dados se deu através da observação participante e de entrevistas semi-estruturadas, com 06(seis) moradores das duas áreas, entrevistas estas que seguiram um roteiro básico, agendadas previamente e gravadas com o consentimento dos sujeitos pesquisados que foram importantes para a realização da pesquisa qualitativa, por capturar as situações e os fenômenos do cotidiano das áreas pesquisadas, bem como fotografias, anotações em diário de campo e ainda o relacionamento estabelecido com as pessoas observadas para atingirmos os objetivos propostos.

Uma outra técnica utilizada para captar informações dos moradores da área foi uma oficina de desenho e pintura, oportunidade em que se perguntou sobre o que é meio ambiente para os moradores e, os mesmos responderam através de desenhos sobre sua própria realidade cotidiana. Tal oficina envolveu 15 pessoas entre adultos e crianças na faixa etária de 06(seis) a 12(doze) anos.

A coleta de dados tanto através da entrevista como na oficina de desenho e pintura se deu após prévio contato com os sujeitos pesquisados, quando foram informados sobre a importância e o objetivo e da necessidade de suas informações. A seleção dos pesquisados levou em consideração pessoas residentes nas duas áreas, de ambos os sexos, escolaridade, profissões diversas, engajados ou não em alguma organização comunitária, empregados e desempregados.

As entrevistas que seguiram um roteiro básico, ocorreram na residência dos mesmos ou em local e horário previamente agendados. Os pesquisados tiveram total liberdade de se expressar quanto às informações prestadas e foi garantido o sigilo, o respeito à linguagem, os valores e a cultura dos mesmos. A oficina de desenho e pintura ocorreu em espaço localizado na área Pantanal.

Utilizamos também a técnica de grupo focal, que é uma técnica de pesquisa rápida através de grupos com até 10(dez) pessoas, que permite conhecer as idéias e opiniões do grupo, pois permite uma reflexão coletiva a respeito do tema pesquisado. Participaram do grupo 07(sete) integrantes do Comitê Ambiental, e teve um mediador que conduziu o grupo,

um observador e um relator. A coleta de dados foi feita a partir duas perguntas a seguir: 1) O que é meio ambiente para você? 2) O que levou você a participar do Comitê Ambiental?¹

A etapa de análise e interpretação dos resultados da pesquisa de campo se constituiu na organização dos dados, transcrição das gravações, organização dos relatos que em seguida foram articulados e interpretados a luz do referencial teórico que deu sustentação ao processo de investigação.

Quanto às categorias priorizou-se meio ambiente, desenvolvimento, urbanização, sustentabilidade, cidade, ocupação do espaço urbano, bem como as transformações ocorridas em Belém e na Bacia do Tucunduba. Para trabalharmos o conceito de desenvolvimento em suas diversas acepções, nos valem das contribuições de Recances, Gabriela Scotto, Tânia Fisher, Daila Maimom, Ignay Sachs, e outros. Quanto à problemática ambiental, nos baseamos em Fernand Braudel, Hobsbawm e Paulo Freire Vieira e, para discutir a questão da cidade, urbanização e sustentabilidade os trabalhos de alguns autores como: David Harvey, Jean Lojkine, Henri Ascelrad, Maimon, dentre outros.

A referida dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo procuramos fazer reflexões a respeito da relação entre meio ambiente e desenvolvimento, analisado o contexto histórico, trajetória e concepção dessas duas categorias. O segundo capítulo apresenta um breve resgate teórico das cidades no contexto da urbanização e as conseqüências ocorridas no meio ambiente, enfatizando esse processo na região Amazônica.

Já o terceiro capítulo refere-se à cidade de Belém, aspectos históricos e transformações no espaço urbano, os rios e igarapés que faziam parte da cidade e que ao longo do tempo foram degradados. No quarto e último capítulo abordamos a contextualização, caracterização, as transformações ocorridas, assim como os aspectos históricos na Bacia do Tucunduba. E finalmente apresentamos a contribuição sobre o meio ambiente na visão na percepção dos moradores das ocupações Riacho Doce e Pantanal, onde são apresentados e analisados os relatos dos mesmos sobre o tema.

1. MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

¹ Roteiro em anexo

1.1. Contexto histórico, aspectos conceituais, trajetória e concepção.

O conceito de desenvolvimento surge no século XIX, expressando o progresso tecnológico e agregando interesses e intenções diversas. Recanses (2000) avalia que nesse processo duas conotações se evidenciam, uma que diz respeito ao processo histórico de transição para uma economia moderna, industrial e capitalista e, outra que vê o desenvolvimento como qualidade de vida, eliminação da pobreza a partir da melhoria dos indicadores de bem estar material.

Porém o que se constata é que o desenvolvimento colonial capitalista não conseguiu eliminar a pobreza, ao contrário, impulsionou o aumento das desigualdades sociais, que chegou a patamares incontáveis. O desenvolvimento que sempre foi entendido como progresso e crescimento econômico se tornou um dos pilares da sociedade industrial. Sobre isto, afirma Scotto et al. (2003, p.16),

O desenvolvimento foi então identificado com crescimento econômico, tecnológico, urbano e a internacionalização da lógica da acumulação e da produção capitalista em todas as esferas da vida social. Um modo de vida desenvolvido ou 'moderno' foi estabelecido como um caminho evolutivo, linear e inevitável a ser trilhado pelas sociedades subdesenvolvidas para a superação da pobreza e do atraso.

Nesse sentido, o desenvolvimento configura-se numa combinação de dois elementos: crescimento econômico e modernização tecnológica. Esse modelo de desenvolvimento, sempre foi prejudicial aos países em desenvolvimento, onde a maioria da população vive sob condições socioeconômicas adversas, com baixa renda, falta de moradia digna e com atendimento precário no que se refere à saúde e à educação.

Apresentando-se como um conceito polissêmico, historicamente, o conceito de desenvolvimento vai agregando adjetivos (econômico, regional, local, dentre outros) que serviram para reforçar o discurso do progresso e da modernidade e sugerindo estratégias para produzir mudanças sociais.

No século XX, no Brasil sob a lógica desenvolvimentista, se sobressai o desenvolvimento urbano. Fischer (2000) argumenta que nesse século o desenvolvimento urbano se destaca representando intervenções em áreas periféricas com o uso das grandes máquinas de terraplanagem, de drenagem e outros que criavam as cidades modernistas. A partir da década de 40, o conceito de desenvolvimento foi utilizado para disseminar a ideologia do desenvolvimentismo.

Recanses (2000) afirma que o conceito de desenvolvimento passa a ser utilizado como estratégia de disseminação da ideologia desenvolvimentista, ao aprimorar a relação

transversalizada entre desenvolvimento e progresso, progresso e modernidade e modernidade como superação do tradicional.

Outra conotação importante assumida sob a lógica desenvolvimentista é o de integração, que de acordo com Fischer (2002, p.19), “A UNESCO, meados dos anos 70 define desenvolvimento integrado como um processo total, multirrelacional e que inclui todos os aspectos da vida de uma coletividade, suas relações com o resto do mundo e de sua própria consciência”.

É importante destacar que desde suas origens o conceito de desenvolvimento esteve aliado à noção de crescimento econômico e ao “progresso”, e sempre foi criticado pelos efeitos perversos que promoveu e porque sempre impôs um padrão societário. Scotto et al. (2007) afirma que “As sociedades que não corresponderem a este ideal de “povo desenvolvido” teriam legitimidade de suas opções políticas, econômicas e estilos de vida classificados como atrasadas”.

Maimon (1993, p. 54) destaca que o “conceito de progresso” tem sua base de sustentação na lógica desenvolvimentista. Entretanto, o desenvolvimento voltado para objetivos de crescimento econômico, e com vistas à acumulação de capital industrial, a novos mercados de consumo e beneficiando apenas uma minoria, se mostrou ecologicamente predatório, no que se refere ao uso dos recursos naturais, socialmente perverso, porque aumentou a pobreza e as desigualdades e, politicamente censurável no que se refere aos direitos humanos e as demais espécies.

Estes enfoques modificaram-se no tempo e podem ser resumidos, segundo Maimon (1993, p.54-65) em quatro tipos: desenvolvimento como sinônimo de crescimento; desenvolvimento enquanto etapa; desenvolvimento como processo de mudança estrutural e desenvolvimento sustentável. A preocupação com o meio para resolver problemas de qualidade de vida é falsa e as necessidades básicas, o nível de emprego, entre outras prioridades sociais não são contempladas.

Percebe-se que no debate sobre o desenvolvimento, a perspectiva dominante era de que o crescimento econômico, por si só, seria condição necessária e suficiente para o desenvolvimento econômico. Percebe-se também que há controvérsias sobre os conceitos, que ainda não foram esclarecidos, como observa Oliveira, *apud* Scatolin (1989, p. 06),

Poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que tem prestado tanta controvérsia. Conceito como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, tem sido usados freqüentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejulga, indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento.

Embora os estudiosos tentem dar ao conceito de desenvolvimento um incremento de que este deve melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, Banerjee (2006), menciona que o desenvolvimento sempre favoreceu o novo imperialismo. A criação do subdesenvolvimento e a emergência de uma nova percepção do ocidente e do resto do mundo não contribuíram para a melhoria da qualidade de vida, ao contrário, ainda hoje os países do Terceiro Mundo sofrem os efeitos desastrosos de terem entrado no plano de desenvolvimento, que na verdade produziu o endividamento e a exploração.

Quanto a isto Scotto et al. (2007, p.18) observa que a política de desenvolvimento para esses países,

(...) além da marginalização cultural de muitos setores populares e tradicionais, gerou uma outra situação que foi a contração de empréstimos e financiamentos que se traduziram numa pesada dívida externa que acompanhou este momento de ‘ajuda’ internacional para o desenvolvimento e segue ainda hoje demarcando relações de poder no campo da ordem econômica internacional.

Souza (2003), afirma que é comum estudiosos fazerem referências de que os “benefícios” provenientes do desenvolvimento econômico resultam em melhoria de “indicadores sociais”, como o aumento da taxa de adultos alfabetizados ou da redução da mortalidade infantil. Porém, questiona ainda o referido autor, quem acredita que os benefícios sociais sejam produtos do crescimento econômico ou da modernização tecnológica? Souza (2003, p.96), argumenta que,

Desde a década de 50, a preocupação com o desenvolvimento - sendo a palavra normalmente tomada como uma simples forma abreviada de se referir ao desenvolvimento econômico - inspirou a construção de ideologias, a criação de cátedras universitárias, instituições de cooperação técnica internacional e a redação de milhares de teses acadêmicas.

É certo, porém, que o desenvolvimento econômico não contribuiu para a melhoria dos indicadores sociais, ao contrário, o “preço” do desenvolvimento, foi o aumento da dívida externa, da submissão das agências internacionais e de outras mazelas sociais, em especial nos países ditos subdesenvolvidos. Esse modelo de desenvolvimento não foi capaz de melhorar a vida das pessoas, apenas causou mais problemas e aliado a tudo isso também causou a destruição do meio ambiente. Banerjee, *apud* Escobar (1995, p. 7) observa que,

O real sucesso do desenvolvimento foi a sua capacidade de sintetizar, organizar e gerir e direcionar populações inteiras e países num sistema unitário, resultando na colonização e dominação das ecologias humana e natural. Na era pós-colonial, esses mecanismos de controle são ainda mais fortes, se exercidos através de instituições internacionais, tais como Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio ou por políticas governamentais de industrialização e modernização.

Tudo isso gerou insatisfações com o modelo de desenvolvimento capitalista, individualista e degradador do meio ambiente, que prima pela sociedade de consumo, ameaçando os recursos naturais. Assim desde o início da década de 1960, os movimentos sociais da época começaram a questionar o referido modelo. Conforme Scotto et al. (2003, p.17),

Os questionamentos à sociedade industrial e ao que será designado por seus críticos como a 'ideologia do desenvolvimento' despontam já na década de 60, com os movimentos contraculturais e os movimentos ecológicos inconformados com o modelo materialista, bélico, individualista, competitivo e degradador do meio ambiente da sociedade de consumo.

Souza (2003) esclarece que na década de 1970, até mesmo os economistas conservadores, com o mínimo de bom senso, admitiam que o modelo de desenvolvimento vigente, com vistas apenas ao aspecto econômico era necessário, mas não levava em consideração programas específicos voltados para uma redistribuição de renda, assim como não atendia as necessidades básicas, não contribuindo, portanto para a melhoria dos indicadores sociais.

O desenvolvimento com a finalidade apenas de concentração de renda, de acumulação capitalista e da manutenção das desigualdades sociais contrapondo-se a um modelo societário que atingisse a maioria, não interessou ao indivíduo comum, conforme questiona Souza (2003, p.97-98),

[...] atribuir ao desenvolvimento econômico uma importância intrínseca, como se ele, em vez de um simples meio de produção de qualidade de vida e justiça social, fosse um fim em si mesmo. Pois, ninguém 'veste crescimento econômico' e 'se alimenta de modernização tecnológica', e uma vez que, entre o crescimento e a modernização, de um lado, e a satisfação das várias necessidades humanas. Se o desenvolvimento econômico por si só é insuficiente, ou pode até mesmo estar sendo conduzido de modo social e ecologicamente inadequado, que tipo de desenvolvimento, interessa ao indivíduo comum que não pertence às elites econômicas do planeta?

Sachs (2001) acrescenta que apesar da modernização tecnológica e de uma prosperidade sem precedentes do ponto de vista econômico, o século XX terminou em frustração, pois, a má distribuição de renda deixou para trás problemas sociais assustadores, com um horrendo histórico de guerras e genocídios causados por um sistema internacional que não foi capaz de promover a paz duradoura, a equidade e o desenvolvimento genuíno. Diante desse quadro sombrio analisado por Sachs (2001, p.157), destacam-se ainda nesse século dois lados distintos, conforme a seguir,

Por um lado, crescimento econômico e transformação tecnológica sem precedentes: por outro, a dramática condição social de tantas pessoas, cujas vidas estão

irrevogavelmente desperdiçadas. Uma conclusão óbvia pode ser extraída desse quadro de contrastes: o crescimento econômico, em si, não traz, automaticamente, o desenvolvimento, ou, por sinal, a felicidade [...] Uma situação muito mais comum, entretanto, é a do crescimento pela desigualdade, com efeitos sociais perversos: a acumulação de riqueza nas mãos de uma simultânea produção de pobreza maciça e deterioração das condições de vida. Nos casos extremos, estamos na presença do crescimento com des-desenvolvimento.

É, portanto, o crescimento econômico necessário ao desenvolvimento, desde que leve em consideração os aspectos sociais, a melhoria da qualidade de vida das pessoas, o aspecto humano e também o aspecto ambiental, diminuindo os impactos ambientais. Nas palavras de Sachs (2001, p.158),

O crescimento econômico, se repensado de forma adequada, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos, e colocado a serviço de objetivos socialmente desejáveis, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento. [...] Temos que aprender a distinguir entre os diferentes tipos de crescimento, uma variedade freqüente, embora inaceitável, é o crescimento selvagem, com custos sociais e ambientais insuportavelmente altos.

A lição que tiramos dessa análise é que o crescimento econômico é necessário e importante ao desenvolvimento, mas não apenas pela lógica do mercado, mas também pela lógica do desenvolvimento que considere o bem estar da pessoa humana, não só de uma minoria de privilegiados. Que também deve considerar a prudência com o meio ambiente, no uso dos recursos naturais, pois, o modelo de desenvolvimento predador da natureza, excludente e gerador de desequilíbrios sociais, baseado numa visão economicista, começa a ser alvo da crítica de muitos atores sociais, principalmente dos ambientalistas no mundo todo.

Scotto et al. (2007, p.19), observa que: “A consciência da crise ecológica nos anos 70 veio somar-se às constatações do fracasso do desenvolvimento na solução de problemas globais, denunciando a exploração ilimitada dos bens ambientais e a insustentabilidade social e ambiental por ele gerada”. É nesse contexto, continua afirmado Scotto et al. (2007, p. 19),

Que nos anos 80, um cenário de crise econômica e ambiental, se aprofunda a crítica à idéia de desenvolvimento, tomada como noção central do modelo social hegemônico. A constatação da falência do modelo desenvolvimentista e a crescente percepção da crise ambiental levam tanto a propostas que buscam os caminhos de superação deste modelo como também a iniciativas que vão no sentido de sua reformulação dentro dos marcos da lógica capitalista que o gerou. O debate ecológico é um dos cenários onde esta discussão se dá. Movimentos ecológicos que fazem uma crítica às raízes do sistema capitalista e seu uso do meio ambiente vão se contrapor a outros setores do movimento ecológico e das instituições internacionais que buscarão reformar a noção de desenvolvimento, buscado incorporar à idéia de desenvolvimento uma dimensão ambiental que este projeto inicialmente excluía de seu horizonte.

Depois de mais de duzentos anos de industrialização no mundo ocidental e mais de 50 anos de desenvolvimentismo no Terceiro Mundo, “os benefícios” alcançados pelos “formidáveis” planos para o progresso e pelos processos de modernização são no mínimo questionáveis. Apesar do avanço fenomenal da ciência, da tecnologia, da produção agrícola, a promessa de que o “desenvolvimento” erradicaria a pobreza no mundo, esta permanece e até de forma mais séria em várias partes do mundo, principalmente nos países do Terceiro Mundo.

O modelo de desenvolvimento, que propagandeia uma suposta melhoria na qualidade de vida, prega na verdade um falso progresso que só interessa a uma minoria de privilegiados, e traz sérias conseqüências sociais e ambientais, aumentando as desigualdades, marginalizando, excluindo, além de exaurir os recursos naturais, principalmente nos países do chamado Terceiro Mundo.

É neste cenário de discussões, debates e questionamentos em torno do modelo de desenvolvimento, fazendo críticas ao modelo capitalista e seu uso predador dos recursos naturais em favor de uma minoria e em detrimento da degradação social e ambiental que começa o debate sobre “outro” modelo de desenvolvimento, mais justo e menos excludente. Diante dessa mobilização em torno da melhoria da qualidade de vida é que surge a discussão por um “novo” conceito de desenvolvimento: o Desenvolvimento Sustentável.

1.2. Desenvolvimento Sustentável: um “novo” modelo ou uma “nova” roupagem do desenvolvimento econômico?

Maimon (1993) menciona que embora não dominante o debate e a reflexão sobre a relação meio ambiente e crescimento econômico, iniciaram-se no final da década de 1960. Prevalciam na oportunidade duas posições: de um lado uma que apontava os “Limites do Crescimento”, isto é, o crescimento exponencial ilimitado incompatível com a disponibilidade limitada dos recursos naturais, conseqüentemente, a única saída para salvar o mundo da catástrofe resumia-se em parar o crescimento imediatamente - eram os catastrofistas do crescimento zero, inspirados no Relatório do Clube de Roma e, de outro lado, havia aqueles que afirmavam que a problemática ambiental fora inventada pelos países desenvolvidos para frear a ascensão do Terceiro Mundo e que, quando a renda percapita aumentasse, retornar-se-ia a discussão sobre a deterioração ambiental.

Vale ressaltar que o Relatório de Roma propunha o crescimento zero e foi denominado de Limites do Crescimento, baseado em teses neomalthusianas, sugeria o controle populacional como forma de evitar o crescimento acelerado da população. O referido relatório

conclui que era pessimista o futuro da humanidade, se as tendências do crescimento populacional não fossem freadas.

É nesse contexto de propostas e críticas aos limites do desenvolvimento que surge o conceito precursor do Desenvolvimento Sustentável, o ecodesenvolvimento, que segundo Scotto et al. (2007, p.24), “Foi apresentado em 1973, por Maurice Strong e teve seus princípios formulados por Ignacy Sachs. O ecodesenvolvimento buscava superar a polarização do debate, que oscilava entre a defesa do desenvolvimento sem limites e uma visão catastrofista sobre os limites do crescimento”.

O ecodesenvolvimento buscava uma via intermediária que levasse a um desenvolvimento orientado pela justiça social em harmonia com a natureza, de forma a satisfazer as necessidades fundamentais das pessoas desprovidas de condições básicas de sobrevivência como habitação digna, saúde, educação e outros. Previa também uma harmonia positiva com a natureza, rompendo com o crescimento selvagem, baseado na ação predatória da natureza. Segundo Scotto et al. (2007, p.25), Sachs define o ecodesenvolvimento como,

Um processo criativo de transformação do meio com a ajuda de técnicas ecologicamente prudentes, concebidas em função das potencialidades deste meio, impedindo o desperdício inconsiderado de recursos, e cuidando para que estes sejam empregados na satisfação das necessidades de todos os membros da sociedade, dada a diversidade dos meios naturais e dos contextos culturais. As estratégias do ecodesenvolvimento serão múltiplas e só poderão ser concebidas a partir de um espaço endógeno das populações consideradas. Promover o ecodesenvolvimento é, no essencial, ajudar as populações envolvidas a se organizar, a se educar, para que elas repensem os seus problemas, identifiquem as suas necessidades e os recursos potenciais para conceber e realizar um futuro digno de justiça social e prudência ecológica.

Analisando o conceito de ecodesenvolvimento definido por Sachs, percebe-se que ele reconhece uma concepção de desenvolvimento que leve em consideração os aspectos sociais, ambientais e econômicos que deram origem ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, em debate desde os anos 90 e que permanece em debate até os dias atuais. Scotto et al. (2007, p.27) esclarece que,

O conceito de Desenvolvimento Sustentável nasce na esteira da crítica do desenvolvimentismo. A idéia de desenvolvimento e as promessas de melhoria social e superação da pobreza que esta encerrava foram duramente criticados, seja por sua inviabilidade, pelos negativos efeitos ambientais, ou ainda pela pequena capacidade de generalizar os benefícios gerados pelo crescimento. Neste sentido, o desenvolvimento foi denunciado como ideologia ou ainda, como denominou Celso Furtado, um ‘mito’.

Scotto et al. (2007, p.28) observa que, “O conceito de desenvolvimento sustentável expressa as expectativas de uma reformulação do ideário do desenvolvimento, buscando responder, de alguma forma, as críticas sociais e ecológicas que emergiam de todos os lados”.

A noção de Desenvolvimento Sustentável tem sua origem a partir de um relatório de Brundtland encomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU) à Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Tem sua origem, portanto, na Conferência sobre Meio Ambiente Desenvolvimento (CDMA), realizada em Estocolmo e presidida pela ministra norueguesa Gro Brundtland, em meio às lutas dos movimentos ambientalistas, ongs, grupos de camponeses, índios. O relatório, publicado em 1987, foi posteriormente chamado de “Nosso Futuro Comum”, que defendia o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Segundo Maimon (2003, p.60-61),

O conceito de desenvolvimento sustentado tem três vertentes principais: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico [...] O desenvolvimento sustentado é aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder as suas necessidades.

Esse novo paradigma de desenvolvimento tenta dar respostas aos dilemas da humanidade e da preservação do meio ambiente, prevê o bem estar humano, garantindo a integridade ecossistêmica do planeta Terra, em especial, nos chamados países periféricos, com graves problemas sociais e ambientais.

É importante lembrar que a noção de Desenvolvimento Sustentável tem sua origem no debate internacional que teve início em Estocolmo na Suécia, em 1972 e foi consolidado vinte anos depois na Eco-92, no Rio de Janeiro, Brasil, em outra Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento onde participaram representantes de 178 países e que teve o objetivo de examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas depois da Conferência de Estocolmo e ainda de chamar a atenção dos habitantes do planeta Terra para as questões ambientais.

Nesta conferência foi elaborada a Agenda 21, um plano de ação para o século 21, visando a sustentabilidade da vida na Terra, que contém 40 capítulos tratando das dimensões econômicas e sociais; conservação e manejo dos recursos naturais, fortalecimento da comunidade e meios de implementação. Barbieri (1997, p.13-14), destaca que,

A Agenda 21 é programa de ação para implementar o desenvolvimento sustentável. É uma espécie de receituário abrangente para guiar a humanidade em direção a um desenvolvimento que seja ao mesmo tempo socialmente justo e ambientalmente sustentável [...] A Agenda 21 recomendava novas práticas sociais, econômicas e políticas, constituindo uma das contribuições mais importantes para alcançar a nova ordem internacional.

Embora se constitua num importante avanço, muito do que foi tratado na Agenda 21, não saiu do papel, muitos dos chefes de Estado que aprovaram as propostas e acordos, na verdade pouco fizeram para implementá-los em seus países. Segundo Rodrigues apud Seigerwald (1994 p.15),

Desde a Conferência sobre Meio Ambiente, realizada pela ONU em Estocolmo, passando pela Eco-92, veicularam-se dois mitos. O de que ‘os pobres são a causa principal da destruição do meio ambiente’ e o de que ‘o crescimento demográfico no hemisfério sul é o elemento determinante da degradação do meio ambiente’. [...] Na Eco-92 todas as resoluções oficiais fundamentais foram tiradas a partir de interesses consensualizadas dos países cêntricos, mais especificamente do G-7 [...] Os Estados Unidos da América negou-se a aceitar qualquer avanço no que diz respeito, por exemplo, à preservação da biodiversidade do planeta, tendo em vista a proteção dos lucros em suas empresas oligopolistas.

Apesar da grande variedade de interpretações existentes que surgiram a partir desse conceito oficial, esse novo conceito provoca nos dias atuais um grande debate na sociedade e não deixou de ter a sua importância, apesar de ser muito questionado, pois não houve grandes avanços na busca de soluções definitivas. Segundo Guimarães (1998, p.576), ao tratar da evolução do pensamento, sobre a crítica a questão do desenvolvimento, observa que,

(...) uma avaliação geral das alternativas propostas revela que não houve grandes avanços na busca de soluções definitivas, nem tampouco novas. O receituário continua obedecendo à farmacopéia neoliberal e segue incluindo os programas de ajuste estrutural, de redução dos gastos públicos.

Na verdade, o questionamento sobre os rumos do “progresso” implicou na crítica ao desenvolvimento e isso afetou os países bem sucedidos do ponto de vista econômico, ou seja, os países desenvolvidos que foram os que realmente causaram os danos ambientais não apenas em seus territórios como em suas colônias e que devastaram e que continuam devastando alguns países do Terceiro Mundo, inclusive aqueles que fornecem recursos naturais como é o caso do Brasil.

O Desenvolvimento Sustentável foi na verdade um esforço para tentar frear o desenvolvimento econômico predatório e excludente. Há na verdade várias interpretações a respeito do Desenvolvimento Sustentável, mas o objetivo principal é descrever um processo de crescimento econômico que não cause destruição ambiental, pois apesar de existirem inúmeras definições de Desenvolvimento Sustentável, a mais comum é a de Brundtland. Conforme Scotto et al. (2007, p.32), é no texto do relatório de Brundtland que foi apresentado pela primeira vez o conceito sobre Desenvolvimento Sustentável, destacando-se o seguinte,

A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável – de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem também as suas. O conceito de desenvolvimento sustentável tem, é claro limites, mas não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. Mas tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridos e aprimorados a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico. Para a comissão a pobreza já não é inevitável. A pobreza não é um mal em si mesmo, mas para haver desenvolvimento sustentável é preciso atender as necessidades básicas de todos e

dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor (CMMAD, 1988: 9-10).

A proposta do conceito de desenvolvimento sustentável de acordo com Brundtland, segundo alguns estudiosos se constitui como um modelo de desenvolvimento de monitoramento e controle internacional dos recursos naturais implementado pelos países cêntricos e em concordância com a ONU. Analisando este conceito, Scotto et al. (2007, p. 33), acrescenta que,

Ainda que reconheça os problemas sociais como parte fundamental dos problemas ambientais, este conceito é sustentado pela crença na idéia de um desenvolvimento baseado no crescimento econômico, dentro de uma lógica concorrencial de mercado. Assim, o desenvolvimento sustentável segue anunciando um futuro de oportunidades comuns, um mundo de maior equidade social e equilíbrio ambiental, sem abrir mão da idéia de que isto pode ser obtido com mais crescimento econômico nas condições sócio-políticas vigentes.

Percebe-se que, embora a intenção seja de tornar o mundo mais justo, este conceito foi elaborado ainda com a idéia voltada pela lógica econômica vigente, de consumo, de lucro, de relações de dominação.

Embora esse “novo” modelo coloque o ser humano no centro do processo de desenvolvimento, considere o crescimento econômico como um processo ecologicamente limitado, para que se alcance maiores níveis de bem estar humano, protegendo as oportunidades de vida das gerações atuais e futuras, respeitando a integridade dos sistemas naturais que garantam a existência de vida do planeta Terra, ele não promoveu tantas mudanças qualitativas ao bem estar humano e tampouco garantiu a integridade dos ecossistemas, especialmente dos países periféricos onde os problemas de pobreza, de desigualdades e exclusão continuam graves. Onde a justiça não é redistributiva, os serviços não são universalizados, permanecendo com deficiência nas políticas de educação, saúde e habitação, ou seja, não promove o bem estar dos mais desprovidos. Assim é necessário, por exemplo, que seja preservado as diversidades, os direitos das minorias, que o meio ambiente não seja degradado, que os recursos naturais não sejam exauridos.

Assim sendo, as possíveis soluções para a crise da civilização através do Desenvolvimento Sustentável, pouco contribui para a diminuição das diferenças. Não basta que este modelo traga em seu interior a sustentabilidade, é necessária uma mudança no próprio modelo dominante. Banerjee, *apud* Kikby et al. (2006, p.88) destaca que,

A abordagem de Brundtland ao Desenvolvimento Sustentável, ao objetivar o crescimento econômico, a preservação ambiental e a equidade, simultaneamente, pretende conciliar o inconciliável. Embora tais objetivos sejam dignos de louvor, há sérias preocupações a respeito de sua real possibilidade [...] As principais propostas da agenda de Brundtland incluem a mudança da ‘qualidade’ do crescimento, assegurando um nível populacional sustentável, conservando e fortalecimento a base de recursos, pelo gerenciamento da tecnologia dos riscos ambientais, e pela

incorporação de variáveis ambientais no processo de tomada de decisões [...] Encontros como o acordo internacional do Rio-92 e de Kyoto tem mostrado que as considerações ambientais não ganham prioridade quando elas se chocam aos interesses políticos, estratégicos ou nacionais. Em outras palavras, quando há um confronto entre interesses econômicos e os ambientais, os primeiros são os preferidos.

Apesar de o Desenvolvimento Sustentável estar na pauta de discussão de vários atores, como Organizações não Governamentais (ONGS), movimentos ambientalistas, instituições, criando um campo de diálogo, pouco se avançou e a pergunta que fica para reflexão é a seguinte: é possível aliar o desenvolvimento econômico (capitalista) com sustentabilidade sócio-ambiental? Sobre isso Scotto et al. (2007, p.90-91) afirma,

Para muitos atores sociais, a resposta à pergunta proposta deveria ser contundentemente negativa, pois estaria em jogo a ‘crise ambiental’, uma ‘crise’ da própria civilização moderna [...] Assim, as construções de sociedades sustentáveis (no presente e no futuro) são postas em cheque quando vislumbradas a partir das certezas impostas pela eficiência do mercado e da tecnologia. Dessa forma, uma resposta à indignação seria negativa, ou seja não seria possível alcançar a sustentabilidade sócio-ambiental através de estratégias vislumbradas no interior de uma lógica mercantil.

É evidente que o “novo” conceito de desenvolvimento que prevê a sustentabilidade, não só econômica, mas social e ambiental, suscita contestações, contradições, debates, pois passados mais de quinze anos da Rio-92 e vinte e cinco anos da Conferência de Estocolmo, as florestas continuam sendo devastadas, a poluição continua a todo vapor, o aquecimento global aumentou, a camada de ozônio ameaça a vida no planeta, os recursos naturais continuam sendo dilapidados, o consumismo e o lucro continuam sendo prioritários, além das milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, sem as mínimas condições de sobrevivência. Fernandes (2006, p.137) destaca que,

Se a proposta de Desenvolvimento Sustentável não implica um modelo efetivo de desenvolvimento, é preciso pensá-la em termos realistas. Com isso, queremos dizer que, ao nosso ver, essa proposta é na verdade, a de uma política ambiental global – elaborada e implementada por instituições tradicionalmente responsáveis por assegurar os processos de expansão do capital – de controle, gestão e monitoramento de recursos naturais, somente apresentada como uma alternativa aos estilos de desenvolvimento anteriormente praticados, com referência às estratégias de construção de sua plausibilidade.

O tão proclamado Desenvolvimento Sustentável não foi capaz de resolver a crise ambiental, em face de todos os problemas que o mundo vem atravessando e tendo em vista a associação de suas teses aos projetos neoliberais. Afinal, os problemas ambientais globais se agravaram, o aquecimento global, o efeito estufa, o buraco da camada de ozônio, esgotamento dos recursos naturais não renováveis, a acumulação do lixo tóxico e uma série de outras ameaças ambientais. De acordo com a análise de Oliveira (2001, p.11),

Poderíamos gastar bastante tempo para buscar as raízes etimológicas de desenvolvimento, mas essa aproximação não tende a render. Por isso, é melhor nos aproximarmos pela via do uso mais corrente. Esta é profundamente assimilada à noção de desenvolvimento econômico que ficou muito em voga nas décadas anteriores, hoje substituída no discurso dominante por crescimento [...] Há algum tempo, a ONU vem tentando recuperar a carga semântica do termo, com o índice de ‘desenvolvimento humano’, no qual as dimensões qualitativas adquirem dominância.

1.3. Desenvolvimento Local: “uma nova via alternativa?”.

Observa Fisher (2000), que na década de 1990, uma outra concepção de desenvolvimento entra em cena, o desenvolvimento local, que se apresenta como uma via alternativa à reestruturação do capital e se consolida como um instrumento ou estratégia de articulação intersetorial no combate a miséria e a pobreza.

Essa nova visão, contrária a visão tradicional, está emergindo no mundo todo, com a finalidade de melhorar as condições de vida a partir do local, onde o global é parte integrante e exige uma nova forma de gestão pública. No desenvolvimento local há o envolvimento de diversos atores, o conhecimento é voltado para a realidade, com ênfase no local, na sustentabilidade, levando em consideração à cultura, os valores, as habilidades locais. Segundo Oliveira (2001, p.13), essa proposta surge como um,

(...) paradigma alternativo à sociedade plagada de conflitos por todos os lados: o desenvolvimento local é apresentado como um ‘emplastro’ capaz de curar as mazelas, de uma sociedade pervertida, colocando-se no lugar bucólicas e harmônicas comunidades [...] O desafio do Desenvolvimento Local é o de dar conta dessa complexidade, e não voltar as costas para ela.

Na opinião de Zapata et al. (2001, p.18), o desenvolvimento local pressupõe um novo paradigma de desenvolvimento humano, que se orienta por resultados em quatro dimensões a seguir,

[...] econômica: resultados econômicos, com adequados níveis de eficiência através da capacidade de usar e articular fatores produtivos endógenos para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas locais e integrando redes de pequenas empresas [...] sócio cultural: maior equidade social, que contrapõe o acelerado processo de ‘apartheid social’, através de maior participação dos cidadãos e cidadãs nas estruturas do poder, tendo como referência à história, os valores e a cultura do território; [...] político institucional: novas institucionalidades que através da expressão política e maior representação dos segmentos sociais permitem a construção de políticas territoriais negociadas entre os agentes governamentais, do mercado e da sociedade civil, gerando um entorno inovador favorável às transformações da economia local e o resgate da cidadania; [...] ambiental: compreensão do meio ambiente como ativo de desenvolvimento, considerando o princípio da sustentabilidade em qualquer opção transformadora.

O desenvolvimento local é considerado, portanto, uma nova forma de promover o desenvolvimento, o que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, com a capacidade de suprir as necessidades imediatas, descobrindo as vocações locais. Segundo Dowbor apud BAVA (1996, p.29),

É necessário ter em conta que o desenvolvimento local precisa ser pensado não apenas de uma lógica economicista. É preciso conceituá-los sob uma roupagem não subordinada aos agregados macroeconômicos ou a eficiência das unidades de produção. Pretende-se uma visão de desenvolvimento que coloque o ser humano e os interesses coletivos e das maiorias como ponto central convergindo para a possibilidade de potencialização das capacidades dos indivíduos.

Constituiu-se, portanto o desenvolvimento local em uma nova alternativa de desenvolvimento, que privilegia os espaços locais, com uma concepção de gestão local ressaltado a participação dos sujeitos locais, privilegiando os saberes locais.

1. 4. O Brasil e a Amazônia do contexto do desenvolvimento e meio ambiente.

Nos países do chamado Terceiro Mundo, entre eles o Brasil, o modelo de desenvolvimento foi injusto e degradador e estes sofreram as conseqüências do desenvolvimento que produziu efeitos opostos como: subdesenvolvimento, endividamento e exploração. Segundo Furtado (1974), no caso do Brasil o desenvolvimento foi considerado como um mito, uma ideologia, que de fato em nada contribuiu para a melhoria do padrão de vida dos brasileiros, ao contrário, manteve as desigualdades sociais.

Em nome do desenvolvimento o Brasil teve uma postura favorável à ordem internacional. Na Conferência de Estocolmo, quando o país estava em plena fase do desenvolvimentismo, o representante brasileiro não apoiou qualquer atitude que fosse favorável ao desenvolvimento e meio ambiente. Pois para os governantes o que interessava era o desenvolvimento econômico a qualquer custo.

Somente após a Conferência do Rio-92 é que o Brasil assumiu uma postura em favor do desenvolvimento sustentável. A partir daí o Brasil assumiu uma nova postura, embora pouco tenhamos avançado para melhorar os indicadores socioambientais. Nesse contexto, é importante ressaltar, a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), do Programa Piloto para a proteção das Florestas Tropicais (PPFT), dos Conselhos de Meio Ambiente (CMA), da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e outros.

No caso da Amazônia, historicamente, o modelo político reproduzido na Amazônia, foi o mesmo reproduzido pela ordem internacional, com o agravante da enorme apropriação dos recursos naturais, o que resultou em grandes problemas sociais, ambientais e culturais na região. Na verdade, desde os primórdios, quando chegaram por aqui os primeiros mercantilistas a Amazônia passou a sofrer um processo de dilapidação.

No período da República, durante o “ciclo da borracha”, apenas se beneficiou o grande capital nacional e internacional, pois a região passou de fornecedora de especiarias para fornecedora de borracha para as indústrias européias e americanas. No final da década de 1950 e início da década de 1960, também em nome do desenvolvimentismo, a Amazônia torna-se um território privilegiado para a expansão do capital.

Já na fase da ditadura militar, esta arquitetou para a Amazônia um investimento pesado em infra-estrutura, com a implantação de grandes projetos, abertura de estradas, portos, concessão de incentivos fiscais, construção de hidrelétricas e outros, tudo em nome do desenvolvimento econômico. Com o desenvolvimento, vieram também à degradação ambiental e o agravamento dos problemas sociais.

Sob a égide de um Estado desenvolvimentista e autoritário os governos militares, promoveram políticas de desenvolvimento econômico baseado em interesses privados, onde beneficiava as corporações monopolistas da área da mineração e da metalurgia, incorporando um modelo de desenvolvimento que atingia os interesses do grande capital.

O desenvolvimento na Amazônia que sempre se deu sob a lógica do mercado, trouxe conseqüências desastrosas para a região, pelos conflitos fundiários gerados, dizimação de tribos indígenas e intervenções agressivas no ecossistema.

Esse modelo de desenvolvimento, que há muito tempo implantado na Amazônia, contraria o discurso oficial de que o desenvolvimento traria melhoria da qualidade de vida, ao contrário gerou um processo de exclusão territorial e social, de concentração fundiária, fomentando, a exploração degradante dos recursos minerais e florestais na região.

2. CIDADE, URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE.

2.1. As cidades no contexto da urbanização e as conseqüências ao meio ambiente.

Segundo Braudel (1997), a problemática ambiental existe desde quando surgiram as primeiras cidades medievais ainda no século XI. Mas, somente no século XIX, a burguesia ascendente foi obrigada a discutir a degradação ambiental, principalmente a questão do

saneamento urbano, como forma de estancar a proliferação de doenças que atingiam não somente os bolsões de pobreza, mas também os moradores dos bairros mais ricos. Loureiro (2002, p.37) afirma que,

(...) o início da vida em locais espacialmente definidos como as cidades levaram a crescente deterioração da qualidade de vida desde a Idade Média. Sob esse ponto de vista, destaca-se já nessa época, a impressionante precariedade das condições sanitárias e de higiene, resultando na morte de milhares de pessoas com relatos de desaparecimento de povoados inteiros.

A problemática ambiental acirrou-se consideravelmente com o modo de produção capitalista excludente que se impôs alicerçado no processo de industrialização, sem levar em consideração a destruição do meio ambiente. Assim em todo o planeta os problemas ambientais se agravaram simultaneamente ao aprofundamento da pobreza. Boff (1999, p.133) ressalta que,

Desde o começo da industrialização, no século XVII, a população mundial cresceu oito vezes, consumindo mais recursos naturais; somente a produção baseada na exploração da natureza, cresceu mais de cem vezes. O agravamento desse quadro com a mundialização do acelerado processo produtivo faz aumentar à ameaça e, conseqüentemente, a necessidade de um cuidado especial com o futuro da Terra.

O processo de industrialização provocou uma intensa migração campo-cidade, acelerando o crescimento das cidades industriais e o resultado foi uma alta concentração populacional constituída principalmente de trabalhadores pobres, expostos a um ambiente insalubre de trabalho e moradia. Não havia coleta de lixo, saneamento, infra-estrutura adequada. Os trabalhadores se amontoavam em cortiços e eram submetidos a longas e penosas jornadas de trabalho e a propagação de epidemias era altíssima. Conforme nos lembra Hobsbawm (1994, p. 223),

(...) só depois de 1848 quando as novas epidemias nascidas nos cortiços começaram a matar também os ricos, e as massas desesperadas que aí cresciam tinham assustado os poderosos com a revolução social, foram tomadas providências para um aperfeiçoamento e uma reconstrução urbana sistemática.

Com o advento do capitalismo e da revolução industrial, as cidades foram se urbanizando sob sua lógica, ocorrendo à migração do campo para a cidade, momento em que as pessoas atraídas pelos empregos ofertados pelas fábricas deixaram a vida no campo em busca de oportunidades nas grandes cidades. Originou-se assim um crescimento desordenado, eficaz ao processo de circulação de mercadorias, pois nela se acumula a produção de bens, serviços e trabalho vivo, elementos centrais na produção de mercadorias. Entretanto, as cidades, não estavam preparadas para essa avalanche de pessoas em seu território que foram

em busca de melhores condições de vida e chegando lá, não encontraram equipamentos urbanos que lhes oferecessem essa melhor condição.

Rodrigues (1996) deixa evidente que “a urbanização representa também processo e estruturação do espaço ambiente intra-urbano, seus determinantes econômicos sociais, políticos e os aspectos atinentes à qualidade de vida no espaço ambiente”.

Quanto à relação entre pobreza e o meio ambiente, Mueller (1997) observa que nas grandes cidades brasileiras é sintomático, pois a maioria da população enfrenta condições de vida precária, por morarem em áreas de encostas, ou propensas a enchentes ou estão sujeitos aos altos índices de poluição.

Vemos que o fenômeno do crescimento das cidades está ligado à industrialização e, especialmente ao processo de urbanização, que agravou a problemática ambiental nas cidades, pois a população sofre com a falta de tratamento de resíduos sólidos, com a poluição, com o crescimento das enchentes e outros, agravando assim a situação de pobreza. Para Hogan (2002, p.375),

(...) enquanto o desmatamento, a erosão do solo e o assoreamento dos rios têm preocupado muito os ambientalistas, é o meio ambiente urbano o que mais diretamente afeta o dia a dia dos brasileiros. Água poluída, esgotos não tratados, destinação inadequada de detritos são males ambientais há muito já controlados nos países desenvolvidos, mas que ainda são problemas que afetam a qualidade de vida dos brasileiros.

No âmbito das cidades contemporâneas a população sofre o efeito devastador da globalização². Os problemas sociais se acirram e na mesma proporção também aumentam os problemas ambientais, além das relações de precarização nas relações de trabalho há falta de infra-estrutura básica. Enfim, são muitos os problemas resultantes do modo de produção capitalista que se articula numa busca de respostas, como: habitações precárias, palafitas, enchentes, água contaminada, lixões e outros problemas que proliferam nos mais diversos países. Conforme Vieira (1993, p.25),

Desde a época da publicação dos relatórios preliminares à Conferência de Estocolmo (1972), os desafios associados aos fenômenos da degradação do meio ambiente (uso predatório de recursos naturais, explosão demográfica, hiperurbanização, industrialização poluente, assimetrias nas relações Norte-Sul, entre outras) têm sensibilizado a opinião pública em escala planetária. No decorrer das últimas décadas, passamos também a dispor de uma base mais extensa e confiável de evidência empírica que tende a corroborar a virulência dos chamados ‘problemas ambientais globais’. Classificam-se como tais, por exemplo, o agravamento do ‘efeito estufa’, os riscos embutidos nas alterações da camada de ozônio na atmosfera e a perda intensiva de diversidade biológica.

² Ver Boaventura de Souza Santos (org.). A Globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

Aliado ao desenvolvimento e a industrialização está o processo de urbanização das cidades, onde os espaços se organizam em função das relações de dominação e subordinação. O processo de urbanização além de ter marcado a vida nas cidades, também provocou a migração do campo para as cidades em larga escala e não garantiu a mínima infra-estrutura, agravando a segregação espacial e degradação social e ambiental. Sobre a segregação espacial, afirma Rolnik (1995, p.42-43),

Além de um recorte de classe, raça ou faixa etária, a segregação também se expressa através da separação dos locais de trabalho em relação aos locais de moradia. A cena clássica cotidiana das grandes massas se deslocando nos transportes coletivos superlotados ou no trânsito engarrafado são a expressão mais acabada dessa separação. [...] além da separação das funções de morar e trabalhar, a segregação é patente na visibilidade da desigualdade de tratamento por parte das administrações locais. Existem, por exemplo, setores da cidade onde o lixo é recolhido duas ou mais vezes por dia: outros, uma vez por semana: outros, ainda, onde o lixo, ao invés de recolhido, é despejado. As imensas periferias sem água, luz ou esgoto são evidências claras desta política discriminatória por parte do poder público, um dos fortes elementos produtores da segregação.

Rolnik (2005) destaca ainda que fica evidente que os muros visíveis e invisíveis que dividem a cidade são essenciais na organização do espaço urbano contemporâneo. Esses muros se manifestam através da segregação, quando se constroem condomínios fechados, onde as pessoas se isolam do mundo exterior. Se evidenciam também através dos locais de moradia, de trabalho e de classe. A visibilidade também se mostra por parte das gestões locais que reproduzem a segregação quando deixam as periferias quase sem nenhum serviço público.

Sobre a urbanização Cutter (1996, p.115) ressalta que “97% dos desastres ambientais ocorrem em países em desenvolvimento, e esta alta frequência é entendida como resultado do processo de urbanização desordenado acompanhado de uma intensa degradação ambiental”.

Segundo Fernandes (2000), as transformações econômicas, sociais, ambientais, tecnológicas e culturais geradas pela globalização, vêm provocando em todo mundo, intensos debates sobre seus impactos urbanos. Nesse contexto, os novos desafios urbanos que se apresentam a toda rede urbana mundial, independentemente do estágio de urbanização e desenvolvimento de cada país, são naturalmente mais acentuados nas grandes cidades, megacidades e metrópoles.

O Brasil, como os demais países da América Latina, apresentou intenso processo de urbanização, especialmente na segunda metade do século XX. Ao discutir tal processo Harvey (1980, p.265) cita que “o urbanismo não é apenas uma estrutura decorrente de uma lógica espacial, ele está ligado a ideologias específicas e, por isso tem certa função em moldar o modo de vida de um povo, podendo inclusive, se necessário, alterar a estrutura da base econômica de maneira fundamental”.

O processo de urbanização provocou a concentração de pessoas nas grandes metrópoles brasileiras, o inchamento da maioria das cidades médias, causando uma série de problemas sociais e ambientais. Grande parte da população sobrevive em situação degradante, morando em palafitas, nas ruas, sem emprego, sem esgoto, sem saneamento básico. Segundo Maricato (2003, p.6) tudo começou por conta de,

(...) uma dinâmica pela qual nossas cidades cresceram, a partir de um modelo excludente, perverso, de segregação e de ausência do direito à cidade para uma boa parte da população, ausência do direito às áreas verdes, de lazer, equipamento cultural, mas também coisas básicas como saneamento, transporte e habitação digna.

No Brasil, segundo estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), mais de 80% das pessoas estão nas cidades, sobrevivendo em sua maioria em situação degradante, habitando em favelas ou em palafitas, nas ruas, sem emprego, aumentando também a criminalidade e a violência. Assim, uma reflexão sobre a verdadeira causa da destruição do meio ambiente só surtirá efeitos positivos se levarmos em consideração a situação degradante em que estão submetidas às pessoas, tanto no meio urbano quanto no meio rural.

Dentro do contexto da urbanização nos deparamos com o fenômeno da ocupação do espaço urbano que vai se dando, de acordo com o interesse da lógica capitalista e com um aliado importante que é o Estado. Sobre essa relação, refere-se Rolnik (1995, p.54-55),

A lógica capitalista passa a ser então um parâmetro essencial na condução de uma política de ocupação da cidade, que se expressa também na intervenção do Estado. Para exercer esta intervenção, todo um aparelho de Estado vai ser organizado.

Acrescenta ainda Rolnik (1995, p.63) que “o espaço urbano é uma mercadoria cujo preço é estabelecido em função de atributos físicos, tais como declividade de um terreno ou qualidade de uma construção acessibilidade a centros de serviços ou negócios e/ou proximidade a áreas valorizadas da cidade”.

É evidente que um processo de urbanização concentrado e acelerado indica sérios problemas de ordem ambiental. Analisando-se os aspectos intra-urbanos desse processo, observam-se condições ainda mais impróprias para o meio ambiente e para a qualidade de vida da população urbana. Jacobi (1997) menciona que “no contexto urbano brasileiro os problemas ambientais têm se avolumado e a sua lenta resolução tem se tornado de conhecimento público pela virulência do impacto”.

Na atualidade, devido às transformações que vem ocorrendo nas últimas décadas, as cidades contemporâneas, além de sofrer com o fenômeno segregação sócio-espacial, da falta de políticas públicas, da imigração e da urbanização desenfreada, outro fenômeno vem

colocando novos desafios. Refiro-me ao fato de que os espaços urbanos, estão sendo preparados como mercadorias a serem negociadas, em um mercado competitivo, onde as cidades são vistas como uma empresa, com atributos a serem vendidos, o que implica na apropriação das cidades por interesses empresariais globalizados. De acordo com (Wainer, 2000, p.36),

Se durante largo período o debate acerca da *questão urbana remetia*, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do solo, *a nova questão urbana* teria agora, como nexos central a problemática da *competividade urbana*.

Vainer (2000), afirma ainda que após um século e meio de vida, a matriz do planejamento urbano modernista (e mais tarde funcionalista), que orientou o crescimento das cidades dos países centrais do mundo capitalista, passou a ser desmontada pelas propostas neoliberais que acompanham a reestruturação produtiva no final do século XX. Em se tratando de países de “semi-periferia”, como é o caso do Brasil e de outros países da América Latina, esse modelo, definidor de padrões holísticos de uso e ocupação do solo, apoiado na centralização e na racionalidade do aparelho de Estado, foi aplicado a apenas uma parte das nossas grandes cidades: na chamada cidade formal ou legal. A importação dos padrões do chamado “primeiro mundo”, aplicados a uma parte da cidade (ou da sociedade) contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta e excludente.

É importante ressaltar que embora a questão ambiental tenha se acirrado com a industrialização e a conseqüente urbanização das cidades, só ganhou força no cenário mundial a partir das décadas de 1960 e 70, quando o mundo percebeu a gravidade do problema, surgindo a partir daí os primeiros movimentos políticos em favor do meio ambiente, quando diversos setores da sociedade se organizaram na busca de melhor qualidade de vida.

2.2. A Amazônia no contexto da urbanização.

Historicamente, o surgimento das cidades e a urbanização sempre foram associados ao processo de industrialização, mas no caso da Amazônia, a urbanização não resulta necessariamente de uma atividade industrial, mas das formas assumidas historicamente pelo processo de desenvolvimento econômico e a expansão do capitalismo, que traduz seus reflexos à região. De acordo com Mitschein et al. (1989 p.16),

Devido à sua forçada integração na divisão (inter)nacional do trabalho, a região sofreu nos últimos trinta anos um acelerado aumento da sua população urbana [...] A

taxa de crescimento demográfico da Amazônia Legal, além de estar situada com 4,42% bastante acima da média brasileira (2,48%).

Até a década de sessenta a rede urbana amazônica se caracterizava por apresentar poucas cidades de grande dimensão populacional como Belém e Manaus. A partir de sessenta, um conjunto de medidas tomadas, principalmente pelo Governo Federal, com vistas à abertura da fronteira regional e sua integração ao mercado nacional e internacional marcam o início de um processo de profundas alterações na organização do espaço urbano amazônico.

A abertura de grandes rodovias como a Belém-Brasília, Transamazônica, assim como a concessão de incentivos fiscais e creditícios para a implantação de grandes empreendimentos econômicos, e projetos de colonização agrícola, proporcionou a migração de grandes contingentes populacionais para a região, vista como um imenso “vazio demográfico”, rico em recursos naturais exploráveis. Por outro lado, houve a migração de pequenas cidades do entorno dos grandes projetos para grandes e médias cidades, especialmente as capitais.

Nesse contexto, o aparecimento de vários núcleos urbanos serviu de apoio a esses empreendimentos, mas, ao mesmo tempo provocou a desestruturação de variados núcleos rurais estruturados anteriormente. É importante ressaltar que foi a construção da Belém-Brasília que integrou a Amazônia ao território nacional, sendo que nesse período o Brasil se guiava pela política internacional do pós-guerra de incentivo ao “progresso a qualquer custo”.

Ou seja, para sobreviver, garantir a dominação do grande capital e sua expansão e circulação, tornou-se necessário criar condições para tal, dar toda infra-estrutura, construção e organização do espaço urbano, com leis, créditos, instituições, patrocinada pelo Estado brasileiro, para que a lógica capitalista pudesse controlar e dominar o espaço amazônico e inseri-lo na divisão internacional do trabalho. A organização do espaço urbano na Amazônia se apresenta como sustentáculo para a ação do capitalismo, uma vez que o capital para se reproduzir, precisa que seja impulsionada a circulação de mercadorias, de novos mercados, novos capitais. Sobre isso, afirma Harvey (2005, p.130),

(...) a sobrevivência do capitalismo se funda na vitalidade permanente dessa forma de circulação. Se por exemplo, houver interrupção dessa forma de circulação pela impossibilidade da obtenção de lucro, então a reprodução da vida cotidiana que conhecemos se dissolverá no caos. [...] envolve a criação das infra-estruturas sociais e físicas que sustentem a circulação do capital, de sistemas legal, financeiro educacional e da administração pública, além dos sistemas ambientais não-ambientais, urbanos e de transportes, desenvolver instituições chave para sustentar a circulação do capital.

Percebe-se a partir dessa reflexão, que o Estado, se constitui em mola mestra do processo de urbanização, que ele organiza o espaço urbano de acordo com os interesses do capitalismo. No caso brasileiro, o Estado tinha interesse em atrair o capital nacional e

internacional para a região devido à política de promoção ao desenvolvimento. Para isso proporcionou as pré-condições necessárias.

No caso da Amazônia, o Estado, através de uma política desenvolvimentista, impôs à região uma política que não priorizou os interesses regionais e locais, ao contrário, prejudicou a organização das culturas tradicionais, dos pequenos produtores rurais, principalmente ao expropriar de forma brutal terras para garantir a implantação de grandes projetos que reorganizaram o espaço urbano e rural. Também não priorizou interesses coletivos do homem amazônico, apenas favoreceu a acumulação capitalista através de incentivos fiscais.

Portanto, a questão urbana na Amazônia se deu sob a égide da acumulação capitalista. Os impactos sócio-ambientais foram desastrosos, tanto no campo como nas cidades, em decorrência da ocupação, urbanização e industrialização pelo grande capital, causando queimadas, desmatamentos, poluição dos rios, conflito de terras, desrespeito a população local, ocupação desordenada do meio ambiente urbano, formação de bolsões de miséria, dentre outros.

A Amazônia, uma região que por sua importância estratégica, sempre foi alvo da cobiça capitalista e, cujo desenvolvimento só beneficiou o grande capital nacional e internacional teve a problemática ambiental agravada sobremaneira juntamente com os problemas sociais, com o avanço dos conflitos fundiários, desrespeito a população local, invasão de terras indígenas e quilombolas, e com o processo de urbanização aumentando cada vez mais a miséria, em especial nos centros urbanos, acelerando o crescimento dos bairros periféricos com habitação, saneamento, saúde e educação precárias, com falta de emprego e outros. Associa-se a tudo isso as precárias condições ambientais, pois grande parte dessa população migrante, com pouco acesso às políticas habitacionais que a favorecesse, se vê obrigada a instalar-se, nos leitos dos rios, derrubando áreas verdes para instalar suas casas.

Foram sem precedentes os impactos sobre o meio ambiente e ao homem amazônico, decorrentes de atividades econômicas em virtude da ocupação, urbanização e industrialização da região patrocinada pelo Estado brasileiro para favorecer o grande capital, em detrimento da população local e do desrespeito ao meio ambiente, pois além dos grandes problemas causados no campo, acirraram-se os problemas urbanos, pois parte das pessoas vindas do campo, instalaram-se nas cidades em busca de emprego, habitação digna, saúde, educação e demais serviços. Sem encontrar aquilo que procuravam e sem nenhuma política pública que os amparassem, principalmente no que diz respeito à habitação, foram construindo palafitas em cima dos leitos dos rios e igarapés, derrubando áreas verdes, agravando a qualidade de vida no meio urbano.

Percebe-se que a exploração capitalista de produção ao explorar a força de trabalho e o meio ambiente fragiliza tanto o homem quanto o seu meio, como ambiente de sobrevivência.

O avanço do capitalismo na Amazônia provocou um processo de transformação não apenas no aspecto territorial, mas, principalmente no aspecto social, tornando o camponês em trabalhador assalariado, travando uma disputa desigual de suas terras com empresas nacionais e estrangeiras (ABELÉM, 1989).

Portanto, a urbanização na Amazônia é resultante da transnacionalização do modo de produção capitalista dos chamados países centrais para os periféricos, onde os espaços foram “conquistados”, para que o grande capital exercesse sua dominação e pudesse transformá-los, de acordo com os seus interesses, criando assim novas formas de produção e controle da região pelo capital monopolista internacional. Nesse aspecto, a Amazônia passa a ser base da intervenção capitalista, para exploração dos recursos naturais em favor dos países desenvolvidos sendo que o aparecimento de cidades na região se confunde com o processo de expansão do capital monopolista. Conforme Lojkine (1997 p.146),

O que vai caracterizar duplamente a cidade capitalista é, de um lado, a crescente concentração dos ‘meios de consumo coletivos’ que vão criar pouco a pouco um modo de vida, novas necessidades sociais – chegou-se a falar de uma ‘civilização urbana’, de outro, o modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução (do capital e da força de trabalho) que se vai tornar, por si mesmo, condição sempre mais determinante do desenvolvimento econômico.

Segundo dados do (IBGE, 1984), as cidades de Belém e Manaus, consideradas as metrópoles da Amazônia, absorveram no processo de urbanização da região 52% da população urbana, sendo que no caso do Pará, algumas cidades de pequeno e médio porte apresentaram altas taxas de crescimento como foi o caso de Santarém, Ananindeua, Paragominas e Santa Izabel. Desta forma, a região, cada vez mais urbana, com a maioria da população vivendo nas cidades, ainda que esta estatística possa ser questionada em função das estruturas rural-urbanas existentes, precisa ser analisada como tal, pois esse elevado índice de urbanização exige infra-estrutura condizente.

2.3. Meio Ambiente Urbano e Sustentabilidade.

As modificações ocorridas no meio ambiente urbano podem aumentar os problemas ambientais, que tendem a se agravar na medida em que o crescimento urbano desordenado avança, incomodando principalmente os menos favorecidos. Isto porque os desequilíbrios ambientais como o desmatamento, poluição do solo, do ar altera as condições climáticas e o habitat urbano causando os impactos ambientais, afetando a qualidade de vida da população. Sem apoio do poder público a população age ao seu modo, degradando áreas que poderiam ser usadas em seu favor. Isso significa que a apropriação do espaço urbano reflete as

desigualdades e as contradições sociais, reproduzindo os conflitos. De acordo com Wilhem, apud Nascimento (1992, p.19),

As sociedades ao criarem aglomerados urbanos alteram a paisagem do lugar natural preexistente criando uma paisagem cultural, a qual por sua vez vai se alterando gradualmente com o transcurso do tempo. Nesse processo de transformação, as características naturais do lugar – solo, água, vegetação, ar, paisagem e clima são utilizados como recursos para a construção de um novo ambiente: o meio ambiente urbano.

Percebe-se que meio ambiente urbano e desenvolvimento se sobrepõem, sendo que o desenvolvimento considerando apenas no seu aspecto econômico foi extremamente maléfico para o meio ambiente, conforme menciona Coelho (2001, p.27),

O meio ambiente urbano está necessariamente imbricado com o ideário do desenvolvimento, fruto e semente da revolução industrial do período moderno, que alterou a concepção de cidade e de urbano, produzindo grandes espaços como as metrópoles e as megalópoles. Cabe ressaltar que os problemas ambientais (ecológicos e sociais) não atingem igualmente todo espaço urbano. Atingem muito mais espaços físicos de ocupação das classes sociais menos favorecidas do que as classes mais elevadas.

É o que vemos hoje nas grandes cidades. O desenvolvimento econômico privilegiando alguns setores das cidades, conseqüentemente aumentando os riscos ecológicos e a qualidade ambiental e social. Ou seja, o que prevalece é o poder econômico que degrada o meio ambiente e expulsa as pessoas menos favorecidas economicamente para áreas distantes, acirrando as desigualdades sociais. No caso de Belém, por exemplo, os grandes arranha-céus estão proliferando nas chamadas áreas nobres da cidade, dando lugar às poucas árvores ainda existentes.

A insuficiência de políticas públicas voltadas para os menos favorecidos, que concilie crescimento urbano e preservação do meio ambiente leva a população a conviver com ambientes insalubres com dejetos lançados a céu aberto, sem água potável, sem limpeza urbana, provocando sérios riscos à saúde da população. Segundo Maricato (2000, p. 80),

O espaço urbano não é apenas um cenário para as relações sociais, mas uma instância ativa para a dominação econômica ou ideológica. As políticas urbanas, ignoradas por praticamente todas as instituições brasileiras, cobram um papel importante na ampliação da democracia e da cidadania.

Quanto à questão da sustentabilidade, é importante destacar que sempre foi mais utilizado quando se fazia referência a sustentabilidade ambiental. Porém, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no

Rio de Janeiro em 1992, a Eco-92, esse conceito foi ampliado, e passou a incluir categorias como: sustentabilidade econômica, financeira e institucional. Segundo Souza (2002, p.145),

Desde que o documento ‘Nosso futuro comum’, também conhecido com ‘Relatório de Brundtland’ (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1980) popularizou a expressão desenvolvimento sustentável, o debate em torno do desenvolvimento, já dramaticamente empobrecido, sob o ângulo teórico, desde fins dos anos 70, passou a ser quase que monopolizado pelo discurso da ‘sustentabilidade’.

A partir daí o termo passou a ser também aplicado ao espaço urbano. A sustentabilidade urbana tem o desafio, ao lado de questões essencialmente ambientais, do desenvolvimento econômico local, a da promoção da equidade e a justiça social, da gestão urbana democrática e participativa, de prover moradia adequada para todos, além de outras questões essencialmente urbanísticas e ligadas ao ordenamento territorial local e regional (AGENDA 21).

Nas cidades brasileiras são inúmeros os exemplos de ocupação de áreas ambientalmente frágeis, repetindo-se tanto nas metrópoles como nas cidades médias e pequenas os conflitos entre vetores de ocupação e áreas a preservar. Como consequência disso os dados básicos sobre água e esgoto, poluição hídrica, poluição atmosférica e gestão de resíduos sólidos, nos últimos dez anos revelam um quadro dramático que parece distanciar de qualquer cenário de uma sustentabilidade desejada (MARICATO, 1996).

A sustentabilidade urbana está muito longe de ser alcançada, visto que, as cidades não estão preparadas com transporte público eficiente, o tratamento de esgotos e de resíduos sólidos é precário, não há moradia adequada para grande parte da população. Isto porque, o processo de urbanização é extremamente desigual, e tem levado as populações de baixa renda a ocupar áreas periféricas, sem o mínimo de infra-estrutura, além de instalarem-se em áreas ambientalmente frágeis.

Fazendo uma análise sobre a questão da sustentabilidade ambiental urbana e sobre as relações arcaicas e funcionais do poder público com o setor imobiliário especulativo, Maricato (2000, p. 61), ressalta que essa relação pode ser muito mais disfuncional para a “sustentabilidade ambiental, para as relações democráticas e mais igualitárias, para a qualidade de vida urbana, para a ampliação da cidadania”, do que funcional. Isto porque para a autora “a segregação territorial e todos os corolários que acompanham - falta de saneamento ambiental, riscos de desmoronamentos, riscos de enchentes, violência - estão a eles vinculados”.

De acordo com Acselrad (2001) a relação da noção de sustentabilidade com o debate sobre desenvolvimento urbano está fundamentada nos rearranjos políticos estabelecidos por determinados atores envolvidos na produção do espaço urbano que procuram legitimar as suas

perspectivas associando-as a intenção de dar durabilidade ao desenvolvimento preconizado pela Agenda 21. O autor afirma que o recurso à noção de sustentabilidade urbana vem sendo também relacionado à estratégias de implementação da metáfora cidade-empresa, que vislumbram um modelo de “cidade sustentável”, através de elementos de atratividade de investimentos que fortaleçam as vantagens competitivas no contexto da globalização.

Decorrido tanto tempo após a publicação do Relatório de Brundtland, a sustentabilidade, que propõe um modelo sustentável, está, longe de ser colocada realmente em prática. No Brasil, por exemplo, conforme afirma Rodrigues (1993 p. 14),

(...) apenas 50% dos moradores das cidades têm coleta de lixo. Deste lixo, só 3% têm destino adequado (34% são jogados a céu aberto e 63% são jogados nos rios). Cerca de 70% (75 milhões de brasileiros) dos moradores da cidade não tem serviços de coleta de esgoto e apenas 10% têm tratamento de esgoto. Os esgotos são lançados diretamente nos rios e mares. Cerca de 20% (20 milhões) não tem acesso a água potável. Quase metade da população urbana (44%) vive em subabitações (favelas, casas precárias, cortiços segundo o IBGE). Mede-se também o desenvolvimento pelo número de leitos hospitalares (pela saúde e não pela doença). Mas contraditoriamente no Brasil, 70% das internações hospitalares são decorrentes da falta de saneamento básico.

Esse quadro de insustentabilidade também se apresenta nas cidades da Amazônia e conseqüentemente na cidade de Belém, visto a incapacidade do poder público de prover políticas públicas que atendam as referidas demandas e revela a ineficiência e a indisposição das administrações em democratizar o acesso aos serviços de infra-estrutura. Para Rodrigues (1993, p.18), atingir a sustentabilidade significa “estabelecer formas de uso dos chamados recursos naturais – renováveis e não renováveis”. O que requer ações governamentais para o “reaproveitamento dos resíduos, no destino dos dejetos, nos traçados e na estrutura urbana, mas principalmente na dimensão societária através da gestão coletiva”.

3. A CIDADE DE BELÉM: ASPECTOS HISTÓRICOS E TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS

3.1. Belém, cidade de rios e igarapés.

Belém, uma cidade ribeirinha, sempre foi favorecida pela natureza. Poderia ser uma cidade melhor, ou quem sabe uma “Veneza Brasileira”, não fosse a ação destrutiva de seus cursos d’água naturais – igarapés, baías, furos e outros, hoje aterrados e concretados,

transformados principalmente em esgoto a céu aberto. Ação essa promovida pela idéia de modernização implementada pela maioria dos senhores que a governaram, cujo planejamento geralmente baseava-se na execução de planos e programas que atendiam aos interesses de elite local, ignorando totalmente as peculiaridades de uma cidade amazônica, e, portanto, afastando a possibilidade de preservação do ambiente natural.

A potencialidade hídrica da cidade de Belém é considerável. Só de Bacias Hidrográficas existem quatorze, cujas principais são: do Una, Tucunduba, Murucutum, Aurá, Val-de-Cans, Mata fome, Café, Paracuri, Ananin, Outeiro e Pratiquera, sendo a maior delas a do Una, seguida da Bacia do Tucunduba, além de dezenas de braços dos principais igarapés. A dimensão insular da cidade é fantástica, oficialmente são 39 ilhas, representando 69,42% da superfície da cidade, sendo as mais importantes: Mosqueiro, Carateteua, Cotijuba, Ilha das Onças, Arapiranga, Ilha dos Patos, Urubuoca, Jararaca, Paquetá-Mirim, Paquetá-Açu, Tatuoca e Jutuba. A própria cidade foi erguida a partir das águas e praticamente sobre as águas. Cresceu a beira do rio. A vida passava e ainda passa pelo rio, conforme descrição de Spix e Martius (1817-1820, p.53),

A cidade de Belém nos idos do século XIX nos evoca tudo que é belo e grandioso, com uma paisagem natural belíssima, tudo que existia de majestoso em relação à natureza. Belém era entrecortada por diversos igarapés e olhos d'água. Belém era verde com variada riqueza de pássaros, insetos, animais, flores e ainda com a presença de índios. Era uma Belém de vargens, de ipueiras e lagoas com capivaras, macacos, jacarés e outros animais.

A paisagem de Belém no século XIX, segundo Spix e Martius, era rica em flora e fauna, constituía-se de muitas flores, bromélias, de arroios, lagoas e ipueiras (lagoeiro formado nos lugares baixos pelo transbordamento dos rios). Muito pouco eram as estradas e veredas em terra firme. As habitações eram espaçosas e localizavam-se quase sempre à beira d'água. A comunicação entre os habitantes, ao invés de carroças e animais, era feita quase que exclusivamente por canoas. Nas mais populosas vilas da província circulavam incessantes canoas, maiores e menores numa e outra direção.

Neste século, Belém era tão cheia de igarapés e igapós que as pessoas eram acostumadas à vida de barqueiro, percorriam vários trechos em estreitos igarapés. Também usavam montarias que quase sempre eram dirigidas por um ou dois índios, para que pudessem atravessar as diversas enseadas, rios, igapós e igarapés. Ainda segundo Spix e Martius, era muito agradável os passeios à canoa pelos arredores de Belém, apreciando a sua beleza natural, o viço da mata virgem, os manguezais, a exuberância da vegetação.

Nesse período, quem chegava a Belém avistava no meio das filas de casas, a Praça do Comércio e a Alfândega, atrás da qual se avistava duas torres, a Igreja das Mercês e a cúpula da igreja de Santana. Nas ruas viam-se muitas mungubeiras, samuameiras, sapucaias,

bacurizeiros, árvores do pão, pau d’alho e as águas próximas forneciam muitos peixes. Nos arredores da cidade havia muitas chácaras, vilas e povoações, e muitos pomares com grande diversidade de frutas. Faziam parte da paisagem de Belém as chamadas rocinhas, que eram casas de campo com varanda, edificadas geralmente no centro do terreno com grande espaço, eram bem cuidadas por seus proprietários que cultivavam árvores frutíferas.

Penteado (1968) no primeiro volume de seu Estudo da Geografia Urbana de Belém também refere-se à beleza natural da cidade e importância dos igarapés para o desenvolvimento da cidade, visto que desempenhavam as mais variadas funções, ou seja, serviam desde barreiras à invasão pela costa litorânea à fontes naturais de abastecimento de água para a população, como observa neste trecho (1968, p. 90),

Os igarapés representaram no passado, um notável papel, quer como elemento de defesa, quer como ancoradouros para pequenas embarcações ou como fornecedores de água para a população; hoje em parte aterrados ou canalizados, como os igarapés do Piri e das Armas, ainda fazem sentir sua presença na topografia de Belém, servido também como importantes elementos delimitadores de seu atual espaço urbano, como é o caso do Una e Tucunduba.

Com o crescimento da cidade, embora paulatino, Belém começou a mudar. Ainda no final do século XVIII, quando começaram a aterrar os lagos e igarapés. Aos poucos Belém ia se transformando e sua paisagem se modificando, como afirma Moreira (1989, p.51) “Só na segunda metade do século XVIII é que Belém passou a se dilatar pela terra adentro, mas mesmo assim mui desigualmente. Se o crescimento periférico fora lento, o mesmo iria acontecer com o de penetração”.

3.2. Transformações ocorridas na paisagem e no espaço físico.

Na primeira metade do século XIX Belém representava um núcleo urbano restrito a Cidade Velha. As áreas próximas seguindo pela estrada de Nazaré, onde se localizavam as “rocinhas” ou casas de campo, eram cobertas pela floresta tropical e para alcançá-las utilizavam-se os caminhos que cortavam a mata virgem (PENTEADO, 1968).

Desse modo, a cidade era constituída de um conjunto de elementos naturais – a floresta nativa e outros cursos d’água. Uma série de atividades econômicas se desenvolveu nesses espaços, como a agricultura e a extração dos produtos da floresta que eram fundamentais nos modos de vida dos grupos sociais que foram produzidos pela colonização. Esse espaço era fortemente demarcado pela presença de igarapés, como descreve a seguir Penteado apud Baena (1968, p.119),

O primeiro caminho do lado direito, vulgarmente chamado de Pedreira, guia para a Rocinha denominada Carrapicheiro [...] e ia acabar numa pedreira às margens do Guamá e num lazareto junto ao Tucunduba [...] outro caminho para a Rocinha chamada de Ambrósio [...] ia terminar no igarapé do Una [...] outras Rocinhas no contorno marítimo da cidade, rumo norte, onde também existiam moradores isolados no meio da mata, vivendo pobrememente como, por exemplo, os que se achavam junto ao rio Maguari, cujo baixo curso foi em outro tempo piscoso.

Desde a origem da cidade de Belém os igarapés fazem parte da paisagem e podiam ser aproveitados para desenvolver o potencial turístico e embora o engenheiro J.G. Gronfens ter proposto manter as formas naturais da cidade, preservando o igarapé do Piri, interligando aos igarapés do Reduto e das Almas à semelhança de Veneza, oferecendo a Belém uma condição de destaque na Amazônia, sobretudo com a possível navegação pelos rios urbanos, esse investimento foi considerado inviável em decorrência de seu alto custo, e o que prevaleceu foi o princípio de modernização da cidade que se instalaria a partir da segunda metade do século XIX, optando-se pela urbanização da área, onde ergueu-se a Praça Felipe Patroni, o edifício da prefeitura e parte das ruas Ângelo Custódio, travessa Padre Eutíquio, além da antiga Estrada de São José (PENTEADO,1968).

Segundo Trindade Jr. (1997, p. 34) a cidade de Belém ficava situada em uma pequena porção de terra cercada pelo igarapé do Piri, o que dificultava a sua expansão. Devido a esse problema, as autoridades da época cogitaram a possibilidade de transferi-la para outro lugar mais adequado, o que já revelava a intenção de ocupar as áreas alagadas e alagáveis. Esse fato levou as autoridades a eliminar o igarapé do Piri, considerado insalubre e prejudicial à saúde pública. Sobre o alagado de Juçara ou Piri, observa Meira Filho (1976, p. 153),

Ao lado do Forte descia a ladeira aberta em direção ao mangue: largo, argiloso, marginava a fortificação e, em seu aspecto alagado, parecia envolver toda a área da cidade edificada a partir do presépio. Primitivamente, os moradores julgavam que a Colônia se assentava em uma ilha, tal era a gravidade dessas baixadas pantanosas que emolduravam a sede da Capitania. Águas paradas, aves multicores, ambiente tranqüilo e soberbo de verdejantes mururés, compunham o Piry que os nativos denominavam de baixios de Juçara, para caracterizar o igapó que originava a formação do 'lago', criando uma enorme bacia alagada no interior da urbe. Daí a impressão de ilhota atribuída em nossos primeiros tempos, aos fundamentos de Belém.

A proposta do engenheiro Gronfens de manter as formas naturais da cidade, comparando-a com Veneza não foi possível em decorrência da necessidade de expandir a cidade, além da justificativa de que o igarapé do Piri era insalubre para a cidade, levou o Governo de Conde dos Arcos, em 1803, a iniciar o processo de ensecamento do igarapé, que se prolongou por mais de um século e em seguida este foi aterrado, constituindo-se na primeira ação contra o ambiente natural o que provocou uma mudança radical da paisagem, pois no lugar foram construídas praças, ruas e avenidas promovendo a integração entre os bairros da Campina e Cidade Velha.

Segundo a história, a cidade de Belém era entrecortada de igarapés e furos que não foram preservados pelos governantes e em nome da expansão da cidade foram aterrados e drenados para a construção de ruas e praças e outros equipamentos urbanos, prática que persiste até os dias atuais tendo sido a maioria dos igarapés revestidos de concreto e transformados em canais e outros em valas, prática que ocorre até os dias atuais. Conforme observa Trindade Jr (1997, p.34),

A situação topográfica do Piri impedia a continuidade do traçado urbano. Essa área baixa e alagada passou, então, a dividir a cidade em dois bairros, um a oeste do Piri, o bairro da cidade, onde se originou Belém: outro a leste, o bairro da Campina, assim chamado por ter sido formado em terreno fora da cidade. [...] A preocupação com o aspecto sanitário e de higiene pública, bem como a viabilização do crescimento da cidade, serviram desde o início como argumentos para justificar o ensecamento, terraplanagem e drenagem da baixada do Piri, que permaneceu, por muito tempo, sem utilidade e como entrave à expansão contígua da cidade.

De acordo com Lamarão Correa (1989), essa forma de ocupar - evitando a ocupação de áreas alagadas ou alagáveis - perdurou até o início do século XX. A partir daí, a expansão da cidade se deu no sentido Sudoeste-Nordeste, ocorrendo à absorção de terras secas, acima de 4 metros. Nesse período as diferenças sócio-espaciais já eram evidentes com a construção de mansões nos bairros do Umarizal, Nazaré e Batista Campos, cujos moradores eram as famílias de alto poder aquisitivo. É importante ressaltar que a valorização dessas áreas ocorreu por causa dos investimentos públicos e privados lá realizados, como pavimentação de ruas com granito, instalação de bondes e outros serviços que valorizaram essas áreas.

Historicamente e geograficamente as cidades da Amazônia têm uma relação muito grande com o universo das águas o que significa dizer que a vida econômica, social e cultural foi organizada em torno das águas. Segundo Castro (2004, p.15) “Belém com esse universo em seu entorno composto de águas se interliga, de forma bastante complexa, ao mundo ribeirinho, da ruralidade e das vilas”.

3.3. A expansão da cidade e a constituição do espaço urbano em Belém.

Fundada em 12 de janeiro de 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco, e denominada por ele de Santa Maria de Belém do Grão Pará, a cidade de Belém, teve como marco de sua fundação a instalação do Forte do Presépio, atual Forte do Castelo, estabelecendo o núcleo inicial da cidade, ponto estratégico para o domínio português tanto militar quanto econômico.

A constituição do território do município de Belém teve a sua configuração com a “Carta de Doação da Datta e Sesmaria” de uma légua de terras – 6,6km – a partir do forte,

concedida aos oficiais da Câmara da Cidade de Belém em 1º de setembro de 1627 (CRUZ, 1945).

A produção do espaço urbano foi se dando às proximidades do forte do Castelo, que se destacava diante da várzea formada pela baixada do Guajará e o igarapé chamado de Jussara do Piri que se estendia do Arsenal de Marinha até o Largo da Trindade. A ocupação se deu para o sul com a abertura das primeiras ruas, mas foi logo interrompido devido o igarapé, sendo então redirecionado para o norte, após o igarapé, originando-se o segundo bairro de Belém, o bairro da Campina, sendo o primeiro o bairro da Cidade Velha. Segundo Trindade (1997, p. 34),

Com a expansão da cidade, ultrapassando o igarapé do Piri, o alagado ficou, de certa forma, centralizado, posição que provoca a necessidade de algumas medidas de saneamento. No final do século XVII, o governador da época teve a aquisição da posse dos terrenos do Piri e sua administração realizou trabalhos de ensecamento e terraplanagem na área, desaparecendo a baixada do Piri. Além do Igarapé do Piri, ocorreu o aterramento do igarapé Reduto, dando lugar para ruas e praças e assim descaracterizando a área ocupada.

Em razão do processo de aterramento e ensecamento do Piri de Jussara, que se estendia do Arsenal de Marinha até o largo da Trindade, a expansão da cidade avançou para além de seu leito, o qual passou a dividir a cidade em dois bairros, um a oeste do Piri, bairro da Cidade Velha, onde surgiu Belém e outro a leste, bairro da Campina. Assim, Belém aos poucos ia alterando sua topografia e perdendo suas características naturais. Sua paisagem e seu espaço urbano iam se adequando aos interesses da elite local.

Ainda na segunda década do século XIX, era possível notar um núcleo urbano ainda restrito às áreas hoje ocupadas pelos bairros de Nazaré e de São Brás. As demais áreas da cidade eram cobertas pela floresta tropical e para alcançá-las, como era o caso das áreas suburbanas mais afastadas, onde localizavam-se as famosas “rocinhas”, eram utilizados os caminhos que cortavam a mata virgem (PENTEADO, 1968).

Com essa “grande” obra de saneamento que foi o ensecamento do igarapé do Piri, iniciou a fase de aterramento dos furos e igarapés da cidade de Belém, uma cidade entrecortada por estes. Essa prática foi se dando ao longo do tempo. A segunda grande área aterrada foi a baixada do Reduto, conforme demonstra Trindade Jr. (1997, p.36),

O processo de ocupação dessa área iniciou-se na época pombalina, com a expansão urbana para o bairro da Campina. O marco dessa ocupação foi a construção de um reduto (pequena praça de guerra), às proximidades do antigo convento de Santo Antonio. Esse reduto, chamado de São José, fora erguido no governo Athaide Teive, em 1751, no local onde se encontra o Quartel da Polícia Militar do Estado, na junção da Rua Gaspar Viana com a Avenida Assis de Vasconcelos.

Segundo Sarges (2000), desde 1840 a borracha vinha se firmando como líder entre os produtos amazônicos de exportação. Pequenos produtores e comerciantes mercantis, sobretudo portugueses eram quem se beneficiavam com a coleta da matéria-prima da borracha – o látex. A expansão econômica da borracha impôs a modernização da cidade gerando um crescimento da população urbana. A cidade de Belém foi modernizada conforme estilo europeu, sobretudo Paris, mas isso não significou melhoria na qualidade de vida dos moradores, a exemplo do seringueiro trabalhador da floresta, coletor do látex que continuava vivendo em condição sub-humana.

A nova ordem social e econômica e financeira, criada com a república impunha não apenas a necessidade de urbanização das cidades através de uma política de embelezamento do centro e saneamento básico, mas também uma mudança nos hábitos e costumes da população. Assim, a cidade de Belém na segunda metade do século XIX, devido sua função comercial, financeira, política e cultural durante o apogeu da borracha, deveria ser vista pelos investidores estrangeiros como uma cidade limpa, desinfetada, com uma cultura “civilizada”, conforme os padrões europeus. É nesse contexto, baseado no modelo do urbanismo moderno europeu, sobretudo da França, que a cidade de Belém passa por várias transformações em seu espaço urbano e estruturas sociais.

Sarges (2000) observa também que o centro da cidade fora destinado à burguesia emergente a elite da borracha formada por comerciantes, seringalistas e financistas, destacando-se profissionais liberais, geralmente de famílias ricas oriundas de universidades européias que ostentavam suas riquezas usufruindo os espaços construídos como símbolos do período áureo da borracha: grandes palacetes, teatros, largas avenidas e praças, além da infraestrutura urbana. Vivenciavam a Belle-Époque. A população pobre por sua vez, sobretudo imigrantes nordestinos, que vieram trabalhar na extração do látex, foram empurrados por meio de instrumentos legais e com o uso do poder de polícia para as áreas mais afastadas do centro, para viverem depois do marco da cidade (atual bairro do Marco) em precárias condições, onde localizavam-se obras de menor valor, como asilo, matadouro, o forno crematório de lixo e outros; bem como as chamadas “baixadas” (terras abaixo de quatro metros).

Na virada do século XIX para o XX, no período áureo da borracha, a reurbanização da cidade de Belém, se deu de acordo com o que era produzido em Paris. A cidade começou a ser embelezada, estabelecendo a continuidade da segregação sócio-espacial, orientado por concepções de planejamento da época entendia que a cidade deveria estar “limpa e bonita”, como forma de atrair os investimentos estrangeiros. Dessa forma a cidade oferecia segurança, pois não havia mendigos na rua, doenças, sujeira e outras mazelas. Para afastar e esconder os

doentes e desvalidos, o poder público construiu bem longe do centro casas de saúde, asilos e abrigos para recolher os mendigos e doentes mentais (FERREIRA, 1995).

Nesse período, cabe ressaltar a administração do intendente Antonio Lemos (1897-1905), que para atender interesses da elite local planejou a cidade de acordo com esses interesses, instituindo normas estéticas e utilizando mecanismos de controle na vida dos moradores da cidade, principalmente aqueles considerados de menor poder aquisitivo. Nesse período obras como o Teatro da Paz e o Mercado do Ver-o-Peso foram construídos, assim como a implantação de redes de esgoto, água, coleta de lixo e drenagem e aterramento de várias áreas pantanosas, o que provocou a elitização do centro da cidade e segregando a população de menor poder aquisitivo que teve que se deslocar para as áreas menos privilegiadas da cidade. Isso provocou a elitização do espaço urbano, patrocinado pelo poder público.

A partir da década de 40, do século XX, acontece a apropriação das terras por parte das instituições públicas à margem da primeira légua patrimonial, constituindo-se em obstáculo para a expansão da malha urbana. Empresas como Empresa de Correios e Telégrafos, Empresa de Navegação da Amazônia, Centrais Elétricas do Norte do Brasil, Companhia de Saneamento do Pará, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária, Aeroporto Internacional de Belém, Exército, Marinha e Aeronáutica, se apropriaram dessa imensa porção de terras que foram denominadas de cinturão institucional. Também nesse período, com acordos firmados com o governo norte americano, como é o caso do acordo de Washington, viabilizaram recursos financeiros para a Amazônia e foram feitas algumas intervenções visando atingir setores de saneamento e saúde (TRINDADE apud ABELÉM, 1991).

O espaço urbano de Belém a partir desse momento é marcado por programas de renovação urbana e pela forma alternativa das camadas populares na construção das suas habitações, principalmente em áreas insalubres, tendo o Estado e o capital imobiliário uma ação mais expressiva na organização do espaço. Com base nesses agentes a produção do espaço urbano se define sob duas maneiras: a urbanística, configurada através dos programas de renovação urbana, das construções verticais padronizadas ou não, e a espontânea, configurada pela ação dos grupos sociais excluídos, a partir de suas próprias estratégias a fim de garantir sua subsistência (RODRIGUES, 1994).

Ainda em 1950 o crescimento urbano e populacional avança ultrapassando o “cinturão institucional”. Aos poucos a cidade ia se transformando, os primeiros lagos e igarapés foram aterrados, e no ano de 1960, Belém já começa a expandir-se para além da segunda légua patrimonial. Segundo Rodrigues (1995, p.115),

Durante os anos 50-70 a população de Belém sofre um significativo processo de crescimento de 387.567 habitantes acompanhando os níveis de crescimento populacional do Estado do Pará. Esse processo vincula-se, entre outros á implantação do Plano de Metas e a inauguração da Rodovia Belém-Brasília que colocava Belém como uma importante cidade no meio regional e nacional, isso porque passa a desempenhar ‘as funções’ de capital cultural, administrativa e econômica regional, consolidando sua vocação de tornar-se uma metrópole, ainda que sua metropolização amplie uma série de problemas urbanos que ao longo da história vêm acentuando.

A partir de 1970, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta um crescimento populacional acelerado em Belém. Atualmente na região metropolitana, de acordo com censo 2000, residem 1.794.981 habitantes sendo que a maioria se encontra no município de Belém, ou seja, um total de 72% (IBGE, Censo 2000).

A carência de planejamento urbano contribuiu para o surgimento de assentamentos sem nenhuma infra-estrutura. A população de menor poder aquisitivo, sem alternativas de moradia, foi ocupando as terras alagáveis próximas aos igarapés e braços de rios, construindo palafitas sobre seus leitos. Com isso intensificou-se o desmatamento de áreas verdes, o aterramento e poluição de furos e igarapés, assim os igarapés que não foram aterrados pelo poder público, tiveram seus leitos ocupados e assoreados por pessoas em busca do direito de morar. Nas décadas seguintes o movimento acelerou-se, e atualmente a maioria dos igarapés tornou-se valões concretados, receptores de esgoto a céu aberto ou foram aterrados, ou ainda tiveram suas margens ocupadas estando totalmente poluídos.

Rodrigues (1996, p.174), ressalta que, ao longo dos anos, o ambiente natural vai dando lugar à massa cada vez maior de edificações e áreas pavimentadas. Junto com esse processo o desflorestamento tem sido uma das mais patentes manifestações de irracionalidade inerentes à urbanização desta capital.

O movimento de expansão da cidade de Belém acompanhou as orlas da Baía do Guajará e do rio Guamá em direção ao continente e as terras firmes, evitando as áreas inundadas, tendo sido ocupadas inicialmente às áreas mais altas, mais próximas do centro. A ocupação do espaço urbano no município de Belém iniciou no século XVII, com a construção do Forte do Castelo e sua expansão se deu de forma irregular como esclarece Abelém (1988, p.36),

À medida que a cidade se expandiu e recebeu os seus primeiros equipamentos urbanos, encontrou os acidentes hídricos, contornando-os, o que levou a ocupação de cotas baixas. Isso deu um perfil irregular à cidade, condicionando seu crescimento ao comprimento da Primeira Léguas Patrimonial, o que trouxe sérias dificuldades a sua expansão, pois era limitada por áreas de propriedade do Exército, Marinha, Aeronáutica, Universidade e outras unidades educacionais.

Essas áreas consideradas de cotas mais altas ou terra firme foram ocupadas por pessoas de maior poder aquisitivo, que foram privilegiadas com esses terrenos, tanto que por

volta da década de 1950 deu-se a saturação dessas áreas restando apenas as áreas alagáveis, encharcadas, consideradas de várzeas e muitas delas localizadas a beira dos igarapés.

Com o crescimento populacional de Belém, que segundo o IBGE se deu principalmente a partir da década de 1970, e devido à ausência de um planejamento, a população de menor poder aquisitivo foi ocupando as áreas alagáveis, formando as chamadas “baixadas”²², sem nenhuma infra-estrutura, causando também a degradação ambiental. Segundo Rodrigues (2000, p.125),

Há pelo menos cinco décadas iniciou o processo de ocupação nas baixadas. Este processo está pautado por uma busca de realização do direito de morar e por outro na tentativa de realizar um espaço de viver próximo do local de trabalho, haja vista que estas áreas estão localizadas às proximidades do centro urbano na região metropolitana.

A ocupação das áreas consideradas insalubres se deu principalmente por trabalhadores e pequeno produtores rurais e também por grandes levas de migrantes de outras regiões do país em virtude do processo de expansão capitalista para a Amazônia. Essas pessoas vinham em busca de oportunidade de emprego e melhores condições de vida e acabavam gerando um problema social e ambiental de grande dimensão. Segundo Abelém (1989, p.21),

O migrante ao chegar a cidade, vê dissipada sua ilusão de liberdade de opção pelo emprego que mais lhe convém e agrada. Na verdade não é apenas o direito de opção que não tem, muitas vezes não encontra nenhuma chance de obter qualquer emprego no mercado formal de trabalho. Recorre então ao mercado informal, de qualquer forma a cidade lhe oferece maiores vantagens do que o campo em termos de oportunidade de educação, assistência médica e também de trabalho, desempenhando diversas atividades, nas quais geralmente tem a participação de toda família.

A expansão da cidade e a constituição do espaço urbano em Belém se deu de forma excludente, com segregação sócio-espacial, levando as pessoas de menor poder aquisitivo e desprovidas de políticas públicas em seu favor, a ocupar as chamadas “baixadas”, instalando-se em locais insalubres e sem saneamento.

Assim, de acordo com Rodrigues (2008), a lógica mercantil tem se imposto no processo de produção e uso do solo urbano. Visto como mercadoria, o espaço metropolitano torna-se a expressão mais emblemática da anarquia do mercado em termos de sua produção e consumo, obedecendo, nesse contexto, um processo desigual e combinado de reprodução, característico da sociedade do capital.

4. IGARAPÉ TUCUNDUBA: A VIDA AINDA PASSA POR ESSE RIO.

4.1. Contextualização, caracterização e transformações ocorridas na Bacia do Igarapé Tucunduba.

A Bacia do Tucunduba está localizada a sudeste da Cidade de Belém, sendo afluente do rio Guamá e possui aproximadamente 1.055 hectares, sendo que cerca de 575 hectares são de áreas de “baixadas”³, correspondendo a 22,02% das áreas de várzeas de Belém (DNOS, 1974). O Igarapé Tucunduba é o principal da Bacia, com 3.600 metros de extensão, sendo este curso d’ água e seus afluentes os responsáveis pelos alagamentos dos terrenos localizados nos bairros que compõem a referida Bacia (PMB, 2000).

É uma bacia composta de treze canais, outrora igarapés, que foram todos degradados. A maioria foram concretados ou transformados em valas a céu aberto ou em vias públicas e são constituídos pelos Igarapés do Tucunduba, Lago Verde, Caraparú, 02 de junho, Mundurucus, Gentil Bittencourt, Nina Ribeiro, Santa Cruz, Cipriano Santos, Vileta, União, Leal Martins e Angustura. Possui 10,55 km quadrados de área total e abrangem os seguintes bairros: Universitário, Terra Firme, Guamá, Canudos, São Brás, Jabatiteua e Marco, tem uma população de aproximadamente 161.499 habitantes e ficam localizados nos distritos do Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA), Distrito Administrativo de Belém (DABEL) e Distrito Administrativo (DAENT).

Conforme a Lei Orgânica do Município de Belém, promulgada no dia 30 de março de 1990, determinou a divisão político - administrativa em distritos, conforme artigo 11. Até o ano de 1997 o município era dividido em três distritos, a partir do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) passou para oito, sendo os demais distritos os seguintes: Distrito Administrativo de Mosqueiro (DAMOS), Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT), Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO), Distrito Administrativo do Bengui (DABEN), Distrito Administrativo da Sacramenta (DASAC) (MARQUES, 2001).

De acordo com o censo (IBGE, 2000), em toda extensão da Bacia são cerca de 40 mil famílias, a maioria residente em condições precárias de habitabilidade, com baixo poder aquisitivo, sobrevivendo do subemprego. Ainda segundo o censo (IBGE, 2000) dentre os bairros que se encontram na área de abrangência da Bacia do Tucunduba, o Bairro do Guamá

³ “Baixadas” são áreas inundadas ou sujeitas às inundações – decorrentes, em especial, dos efeitos das marés (Trindade Jr. 1997).

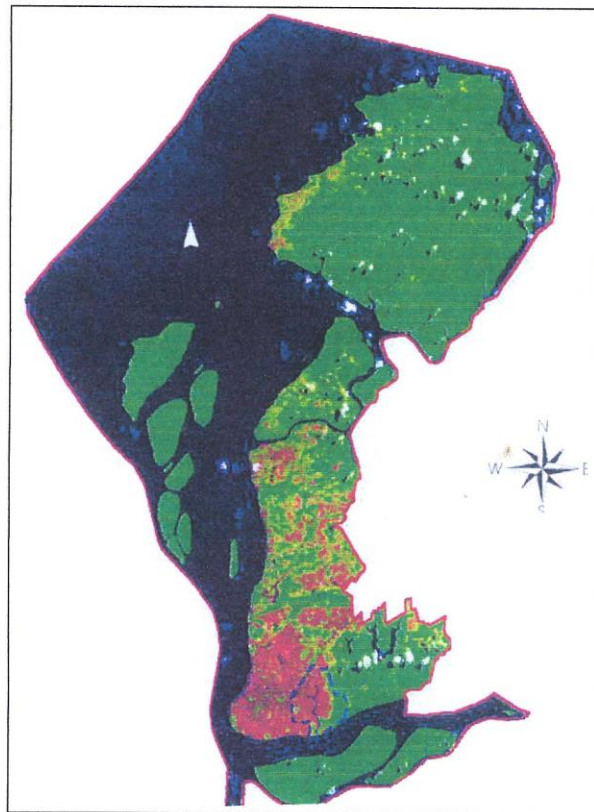


FIGURA Nº1 – BACIA DO TUCUNDUBA/ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE BELÉM

LEGENDA:

--- LIMITES DA BACIA DO TUCUNDUBA

5 0 5 10 KM
1:250000

FONTE: CODEM/LAENA – NAEA, 2001

Mapa 1: Bacia do Tucunduba/Área central de Belém

Fonte: PMB/CODEM/LAENA- NAEA/2001

é o mais populoso com 102.161 habitantes e o da Terra Firme/Montese ocupa a segunda colocação com 63.267 habitantes.

O principal igarapé, o Tucunduba nasce no Bairro do Marco e deságua no rio Guamá, no Bairro do mesmo nome. Parte da Bacia é constituída de terra firme e parte é área de várzea, alagável, que vem sendo gradativamente reduzida em extensão, devida os aterros feitos, em virtude das extensas ocupações, provocando o represamento da água (OTTERLOO, 2001).

Os primeiros habitantes da Bacia do Tucunduba foram os índios, possivelmente os Tupinambás, os verdadeiros donos da terra chamada Brasil, que deram ao igarapé principal o nome de Tucunduba, em virtude do grande número de palmeira *tucun* existente às suas margens (RAMOS, 2002).

A paisagem na Bacia do Tucunduba era uma paisagem ribeirinha, com flora e fauna diversa, com muitas árvores nativas, muitos animais. Segundo Ferreira (1995), a paisagem na bacia do Tucunduba era constituída de muitas árvores nativas, muitas flores, muitos animais variados produtos silvestres e uma diversidade de peixes e uma mata de várzea. O acesso por terra ao igarapé Tucunduba era difícil, existia apenas caminhos por dentro da mata fechada. O transporte era feito através de canoas e montarias utilizando-se o próprio igarapé Tucunduba e seus afluentes.

A exemplo de Belém, o processo de ocupação e de transformação da área do Tucunduba teve início ainda no século XVIII. Como observa Ramos (2002, p.15),

(...) foi implantada uma fazenda às proximidades do igarapé Tucunduba, a qual foi doada como sesmaria, pela Coroa Portuguesa ao Sr. Theodoreto Soares Pereira, no ano de 1728, para que o mesmo explorasse as riquezas existentes como a madeira, a agricultura e que construísse pontes e caminhos com o objetivo de desenvolver o local.

O processo de ocupação e exploração da área da Bacia do Tucunduba começou com a doação de terras como sesmaria, feita pelo rei de Portugal, a partir do século XVIII, que concedeu aos donatários, seus ascendentes e descendentes, o direito de explorar essas terras, extraindo madeira, argila, pedra, frutos, resinas e óleos, cultivo do solo, construção de pontes, caminhos dentre outros recursos naturais na época existentes, conforme registrado nas Cartas de Doação de Datta e Sesmaria, conforme ressalta Ferreira (1997, p. 56-57),

A mais antiga 'Carta de Doação de Datta e Sesmaria' que conhecemos até o presente que considera o Igarapé Tucunduba como um dos marcos limítrofes das terras, data do ano de 1728 e que pertenceu a Theodoreto Soares Pereira. A dita sesmaria situava-se na bacia dos igarapés Tucunduba e Boyussucuará, possuindo como limites à margem direita do Tucunduba [...] As cartas de Doação de Datta e Sesmaria concediam ao donatário e todos os seus herdeiros, ascendentes e descendentes a posse efetiva das terras sem tributo, a não ser o dízimo cobrado pelo governo, para que explorasse de maneira que lhe conviesse, desde a extração de madeira, cultivo do solo até a construção de caminhos, pontes e portos.

Essa atitude do rei de Portugal demonstra que a ocupação e transformação do espaço na Bacia do Tucunduba iniciaram no século XVIII, assim como a degradação do meio ambiente, considerando que o donatário podia extrair madeira e outros produtos.

Em 1775 a fazenda Tucunduba foi comprada pelos padres mercedários que construíram no local uma olaria com o objetivo de fornecer telhas e tijolos para abastecer o mercado de Belém. Embora haja controvérsias sobre a primeira olaria construída no Tucunduba, Ferreira *apud* Viana (1995, p.58) descreve que,

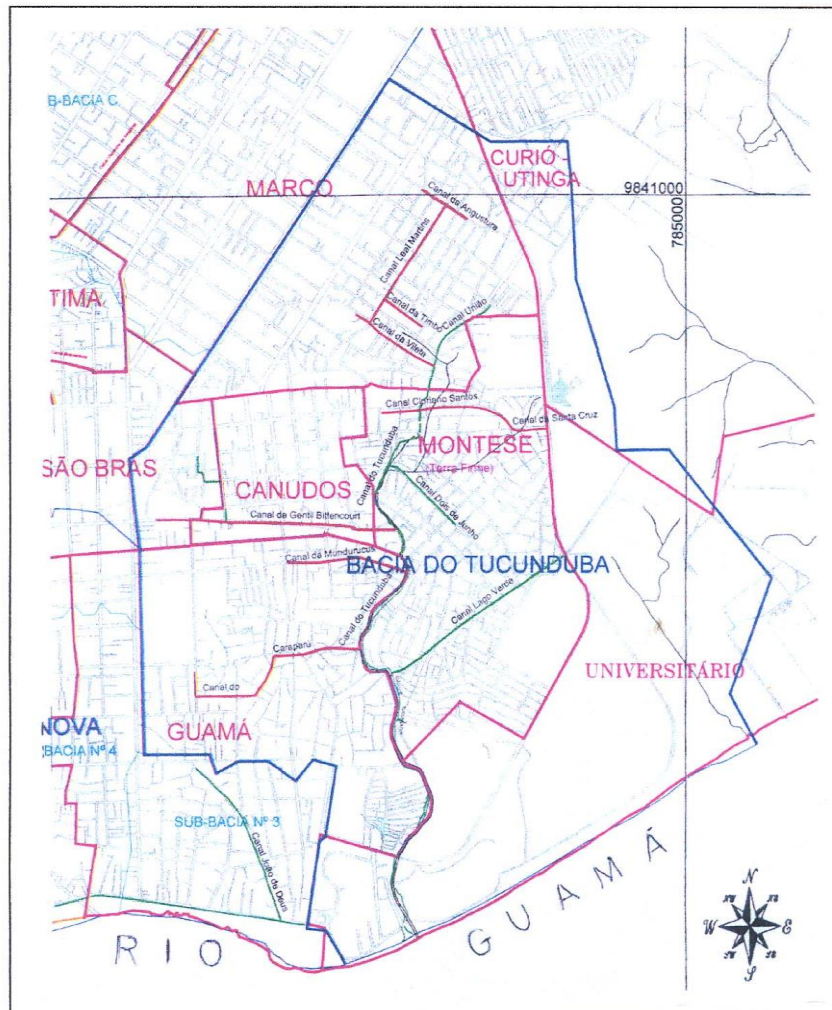
(...) nas terras da fazenda Tucunduba foi construída uma olaria por Frei Caetano Brandão, que chegou a Belém em 20/10/1783. Essa olaria foi construída para fornecer tijolos e telhas para as casas em construção da cidade. Entretanto, em documentos de arrematação constantes nos arquivos da Prefeitura Municipais de Belém, há referência de uma olaria, anterior a Frei Caetano Brandão, as proximidades do Igarapé Tucunduba, em 1767.

Ferreira (1995) menciona que em meados do século seguinte, a referida fazenda passa a constituir patrimônio da Santa Casa de Misericórdia do Pará, através de doação dos padres mercedários, que tinham adquirido através de arrematação pública.

Entre os anos de 1814 e 1816, a Santa Casa construiu na Fazenda Tucunduba, no local onde existia uma olaria desativada, um abrigo, constituindo-se no primeiro leprosário da Amazônia, posteriormente denominado de Hospital dos Lázarus do Tucunduba – espaço de reclusão das pessoas portadoras de hanseníase, doentes mentais, mendigos e escravos, vitimados pela varíola e pela febre amarela – que perambulavam pelas ruas e praças do centro da cidade. Às proximidades do leprosário a Santa Casa adquiriu um terreno onde também construiu um cemitério, o Santa Isabel, para enterrar os “pobres” vitimados pelas epidemias, pois, o cemitério da Soledade no centro da cidade era reservado para enterrar os “ricos”.

Ferreira (1995, p. 63) ressalta que, “Era preciso, com urgência, tirar da cidade os mendigos e doentes que não tinham direito nem a sepultura no cemitério destinado às classes favorecidas da sociedade de então. A cidade era para os ricos e saudáveis”.

Em 1900 a Santa Casa inaugurou outro hospital de isolamento de doenças infecto-contagiosas, Hospital Domingos Freire, hoje Hospital João de Barros Barreto, que segundo alguns moradores mais antigos, “lavava os cadáveres no igarapé Tucunduba”.



MAPA Nº 2 – BACIA DO TUCUNDUBA/BAIRROS

Legenda:

- Limite da bacia do Tucunduba
- Limite de Bairros
- Canais revestidos
- Canais não revestidos

CONVENÇÃO CARTOGRÁFICA

- Quadras
- Eixos de Ruas
- Rios e Igarapés



FONTE: PMB/CODEM/CINBESA/SEFIN 2001

Mapa 2: Bacia do Tucunduba e os bairros.
Fonte: PMB/CODEM/CINBESA/SEFIN/2001

Nesse período percebe-se também a agressão ao meio ambiente, visto que os esgotos de todas essas construções desaguavam no igarapé, iniciando também a partir daí o processo

de poluição, o Curtume Santo Antonio, por exemplo, jogava os resíduos da lavagem e curtição de couro no igarapé, exalando mau cheiro e os restos de couro eram visíveis quando a maré vazava. De acordo com o que menciona Otterloo (2001, p.10),

A degradação ambiental, nesta área, teve continuidade depois de desativado o abrigo de hansenianos, na década de 30. A área foi ocupada por moradores, e sem o consentimento da Santa Casa de Misericórdia, passaram a fazer extrativismo de látex, madeira de lei e pedras. Esse processo de desmatamento, a construção de vias de acesso deve ter facilitado a ocupação dessas terras, mais intensamente acelerando o processo de transformação da natureza. De 1930 a 1966, as ocupações tomaram grande parte da área pertencente à Santa Casa de Misericórdia, levando a Diretora a decidir lotear, vender e fazer das terras que lá possuía.

A desativação do Lazareto do Tucunduba ocorreu em 1930 doentes foram transferidos para a colônia do Prata, em Marituba, e até mesmo antes disso, grande parte dos terrenos da Santa Casa já estavam sendo ocupados por terceiros, que construíram suas casas.

No final da década de 1950, ainda pertenciam a Santa casa grandes extensões de terras na Bacia do Tucunduba, mas com o passar do tempo à instituição vendeu, doou e arrendou essas terras. Além da Santa Casa, as Terras do Tucunduba tinham também outros proprietários, como a família Leal Martins e a senhora Umbelina Quadros, que nesse período preocupados com a expansão e ocupação da cidade em direção a várzea do Tucunduba, lotearam e venderam suas propriedades.

Observa-se que a Bacia do Tucunduba desde o século XIX, já se constituía num espaço de isolamento das mazelas sociais, de segregação social e espacial, com objetivo de esconder os graves problemas sociais da época, de “limpar” para valorizar o centro da cidade.

Outro fato importante a destacar no processo de transformação da Bacia do Tucunduba, é que no início do século XX, na administração de Intendente Antonio Lemos, que se empenhou na higienização e embelezamento de Belém para a elite dominante, houve a proibição da construção de estábulos e também o pastoreio de gado nas zonas centrais da cidade, ou seja, as pessoas de menor poder aquisitivo assim como os mendigos, doentes mentais, hansenianos e outras doenças contagiosas tiveram que sair do centro da cidade por exigência da elite local elite local nos anos áureos do período da borracha.

Portanto, o Estado com os instrumentos que possui, atua também na organização espacial, principalmente visando criar condições favoráveis para atender os interesses capitalistas, contribuindo assim para a segregação sócio-espacial de grupos menos favorecidos e sem direito à cidade.

Nesse período o Brasil tinha uma política higienista e de “aformoseamento” do centro das cidades, conforme afirma Gomes (2006, p.39),

No Brasil, no início do século, a política urbana tinha um caráter higienista, urbanístico e de embelezamento da cidade, para atrair investimentos da parte do

capital estrangeiro. Não havia uma preocupação com ações que beneficiassem a pobreza; em vista disso, as populações pobres eram privadas dos direitos de cidadania.

Isso fez com que essas pessoas, inclusive os agricultores e pecuaristas que viviam próximo ao centro da cidade procurassem terrenos distantes para continuarem com suas atividades, indo parar nas terras da Bacia do Tucunduba, constituindo em segregação sócio-espacial. Sobre o assunto, acrescenta Otterloo (2001, p. 11),

Na sua origem, a área do Tucunduba foi ocupada por um contingente populacional segregado da sociedade, que foi construindo a sua forma de sobrevivência, sem estrutura mínima e digna de vida. Essa maneira de ‘segregação sócio-espacial’ correspondia à política vigente que era a de ‘higienizar a cidade’, hoje também percebida na forma de como o espaço urbano vem se constituindo. As formas de ocupação vão produzindo transformações na natureza, em novos espaços, com novas relações sociais, traduzindo de forma concreta a fragmentação de uma sociedade capitalista, onde a ocupação do solo se dá de acordo com as condições sócio-econômicas dos grupos populacionais.

Aos poucos foi acontecendo a transformação na área da Bacia do Tucunduba e o ambiente natural também foi se degradando. Com as diversas construções de isolamento realizado pela Santa Casa, novos caminhos foram abertos, foram construídas escolas, chegou a energia elétrica, o que já indicava um processo de valorização e de maior intensidade na ocupação da área. Segundo Ferreira (1995, p.65), “A construção do conjunto habitacional do Montepio, na várzea do Tucunduba na década de 60, às proximidades do Cemitério de Santa Izabel, foi um grande passo em direção a valorização da área”.

Outro elemento importante a considerar no processo de produção e de transformação do espaço urbano foi à construção do Campus da Universidade Federal do Pará, também na década de 1960, que foi considerado um marco histórico, cujo padrão de construção e infraestrutura como as demais construções do Bairro. Ferreira (1995, p. 75), ressalta que,

A implantação do Campus do Guamá valorizou os terrenos institucionais, o que deu início ao processo de ocupação clandestina por parte de pessoas em busca do direito à moradia, mesmo porque a Universidade que possuía 400 hectares desapropriados para a construção do complexo universitário só usou parte do terreno, por dificuldade de recurso para construir em toda área adquirida. A dificuldade de controle e fiscalização de seus terrenos também contribuiu para o acirramento das ocupações ao longo do tempo.

Marques (2001) acrescenta que a construção da Universidade Federal do Pará (UFPA) gerou também um problema sério ao meio ambiente, visto que para ser construída foi necessário devastar grande área verde, causando um prejuízo enorme à fauna e a flora da Bacia. Por outro lado à ocupação do restante das terras pertencentes à Universidade foram ocupadas pela população excluída do direito de morar que também foi devastando e ocupando

a margem do igarapé, aterrando, construindo palafitas, causando com isso o assoreamento e a quase morte do mesmo.

A partir de 1964, as terras ociosas da Universidade começaram a ser ocupadas por setores da sociedade sem condições de morar nas áreas nobres da cidade, ou seja, os segregados da sociedade que foram encontrando alternativas de construir suas casa sem as mínimas condições, sem nenhuma estrutura. Estes produziram o seu meio ambiente, aterrando a várzea com lixo, carochos de açaí e serragem, o que provocou a obstrução e assoreamento do igarapé (OTERLOO, 2001).

Apesar de todas as transformações ocorridas, até a década de 1970, as terras que conformam a Bacia do Tucunduba eram consideradas rurais, com várias atividades agropastoris, e por muito tempo, o homem manteve a relação com a natureza, navegando e tomando banho no rio, pescando, caçando, fazendo plantações, produzindo lenha e carvão, extraindo madeira, fazendo farinha de mandioca, colhendo variedades de frutos. Hortas, vacarias e olarias também faziam parte do uso das terras às margens do igarapé Tucunduba. Assim, esse curso de água sempre foi elemento importante nessa história, seja como via de transporte, para morar na sua margem, como área de lazer e para escoar produtos. De acordo com Ferreira (1995, p. 91-94),

A partir da década de 1970, as terras do Tucunduba passaram a ter um uso caracteristicamente urbano. Segundo depoimento de moradores mais antigos, o uso da terra num intervalo de tempo que compreende as décadas de 40,50 e 60 é muito diferente da atual, inclusive a própria relação com a natureza era outra e isso refletia os modos de articulação com o natural. Eles nos contaram, em entrevistas, das plantações que havia naquelas terras no período acima mencionado; na extração do cupuaçu, pupunha, piquiá, açaí, patauí, a samaúma e a fava; falaram na pesca do tamuatá, da tainha, da piramutaba, do mandií, do siri, do poraquê, do cara no igarapé Tucunduba e rio Guamá, a caça de animais do mato, como tracajá, jabuti, a cobra, o tatu, a paca, a capivara e o jacaré. Nos terraços as pessoas tiraram piçarra e pedra para construção. Nas várzeas havia hortas e pequenas vacarias e olarias, juntamente com a produção de carvão e farinha.

Na década de 1980, a área da Bacia estava praticamente toda ocupada. A ocupação por esses moradores gerou um conflito entre estes e a Universidade Federal do Pará (UFPA), pois a instituição reagiu tentando garantir as suas terras. A reação dos ocupantes acirrou o conflito havendo enfrentamento com a polícia, que derrubava as casas construídas. Isso resultou na organização dos moradores que se articularam para lutar em prol da posse da terra e garantir a permanência no local, através dos Centros Comunitários e Associações de Moradores, constituindo o Movimento pela Titulação e Urbanização da área do Tucunduba (MOTUAT), (FERREIRA, 1995).

Em pouco tempo o adensamento populacional se acelerou na Bacia do Tucunduba. A ocupação deste espaço desprovido de infra-estrutura e serviços públicos básicos tem gerado sérias agressões ao meio ambiente, ora pelo acúmulo de lixo e dejetos despejados diretamente

no igarapé ou absorvidos pelo solo, ora pelos desmatamentos e queimadas que causam desequilíbrio ao ecossistema isto porque o processo de ocupação, intensificado nos anos 80, ocorreu sobre os leitos dos igarapés. Esta forma de ocupação provocou o desmatamento das margens, a erosão e o conseqüente assoreamento. Todo esse processo diminui a profundidade e a capacidade de contenção do volume d'água transportado por esses igarapés, espalhando-se e ameaçando a saúde humana, quando aumenta a vazão. A impermeabilização do solo em função da construção de calçadas residenciais e do asfaltamento seja nas cabeceiras e terras altas ou, nos setores de várzea adjacentes aos igarapés aumenta o escoamento superficial das águas pluviais e a vazão dos canais fluviais, intensificando o problema da drenagem. Na várzea, a concentração de estivas e de palafitas funciona também como sistema de ancoradouro da sedimentação (FERREIRA, 1995).

Nessas áreas da Bacia, a partir da década de 1970, as ocupações foram realizadas pela população de baixo poder aquisitivo, de modo espontâneo ou por incentivo de políticos clientelistas. Todas elas foram marcadas por conflitos fundiários urbanos centrados nas lutas pelo direito de morar. Assim, apresenta altíssima densidade populacional, com poucas ações do Estado que só veio a partir da década de 1990, estes foram construindo as palafitas, aterrando os igarapés e igapós. Conforme afirma Barbosa (2003, p. 10),

Trata-se de uma área marcada pela concentração de moradias inadequadas, que são casas palafitadas construídas sobre os cursos d'água (igarapés e igapós) onde inexistem, ou são insuficientes, os serviços básicos como: saneamento (drenagem e tratamento dos esgotos domiciliares, industriais e comerciais), fornecimento de água, coleta e tratamento de lixo, que afetam de forma direta a saúde desta população. A situação de pobreza é caracterizada pelo desemprego, subemprego, altos índices de violência e criminalidade, e assim sendo responsável pela criação de um ambiente urbano com baixa sustentabilidade, comprometedor das condições de vida que inviabiliza a inclusão sócio-econômica.

Ainda segundo a mesma autora, nessas áreas as primeiras ações foram realizadas pelos próprios moradores, abrindo ruas, aterrando com serragens de madeira e caroços de açaí, mas isto era insuficiente para resolver os problemas de alagamentos e inundações. Face a essas dificuldades, foram se consolidando movimentos populares de bairros, que passaram a denunciar as precárias condições de vida nesses espaços urbanos, e a exigir investimentos públicos, para a implantação de serviços de infra-estruturais e sócio-culturais (BARBOSA, 2003).

As mudanças ocorridas na várzea do Tucunduba em decorrência do desmatamento das margens, das ocupações e do aterramento do leito do igarapé provocaram o assoreamento. No leito do igarapé segue todo tipo de resíduo, são sacos de lixo boiando, garrafas pet, restos de eletrodomésticos, animais mortos e outros.

É importante observar que embora o igarapé Tucunduba ainda não tenha sido concretado, grande parte de sua margem está ocupada por palafitas que contribuíram substancialmente para o processo de assoreamento e poluição de suas águas e de seu leito.



Foto 1: O leito do igarapé assoreado e ocupado por palafitas
Fonte: PMB/PDL (2001)

O ambiente natural não mais existe, a característica rural também já não existe. A natureza foi transformada ampliando-se os traços mais urbanos, e assim mais um rio da cidade agoniza. É o que nos confirma Ferreira (1995 p. 130-131),

(...) a degradação ambiental na várzea do Igarapé do Tucunduba é determinada pelo adensamento populacional, que contribui para o agravamento das inundações ou alagamentos ao alterar a drenagem natural. O aterramento feito com lixo, com caroços de açaí, com cascas de castanha e serragens, a concentração de palafitas e de lixo no leito do Tucunduba e seus tributários, além de alternarem a topografia, impedem o fluxo das águas pluviais e drenagem.

Em 1991, segundo o Plano Diretor de Esgotos de Belém (PDEB), a Bacia do Tucunduba possuía 221.427 habitantes, sendo mais de 40% residentes em áreas alagáveis. Estima-se que a Bacia do Tucunduba era habitada por 13% da população de Belém. De acordo com Barbosa (2003, p.18),

A Bacia do Tucunduba está entre aquelas de maior grau de precariedade infraestrutural e socioeconômica. Nesta área, os moradores apresentam um baixo poder aquisitivo, registrando a renda familiar concentrada na faixa de meio a dois salários mínimos. Há um alto índice de desemprego e subemprego, sendo a grande maioria da força produtiva absorvida pelo mercado informal.

É importante ressaltar os diversos usos do espaço na Bacia do Tucunduba, desde o século XVIII até os dias atuais, com diversas atividades públicas e privadas como: exploração de madeira e especiarias, agricultura, pesca vacarias, fazenda, colheita de frutos, olaria, construção de abrigo e hospital pela Santa Casa de Misericórdia, lavagem de cadáveres à margem do igarapé, cortume, transporte fluviais de mercadorias e passageiros, construção de hospital, lazer, habitação, construção da Universidade Federal do Pará e outros. Sobre essa multiplicidade de usos do espaço urbano capitalista conclui Correa (2005, p.10),

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço [...] É preciso considerar, entretanto que, a cada transformação do espaço urbano, este se mantém simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, ainda que as formas espaciais e as suas funções tenham mudado.

Observa-se que ao longo das décadas, a Bacia do Tucunduba, sofreu um processo de transformação do seu espaço natural, de forma que serviu para a segregação sócio espacial, e hoje encontra-se totalmente degradada tanto no aspecto ambiental quanto social.

Ferreira (1995) ressalta que são inúmeros os agentes de produção do espaço urbano na Bacia do Tucunduba sendo o próprio Estado, as instituições públicas e privadas como a Universidade Federal do Pará, A Santa Casa de Misericórdia, os grandes proprietários de terras como as famílias Leal Martins, Acatauassu Nunes, Umbelina Quadros, o Cortume Santo Antonio, a fábrica de palmito, as olarias, as serrarias, os ocupantes e os pequenos proprietários urbanos.

Correa (2005) analisa a questão da segregação espacial, quando afirma que esta é dinâmica, envolve espaço e tempo, e que o processo pode ser rápido ou lento ou pode permanecer por longo tempo ou mudar rapidamente, prossegue afirmando que a dinâmica da segregação é própria do capitalismo.

Fazendo uma análise sucinta, observa-se, que o processo de degradação do meio ambiente na Bacia do Tucunduba iniciou no século XVIII, a partir do momento em que foi doada uma sesmaria, ao Sr. Theodoreto Soares e este podiam explorar madeira, pedras, argila e outras especiarias.

Depois com a construção do Lazareto que provocou desmatamento de grande área, assim como desaparecimento de parte da fauna. A degradação continuou ao longo das décadas quando em 1900, o hospital Domingos Freire, hoje Barros Barreto, que segundo a história, lavava os cadáveres no igarapé e também nesse mesmo período o cortume Santo Antonio jogava os resíduos da lavagem e curtição de couro no igarapé, prática que perdurou por longos anos.

A construção do Campus da Universidade Federal do Pará, na década de 1960, contribuiu sobremaneira para a degradação do meio ambiente na Bacia, uma vez que grande parte da fauna e da flora desapareceu. Já a partir da década de 1970, com o início do processo de ocupação de pessoas em busca pelo direito à moradia sem nem um apoio do governamental acirrou a agressão ao meio ambiente, pois além do desmatamento, o leito do igarapé foi ocupado, sem contar que os esgotos de todas essas construções desembocavam para o igarapé.

4.2. A história viva: as transformações no meio ambiente natural na Bacia do Tucunduba.

Segundo pesquisa feita com moradores antigos, as transformações ocorridas na Bacia do Tucunduba, principalmente no que diz respeito ao meio ambiente natural, influenciaram sobremaneira na vida das famílias ali residentes. Expressam a importância do rio, da mata fechada, dos frutos que colhiam para sua alimentação, do rio como via de transporte de pessoas e mercadorias, como observamos a seguir,

Isso tudo aqui era mata, pra cá pra dentro tinha uma horta do japonês, ficava aí pra dentro perto do sítio, tinha cacau, muito açaí, marajá (M.G.M. – 46 anos).

A gente se alimentava de caça e de pesca, tinha muito açaí, era um açazal fechado (F.G.N. – 60 anos).

Vinha as canoas de Abaetetuba que trazia telhas pra abastecer Belém (RE.S. – 77 anos).

Aqui entrava muito motor, traziam telha, material de construção, farinha (A.S.C. – 74 anos)

Aqui as casas eram de palha, a minha era de palha que vinha do Amazonas, era buiçu o nome da palha. A palha vinha de barco pelo Igarapé, eu penei pra carregar a palha pra cá, era só um caminho. (F.N.S – 82 anos).

Meu vizinho tinha um barco, ele trazia a madeira do interior para construir sua casa. Os primeiros postes que chegaram para iluminar aqui vieram de barco, aqui não entrava carro, a mata era fechada. (M.V.G. – 62 ANOS).

Segundo os relatos, no início da ocupação, a várzea do Tucunduba era pouco explorada, considerada afastada do centro da cidade, onde já se processava a urbanização. Falam de um tempo que o local era de difícil acesso, quando andavam por caminhos estreitos que cortavam a mata. Isso contribuía para a manutenção do ambiente natural e o desfrute de recursos como a pesca, frutos e as palmeiras. Os moradores relatam que as canoas e montarias, o meio de transporte utilizado, circulavam pelo igarapé coberto pela floresta, características marcantes de povoados e cidades ribeirinhas, conforme afirmam os moradores a seguir,

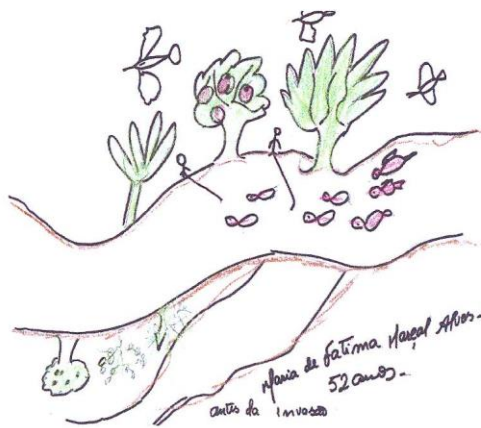
Eu cheguei aqui em 60. No igarapé só entrava montaria pequena. Não tinha morador, só tinha uma olaria pra cá da ponte da Perimetral. Essa frente aqui só tinha uma casa na beira do igarapé” (R.E.S. - 77 anos).

Era um rio de mata fechada, era só um garapezinho que passava umas canoinhas, as pessoas pescando”.(M.V.G. – 62 anos).

Hoje está tomado de barco aqui na frente, tem vez que tem mais de trinta, eles trazem porco, galinha, pato, o tempo do círio é uma gritaria de porco de gente que vem passar o círio” (M, S. - 70 aos)



O meu desejo eu gostaria
 que se desse mais
 valor ao rio Jurupituba
 mais as pessoas que passam
 com os seus barcos pelo
 rio são os primeiros a
 sujar.



Este desenho representa um sonho de
 um rio que eu sempre quis. Infelizmente
 de hoje não é assim, mas no sonho
 vale: um rio cheio de peixes, onde as
 crianças e as comunidades dele pu-
 dem alimentar-se, um rio cheio de
 árvores onde essas árvores poderiam
 dar frutos e seus frutos ali servir
 de produzir a sustentabilidade
 para muitos da comunidade;
 Um rio onde os pássaros possam
 passar voando e encontrarem
 sempre abrigo e alimentos e onde
 banqueiros possam trazer seus baus
 e trazer seus produtos e também
 fazer grandes demandas a N. Gra.
 Este não é um sonho impossível
 mas não sei se ainda vou ver isso

Figura 1: Sonho de um igarapé não poluído, com peixe e navegável.
 Fonte: Oficina de desenho com moradores – 2005

A figura anterior foi desenhada por um adulto e uma criança de nove anos e os dois retratam no desenho a vida ribeirinha em plena cidade de Belém, e a relação que têm com o

igarapé Tucunduba, além da preocupação com a poluição do mesmo, a importância do rio para a comunidade com via de transporte fluvial. Também se referem ao igarapé resgatado como um sonho, pois gostariam de ver o igarapé como foi outrora, com muita fartura, muitas árvores, muitos frutos, pássaros e até de um igarapé que serve para preservar a cultura, pois por ele passa o círio de N. Sra. Aparecida.

Ainda na mesma pesquisa sobre a história, os moradores antigos lembram-se das poucas casas localizadas à distância, com a mata ainda fechada, revelando a rarefação da ocupação na Bacia do Tucunduba e as lendas amazônicas também estavam presentes, tinha até visagem,

Eu cheguei aqui em 43, vindo de São Luís do Curu, Ceará, moro aqui há 52 anos. Isso aqui era feio. Era só pra quem tem coragem, isso era só um gapó. De moradores só tinha o urubu que era negro, o calça preta, a Zulmira, a D. Helena, que já morreram. Isso aqui era um braço do Tucunduba que taparam pra fazer o hospital dos leprosos. Na beira do igarapé era só mata, tinha cada um pé de samaúma (F.N.S – 82 anos).

Quando eu cheguei aqui era um matagal danado, tinha pouca casa, era só um caminho, a gente vinha andando pelo caminho, era tudo escuro, não tinha luz, as casas eram uma longe da outra (W.S.T. – 71 anos).

Quando eu vim, meu Deus, as minhas coisas ficaram muito longe, porque ninguém conseguia passar. Só tinha uma tabinha de açazeiro, só tinha uns sete ou oito moradores, foi um sacrifício chegar aqui. Aí era uma mata fechada (M.V.G. – 62 anos).

Aqui só tinha uma serraria, aí onde vão construir os prédios, isso aqui ia tudo no fundo, quando dava a maré alta então. Hoje melhorou, tem asfalto, mas muitos moradores não zelam pelo que tem, jogam lixo na rua (W.S.T. – 71 anos).

“Aqui tinha até visagem, assoviava a matinta pereira, ela fazia fi, fi. A gente ficava com medo, com muito medo. Ela assoviava toda sexta-feira à noite. Um dia meu marido estava reparando umas madeira aí na beira do igarapé pro meu cunhado, quando ele ouviu umas pisadas muito fortes, muito fortes mesmo, de gente grande, quando chegou perto era um menino que desapareceu.” (W.S.T. – 71 anos).

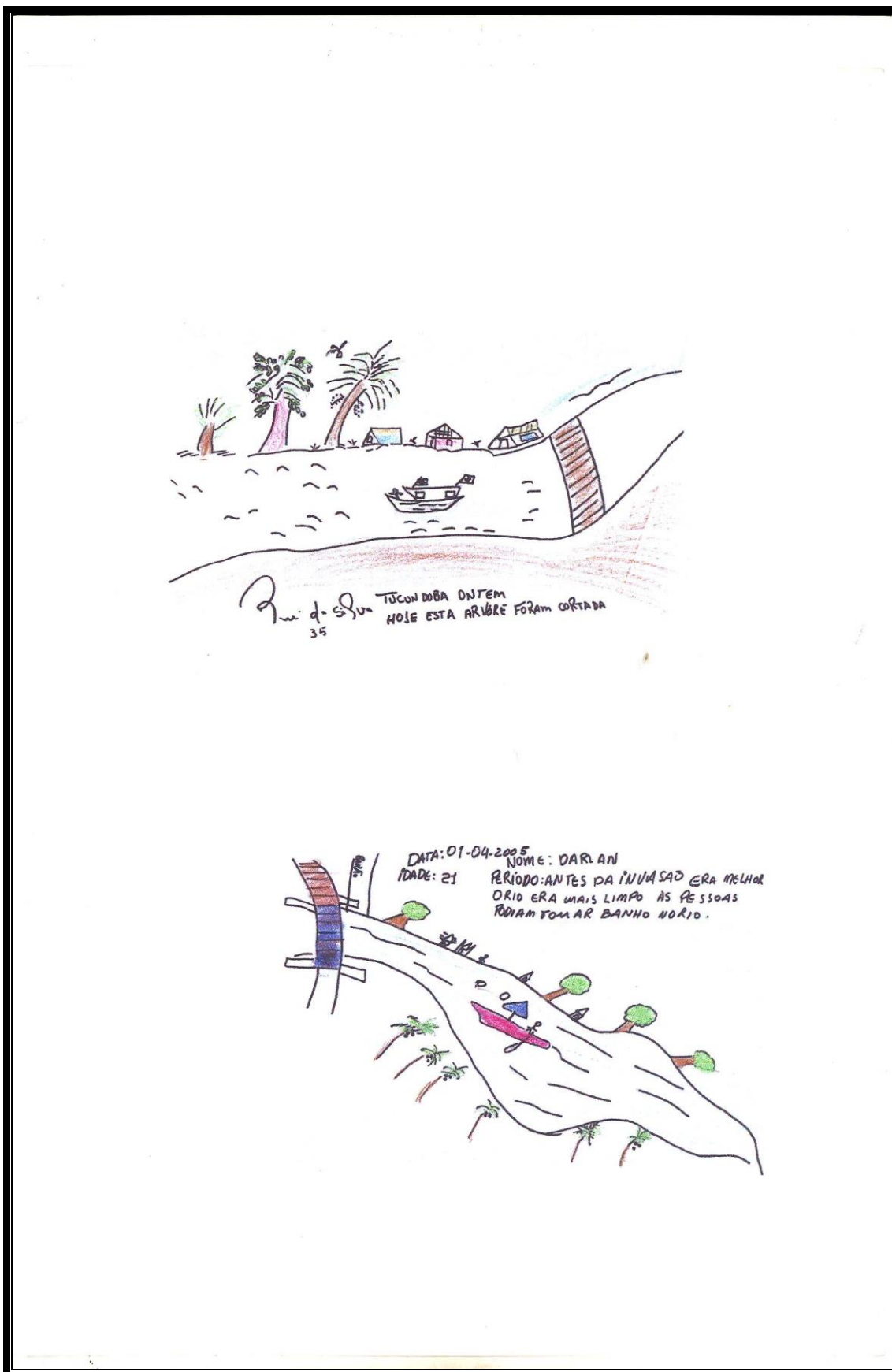


Figura 2: O igarapé antes da ocupação com árvores e barcos navegando.
Fonte: Oficina de desenho com moradores – 2005.

A figura retrata outra vez a relação com o igarapé Tucunduba, a vida ribeirinha, mas retrata também um igarapé já poluído, degradado, com poucas árvores.

Nos depoimentos dos moradores antigos sobre a história e as transformações ocorridas na Bacia do Tucunduba, observa-se também a facilidade de acesso à diversidade de animais e frutos encontrados na floresta à margem do igarapé Tucunduba que se apresentava como alternativa para a aquisição de gêneros de primeira necessidade. Percebe-se também nesses depoimentos uma demonstração de estreita relação do homem com o rio, com a natureza, cujo maior benefício era o acesso à diversidade de produtos naturais essenciais a sobrevivência. Isso remonta a uma época de fartura que tornava baixo o custo de vida, haja vista a disponibilidade de produtos alimentares encontrados na própria natureza, próximo de suas casas, conforme depoimentos abaixo,

Aqui tinha caranguejo, tamuatá, muito peixe, piaba. De tardinha o meu marido pegava o caniço e pescava. Ele falava: eu vou pegar a janta.(M.G.M – 46 anos).

Aqui na minha casa tinha muita laranja, tinha também muita banana, açaí e muita cobra (F.N.S. – 82 anos).

Eu tenho muita saudade daquele tempo, era muito farto, tinha muita fruta, a gente não comprava (M.V.G. – 62 anos).

A gente se alimentava do igarapé (M.G.M. - 46 anos).

Segundo a história viva, expressada no relato dos moradores antigos, na Bacia do Tucunduba reinava a abundância, lembram de um tempo farto, do uso dos recursos naturais que o igarapé Tucunduba proporcionava, conforme observam os entrevistados,

A senhora sabe quais eram os peixes que pegavam? Era piaba, tamuatá, bacu. Tinha muito caranguejo, eles andavam pelo assoalho, a gente nem fazia muita questão. Tinha também muito camarão, a senhora pensa! Eu colhia melão na beira da ribanceira, quiabo, maxixe, eu adoro plantar. Eu plantava milho, arroz, deu cada um cacho de arroz! A minha casa era rodeada de mata, as pessoas caçavam, pegavam fruta, tinha muito taperebá. Meu Deus do céu tinha muito taperebá, estragava! Tinha cana, era um sítio. Sabe o que tinha muito aqui? Miritizeiro, a gente ajuntava muito, tinha um pé bem aqui, mas era muito bom! (MV. G. – 62 anos).

Eu moro há mais de trinta anos aqui, só fico com pena do igarapé, que está quase morto, não tem mais peixe pra gente comer, a gente não pode mais tomar banho nele (W.S.T. – 71 anos).

Os moradores das proximidades pescavam, colhiam os frutos dos açaizeiros, também pegavam jabutis, jacarés e tudo servia para a alimentação (A.R.S. – 52 anos).

Aqui tinha também muito açaí, a gente tirava açaí, tomava, dava para os vizinhos e ainda sobrava. Aqui nessa área tinha muito açaí e marajá, encontrei pé de jaqueira, urucu, genipapo, café. Um tempo faltou café no comércio, a gente tirava aqui (F.N.S. – 82 anos).

Aqui era muito farto, eu criei muitos filhos aqui só com marisco e peixe que eu pegava no igarapé. Colocava matapi, tapava o buraco e pegava toda qualidade de peixe, era acará, jacundá, anujá, pescada. A gente tapava o buraco do igarapé e pegava muita piabinha. Açaí nem de fala, eu vendia muito açaí, amassado na mão, eu mesma apanhava o açaí, vendia também em caroço (A.S.C.).

Tinha uma época que eu queria que tu visse a noite, principalmente noite de luar quando a maré estava grande, ficava todo mundo aí no Tucunduba, ficava aquela fileira de pessoas tudo pescando até altas horas da noite, agora dá muita pouca, algumas pessoas depois que o igarapé ficou poluído. Olha sem mentira nenhuma eu pegava até camarão nessa época. O igarapé era tão limpo, tão bom que ele tinha até um balneário que as pessoas vinham tomar banho. Tinha um bosquinho, e depois acabou o bosquinho, era um bosquinho mesmo, era um ponto turístico. Tinha também fazenda, às vezes a gente ia tomar banho e acontecia algum imprevisto, porque as vezes a gente ficava tomando banho e dava de cara com búfalo. Nos tínhamos um bacurizeiro muito grande e quase na entrada do Riacho Doce nós tínhamos a Samuameira.(S.F)

A gente vinha lá da Terra Firme pra apanhar açai aqui, entrava no mato pra apanhar açai aqui, e olha que eu não sou tão velho eu tenho 38 anos.(M.).

Percebe-se na fala dos entrevistados que num passado muito recente a floresta e o igarapé eram fartos, com extensas áreas livres, além de propiciar a retirada de alimentos para consumo próprio, também abastecia o mercado local, como veremos a seguir,

Tinha um senhor que criava gado e tinha horta, o apelido dele era “Calça Preta”, ele vendia os produtos da horta do Ver-o-Peso, vendia leite também. Eu cheguei a ter umas cinco cabeças de boi. A gente colocava o gado pra dentro do mato, de manhã, quando era a tarde a gente ia buscar pra colocar no curral (R. E.S. – 77 anos).

O Calça Preta tinha gado, eu me lembro da dona Francisca que morava aqui, a dona Helena também tinha gado. Quem comprou o gado da dona Helena foi o dono da Olaria que tinha aqui perto da primeira ponte, onde hoje é o Riacho Doce (A.S.C. – 74 anos).

A dona Antonia e o irmão dela botava matapi até lá na boca pra pegar camarão. A dona Antonia vivia do açai, ela também tirava lenha pra vender pra olaria (R.E.S. – 77 anos).

O finado Calça Preta tinha horta, ele tinha gado e muita cabra, eu tenho um filho que foi criado com leite de cabra. Aqui tinha também muito acapu pra vender (A.S.C.) – 74 anos).

A pesquisa revela também os diferentes usos do igarapé, que servia para pescar, tomar banho, como opção de espaço de lazer e entretenimento não só aos moradores residentes às proximidades da Bacia, mas a moradores de toda a cidade, conforme mencionam a seguir,

Aqui quando a maré enchia vinham muitas pessoas bebericar, tomar banho no igarapé. A gente tomava banho no igarapé, a gente tomava banho no rio, vinha pessoas de todos os bairros tomar banho aqui, vinha gente da Sacramenta, Jurunas e outros lugares (F. G. N. – 60 anos).

A gente tomava banho no rio. Nesse tempo eu era nova, se reunia aquela turma, a gente comprava frango e ia assar na beira do igarapé, era uma diversão. Vinha gente de toda Belém pescar pra cá, tomar banho no igarapé, se divertir. Eu tenho saudade desse tempo, a gente era mais livre. (M.G.M. – 46 anos).

Era um tempo muito bom, eu me lembro que a água do igarapé Tucunduba na época da minha adolescência era bem limpa e proporcionava pra nós, a garotada do bairro, a maior diversão. A gente se reunia pra jogar futebol e depois do futebol a gente ia

pra ponte da Perimetral e ficava se jogando no rio, era muito bom, não era poluído, era local de lazer, a gente se divertia muito. Na minha memória está gravada que o igarapé parecia ficar distante do bairro, a gente ia por um caminho (J.F.L. – 46 anos).

Quando eu cheguei aqui a água era limpa, nós tomava banho no igarapé. Tinha peixe, o pessoal costumava pescar aqui. (Dona Iraci, moradora antiga do Riacho Doce).

O processo de transformação, de ocupação e de organização sócio-espacial na bacia causaram a degradação ambiental, mudanças climáticas e na paisagem natural, interferindo negativamente no modo de vida e no cotidiano dos moradores locais, conforme revelam os moradores,

Quando tinha a mata era tudo friozinho, não dava esse temporal que agora dá, nem era esse calor horrível, as plantas amparavam o temporal. Agora eu me sinto sufocada aqui nesse pedacinho, não tenho um pedaço de terra que eu possa plantar, estou aqui nessa casinha, eu sinto falta das plantas, fiquei com muita pena, eu tinha muita samambaia (M.V.G. – 62 anos).

Hoje tem muita violência, o rio está sujo, poluído. Hoje embora não tenha mais caça, pesca, árvores, frutas, tem asfalto, tem o progresso. Eu tenho muita saudade daquele tempo, era muito farto, tinha muita fruta, a gente não comprava. Hoje está muito diferente, a gente não pode nem sair, é muito pivete, muito calor, é muito quente (M.G. M. – 46 anos).

Era calmo, não tinha pichador, era muito bom viver. O clima era bom, não era quente, era um clima de interior (F.G.N. – 60 anos).

Depois de muito tempo foram invadindo a beira do igarapé, derrubando árvores, o igarapé ficou sujo, agora é isso que a senhora vê (M.V.G. -62 anos).

O meu irmão pescava no rio, dava piaba de quilo, agora como o peixe vai entrar nisso aí, ficou desse jeito, desmataram tudo, está muito sujo (F.G.N. – 60 anos).

Essa lembrança boa do Tucunduba começa a acabar quando a área onde funcionava a Olaria foi ocupada seguida do Pantanal e foi seguindo rio acima, e começa a poluição e o assoreamento que prejudicou o banho e até a navegabilidade do igarapé (A.R.S. – 52 anos).

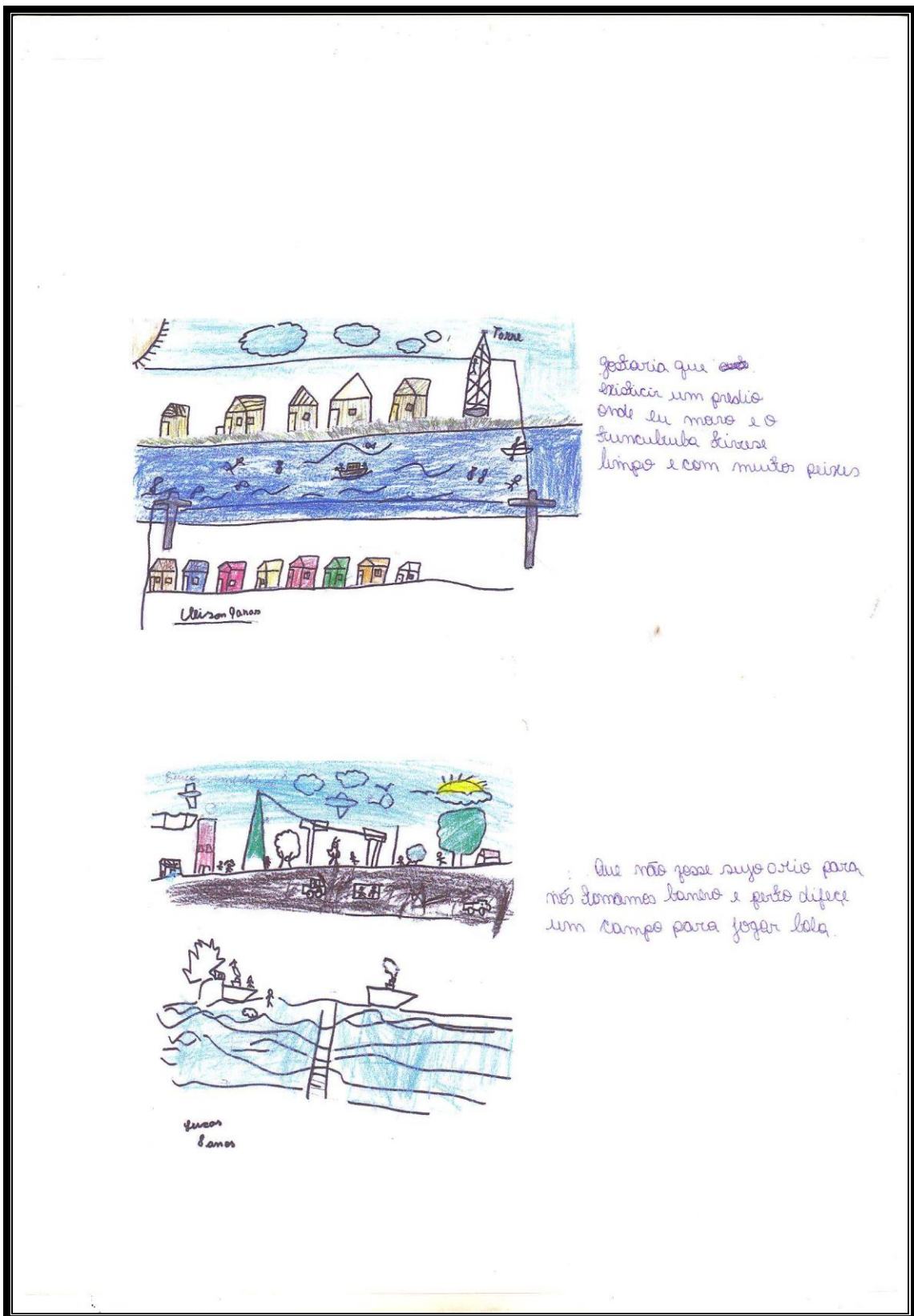


Figura 3: O igarapé Tucunduba já poluído, com o leito ocupado e lixo boiando.
Fonte: Oficina de desenho com moradores – 2005.

Na figura, que foi desenhada por duas crianças de oito e nove anos, percebe-se a preocupação das mesmas com o igarapé Tucunduba, já bastante poluído com bastante lixo,

seu leito ocupado por palafitas, o que expressa a vontade de ver um dia o igarapé limpo. Está sempre presente nos desenhos o igarapé, demonstrando a importância do rio para os mesmos.

Já nos depoimentos dos moradores da Bacia do Tucunduba, sobre as transformações sócias espaciais ocorridas, demonstram um sentimento de tristeza e saudosismo pela perda e o desaparecimento da fauna e da flora, da degradação ambiental e como isso afetou a vida deles como observado a seguir,

Era um igarapé bonito, a água era limpa. Era cheio de árvore de um lado e de outro. A gente bebia água do rio, tomava banho, isso até mais ou menos em 83 (F.G. N. – 60 anos).

Tinha muito assacuzeiro, cada enorme. Na frente de casa tinha um enorme dum assacuzeiro. Tinha um mato chamado marajá, tudo isso aqui era um marajazal. Tinha muita cobra, vige, muita sucuri. Um dia tinha uma cobra coral bem na prateleira da minha filha, era muita cobra mesmo, as cobras entravam na casa (M.V.G. – 62 anos).

Isso aí tudinho era mata fechada. A gente estava às vezes sentado na frente de casa e enxergava cotia correndo, paca. Tinha jacaré, poraquê e muito. Com a maré grande entrava boto. A gente ia pra mata apanhar frutas. Tinha também muito peixe, tamuatá, pacu, tinha camaleão, jacaré (M.G.M. – 46 anos).

Tinha também muita paca, jacaré, muita cobra sucuri, aqui não tinha luz, a gente usava lamparina (A. S.C. – 74 anos).

Aqui tinha muito macaco prego, um dia entrou um dentro da minha casa, tinha muito camaleão, jacaré, paca, tatu (F.G.N. – 60 anos).

Os relatos dos moradores revelam as transformações ocorridas na Bacia do Tucunduba e no principal igarapé do mesmo nome e demonstram ainda situações antagônicas como a abundância de ontem e a escassez de hoje, mostrando também como as diversas ocupações contribuíram para agravar a situação ambiental e social, com a contaminação das águas, desmatamento, assoreamento e outros.

A ocupação da Bacia do Tucunduba é exemplo concreto de ocupação do solo urbano, onde a segregação sócio-espacial deu-se inicialmente por questões já mencionadas, que foi o afastamento das pessoas “pobres” do centro urbano por portarem doença contagiosa, agregando a esse processo o sentimento de repulsão. Posteriormente a partir da década de 70 o processo de ocupação se caracterizava por um grande fluxo de famílias de baixa renda, que se deslocou do interior do Estado, ou de outros Estados, ou de outros bairros de Belém, nessa última situação devido à especulação imobiliária, os terrenos onde moravam foram sendo valorizados e tornando-se incompatíveis com seu padrão de vida, caracterizando uma segregação espacial da cidade de uma parte da população pobre. (OTTERLOO, 2001).

A partir da década de 1970, com a implantação dos grandes projetos na Amazônia, houve um grande fluxo migratório de pessoas para a cidade de Belém em busca de melhor condição de vida, conforme o que argumenta Otterloo (2001, p.11),

A partir dessa década houve grande fluxo migratório devido à implantação de grandes projetos na Amazônia; a concentração fundiária na área rural e a integração nacional, mobilizando a população do interior do Estado e de outros estados para a capital Belém, que ocuparam inicialmente os locais afastados do Centro Urbano em busca de moradia, a chamada periferia, forma de expressar a segregação sócio-espacial. São áreas inicialmente com características mais próximas da área rural, com áreas verdes ainda preservadas, mas devido à densidade populacional perdem suas características e passam a apresentar características urbanas, com o agravante de não apresentarem condições de higiene e saneamento, pavimentação de ruas e arborização, provocando sérios problemas sócio-ambientais.

Otterloo (2001, p.12) menciona que “Na Bacia do Tucunduba, somente a UFPA ainda mantém parte da mata nativa preservada, sendo que grande parte da área verde, localizada no Campus III, fronteira com o igarapé Tucunduba, encontra-se densamente povoada”.

A área acima citada localiza-se a margem esquerda do igarapé Tucunduba e foi no ano de 2007, totalmente desmatada por ocupantes que não conseguiram construir suas casas e está sendo usado para depósito de lixo e entulho pelos moradores do Bairro da Terra Firme e pela própria Prefeitura Municipal de Belém (PMB), problema amenizado pela grita de alguns integrantes do Comitê Ambiental que até hoje lutam pela preservação do rio e do meio ambiente.

4.3. As ocupações Riacho Doce e Pantanal: histórico, localização e dados gerais.

É no contexto da transformação da Bacia do Tucunduba que se formaram as ocupações Riacho Doce e Pantanal, com problemas ambientais sérios e também, marcadas pelas lutas ao direito de morar, ambas estão localizadas no perímetro delimitado pelas avenidas Perimetral, Rua Augusto Correa, Igarapé Tucunduba e Passagem Nova no Bairro do Guamá. Na ocupação Riacho Doce, até a década de 1980, só existia uma olaria e uma fábrica de palmito e ao longo da margem do igarapé Tucunduba havia mata de várzea.

No Riacho Doce, a ocupação ocorreu no dia 04 de setembro de 1990, em meio a muitos conflitos e confrontos com a polícia, tudo isso de forma desordenada sem planejamento sem as mínimas condições de saneamento e outros serviços básicos. Nas memórias dos moradores essa comunidade,

(...) iniciou no dia 04 de setembro de 1990, por um grupo de amigos liderados pelo senhor Juvenal Batista que resolveram ocupar o terreno que estava abandonado, a qual funcionava uma olaria que fabricava tijolos e telhas, as margens do igarapé Tucunduba, de onde se tirava matéria prima. Após as três tentativas, pois a polícia retirava as ferramentas e expulsava os posseiros e como estava na véspera de uma eleição para governador, o então candidato Jader Barbalho com a ajuda do advogado José Maria da Costa fez a promessa de que o povo poderia ficar no local e cada um foi retirando o seu lote e tinha que ficar vigiando pois havia conflito com os posseiros e por isso foi criado um centro comunitário para organizar. Como ficava na margem do igarapé e estava passando uma mini-série com o nome de Riacho

Doce. Depois de organizado a área, foi definida as ruas, e os tamanhos dos lotes, e foram construídos barracos cobertos com plástico: usavam água do igarapé para uso doméstico, a luz era clandestina (T.S. uma das primeiras ocupantes).

Olha, na época que aconteceu a invasão do Riacho Doce eu me lembro benzinho, que isso aconteceu de manhã, por volta das oito horas da manhã, eu vinha passando, eu nem sabia eu vim comprar madeira aqui no Rock, nessa época já tinha o Rock, a serraria do Rock, foi quando o finado Juvenal (líder da ocupação) me chamou e disse: o senhor não quer participar com a gente dessa invasão, eu disse: que invasão rapaz? Aqui, nos vamos invadir essa área agora, você não quer tirar um terreno para construir a sua casa e tal? Aí eu fiquei assim pensando...Então não fui mais comprar madeira. Aí eu voltei em casa, fui lá na casa onde eu morava próximo, peguei meu terçado quando eu cheguei eles já tinham derrubado o portão (portão da olaria) e já tavam vap, vap, já roçando né e eu sai no meio né roçando, né.(S.F. um dos primeiros ocupantes).

(...) aqui no Riacho Doce eu tinha que levantar duas horas da madrugada pra encher baldes de água, havia apenas duas torneiras, uma localizada próxima a Barão, na rua da Olaria e outra localizada na Perimetral próxima a rua da Olaria. A fila pra conseguir água era imensa e muitas vezes ocorriam brigas dos moradores (M. E., moradora antiga)

Era uma área pantanosa, sem um pingo de infra-estrutura, não havia água, luz, tudo foi feito de improviso lá, iluminação clandestina, pedia água da Universidade, abastecimento pra comunidade, não havia ponte, a não ser folha, pedaço de tábua que se jogava pra passar (R.C., um dos primeiros ocupantes).

A energia elétrica na área era clandestina, a água era tirada direta do igarapé Tucunduba ou de tubulação quebrada localizada na Avenida Perimetral ou ainda dentro da UFPA, não tinham coleta de lixo, o lixo era jogado no igarapé. Com o objetivo de lutar em prol de melhorias para a comunidade, esta iniciou o processo de organização sob a liderança do Sr. Juvenal Mendes Batista, que era evangélico e liderou a fundação do Centro Comunitário Riacho Doce (CCRD).

Em 1991, cerca de 100 famílias já ocupavam a área. Aos poucos o terreno característico de várzea, foi substituído por um aterramento feito com caroços de açaí, cascas de castanhas e serragens. Além disso, houve uma concentração de palafitas e de lixo no leito do igarapé, o que impedia o fluxo normal de água e de esgotos das terras mais altas da ocupação (GEMAQUE, 2006).

Já na área do Pantanal, o processo de ocupação se deu no período de maio a agosto de 1990 e também de forma desordenada, sem as mínimas condições de habitabilidade, inclusive com construções de palafitas no leito do igarapé Tucunduba, recebeu esta denominação por se tratar de uma ilha de mata fechada, que foi toda desmatada em virtude da ocupação, conforme um dos primeiros ocupantes da área,

Não tinha ponte, era igarapé dum lado, outro doutro, aquela situação né, inclusive nós éramos um dos primeiros moradores lá do Pantanal desde o início da invasão (D.D., artista, morador Pantanal).

Durante esse processo de ocupação os moradores do Pantanal também se organizaram e fundaram a Associação dos Moradores Unidos do Pantanal (AMUP), com o objetivo de lutar em prol de melhorias para a área. Receberam também apoio de organizações não governamentais e principalmente da igreja católica. É importante ressaltar que as duas ocupações receberam as respectivas denominações em virtude de séries televisivas da época.

Os dados a seguir são baseados no cadastro familiar realizado para fins de diagnóstico pela equipe da Prefeitura Municipal de Belém, ligada ao Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal (PDLRP), realizado em 2002, que contemplou 100% dos domicílios, num total de 1.292. Nesse cadastro, constatou-se a existência de 1.537 famílias nas duas comunidades, representando um contingente populacional de 6.057 habitantes, com uma média de 4,6 pessoas por domicílio, sendo que esta média é maior no Pantanal em sua maioria famílias oriundas de cidades ribeirinhas como Bujarú, São Domingos do Capim, Abaetetuba, Igarapé Miri, Acará, Ponta de Pedras e outras.

Com relação à faixa etária dos habitantes o cadastro revela um número maior de pessoas entre 20 e 39 anos, enquanto a de menor concentração é de 0 a 9 meses. Foram identificadas 962 pessoas chefes de família do sexo feminino, sendo a maioria solteiras, que assumem sozinhas a responsabilidade da manutenção da família. No Pantanal, a situação dos chefes de família também é constituída em sua maioria por mulheres.

Sobre o nível educacional constatou-se um baixo índice de escolaridade. No Riacho Doce, 5,10% são analfabetos 7,2% são alfabetizados, 52% dos chefes de família têm o primeiro grau incompleto, 11,10% tem o primeiro grau completo, 7,95% completaram o segundo grau incompleto e 0,6% estão no terceiro grau. No Pantanal, 13,3% dos chefes de família são analfabetos, 7,5% são alfabetizados, 56,9% tem o primeiro grau incompleto, 10,10% completaram o primeiro grau, 3,7% completaram o segundo grau e 4,3% têm o segundo grau incompleto.

A economia é de subsistência e há também a predominância na comercialização de materiais e produtos vindos de cidades e ilhas próximas a Belém. Nesse processo de comercialização de produtos como açaí, madeira, carvão frutas, palha, farinha, tijolos e outros produtos oriundos de ilhas e cidades localizadas nas proximidades de Belém, cuja porta de entrada é o Igarapé Tucunduba. Além dessas atividades econômicas também há um considerável número de pequenos comércios como mercearias, mercadinhos, venda de peixe assado, açougue e outros em sua maioria localizados na rua principal do Riacho Doce que é a rua da Olaria. Alguns moradores exercem atividades pesqueiras, sendo costumeiro saírem para pescar no rio Guamá e ilhas próximas.

No que diz respeito à renda familiar, os moradores do Riacho Doce e Pantanal, segundo o cadastro, 13,74% ganham menos que um salário mínimo, 69,86% entre um e três salários mínimos e 12,93% possuem renda familiar superior a três salários mínimos.

As vias de acesso às duas comunidades são satisfatórias, pois se constitui de avenidas e ruas que se integram no sistema viário geral da cidade. O atendimento com relação ao transporte coletivo também é satisfatório, devido à proximidade da UFPA que é atendida por várias linhas de ônibus. O igarapé também facilita o acesso por via fluvial para as duas ocupações no transporte de variadas mercadorias e produtos como: madeira, peixe, carvão, frutas, tijolos, telhas, farinha e outros.

Sobre o esgotamento sanitário, as comunidades não são contempladas com esse serviço, sendo os dejetos lançados nos próprios terrenos ou no igarapé Tucunduba, 47,04% lançam os dejetos a céu aberto, o que compromete a qualidade sanitária e ambiental das duas ocupações. O atendimento de abastecimento de água é precário, com problemas de pressão e vazamento. Esses fatores facilitam a infiltração de águas contaminadas comprometendo a qualidade da água: 89,21% dos domicílios possuem abastecimento de água da rede pública, 0,91% utiliza poço e 2,18% outras formas.

Atualmente, as duas ocupações são servidas pelo serviço de coleta de lixo domiciliar, que atende as comunidades diariamente, por meio do sistema “porta-a-porta”. É de 72,42% o total de domicílios atendidos pela coleta pública e, cerca de 20,02%, joga o lixo a céu aberto. Quanto à energia elétrica, 89,49% das famílias são usuárias. O restante possivelmente possui ligação clandestina. No que tange aos equipamentos urbanos e comunitários, são contemplados especialmente na área de educação e saúde que se localizam dentro das comunidades ou no entorno.



Foto 2: Vista aérea da área de ocupação Riacho Doce à margem do Igarapé Tucunduba.
Fonte: PMB /2003.



Foto 3: Vista aérea da área da ocupação Pantanal à margem do Igarapé Tucunduba.
Fonte: PMB (2003).

Na área da saúde, as famílias são atendidas pelo Programa Família Saudável, com um Posto localizado dentro da área do Riacho Doce. Os casos mais graves da comunidade são encaminhados para o Hospital de Urgência e Emergência do Pronto Socorro do Guamá. Contam ainda com o Posto de Saúde do Guamá e o Hospital Universitário Betina Ferro, pertencente a UFPA. Na área educacional dispõem também de várias escolas no entorno. Quanto à segurança contam com uma delegacia as proximidades do igarapé e um posto móvel em frente ao Riacho Doce, sendo também atendidos por rede de telefonia pública e domiciliar. A maioria das casas é de madeira e essa certa infra-estrutura acima relatada em sua maioria é em função da implantação do Projeto Tucunduba e do Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce Pantanal pela PMB.

4.4. Urbanização e Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba.

A partir de 1997, com a eleição de um prefeito da esquerda, a cidade de Belém e conseqüentemente a Bacia do Tucunduba, experimentaram uma nova proposta de gestão pública, alicerçada na democracia, com ênfase na participação popular e buscando romper

com o modelo de intervenção de concretar a margem dos igarapés, baseado no desenvolvimento local e dando ênfase às representações sociais, com respeito aos sujeitos locais, a sua história, a sua cultura e os seus saberes.

Foi nesse período que foi implantado na Bacia do igarapé o Plano de Desenvolvimento Local Sustentável da Bacia do Tucunduba (PDLS), que se subdividia em dois projetos. Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba e o Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal (PDL/2000).

O projeto de macrodrenagem da Bacia do Tucunduba foi dividido em três etapas: a primeira etapa vai da Avenida Perimetral até a Rua São Domingos; a segunda vai da rua São Domingos até a avenida Gentil Bittencourt e a terceira vai da Gentil Bittencourt até a travessa Vileta. Sendo que na referida gestão foi implantada apenas a primeira etapa, com recursos oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e objetivou a reestruturação e drenagem do igarapé para escoamento das águas e eliminação dos grandes alagamentos. O projeto investiu também em uma intervenção urbanística ambiental, resgatando as condições naturais do igarapé com a desobstrução do leito e replantio da vegetação natural, da garantia da navegabilidade, construção de pontes e portos com a finalidade de integração viária da Bacia do Tucunduba à cidade, rompendo a forma tradicional de tratamento em concreto que transformou os igarapés que entrecortavam Belém em valas. A previsão é que todo o trecho do igarapé Tucunduba tenha mantido a sua navegabilidade, uma vez que o mesmo serve de fluxo de entrada de mercadorias através dos barcos, sendo muito importante para a economia local.

O que marcou a macrodrenagem e urbanização da Bacia do Tucunduba além do resgate do rio, foi à participação popular através de Conselho de Controle e Participação Popular (CCPP), formado por quarenta e cinco integrantes. O projeto previu a sustentabilidade econômica, cultural e social, aliada ao equilíbrio ecológico, resgatando o rio, garantindo a navegabilidade e potencializando a economia local.

O Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal foi um projeto de intervenção urbanística e social, cujas linhas de ação foram: desenvolvimento comunitário, controle social, regularização fundiária, implantação de infra-estrutura urbana, projetos habitacionais, educação sanitária e ambiental e geração de trabalho e renda, sendo o recurso proveniente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O PDLRP era atingiu 1537 famílias residentes nas comunidades Riacho Doce e Pantanal no Bairro do Guamá. Embora tenha que seguir as normas do manual do agente financiador, a proposta foi considerada inovadora, uma experiência piloto de concepção, elaboração, sistematização e implementação, pois prioriza a permanência das famílias de baixa renda em áreas urbanizadas, considerando a participação da população desde a

concepção até a sua implementação, através de um conselho denominado Conselho de Fiscalização e Monitoramento (CFM), constituído de 42 pessoas.

É importante ressaltar que o que fez a diferença no referido plano foi a participação dos sujeitos locais desde a concepção até a implementação. A participação se deu através do processo de planejamento que foi socialmente construído, onde os moradores foram motivados a discutir, refletir e propor alternativas de melhorias de infra-estrutura urbana, sistema viário, meio ambiente, geração de emprego e renda, habitação, educação ambiental e equipamentos comunitários. A metodologia de trabalho do PDLRP aliou participação comunitária, capacidade técnica, equipe multidisciplinar e interinstitucional, integração e formação teórico-metodológica continuada, registro das práticas, reconhecimento das formas de ocupação preexistente, valorização das representações sociais, integração entre a equipe que atua na área física e na social, produção de pesquisas e registro das atividades. O projeto foi pautado nas seguintes diretrizes: permanência das famílias no local, participação popular e controle social, fortalecimento das organizações populares e a prática do poder local. O projeto está pautado em três sub-programas: Mobilização e Organização Comunitária (MOC); Geração de Trabalho e Renda (GTR) e Educação Sanitária e Ambiental (ESA).



Foto 4: Membros do CCPP, CFM e CAT em reunião à margem do Igarapé Tucunduba.
Fonte: Arquivo Cleonice Macêdo/2004

4. 5. O Comitê Ambiental do Tucunduba.

Um dos resultados do trabalho de educação sanitária e ambiental do projeto PDLRP foi a formação do Comitê Ambiental do Tucunduba (CAT), em abril de 2002. Após a realização de um mini-curso denominado de “Meio Ambiente no Riacho Doce e Pantanal”, onde se discutiu o meio ambiente, a partir das representações sociais dos sujeitos locais, oportunidade em que setenta e quatro pessoas, das cento e vinte que participaram do curso se dispuseram a fazer parte do Comitê Ambiental. O referido Comitê é formado por pessoas de diferentes idades, sexo, escolaridade, profissões. São mulheres, jovens, idosos, donas de casa, estudantes do movimento de alfabetização de jovens e adultos, de pedagogia, de nível médio, fundamental, letrados, artistas plásticos, operários, vendedores ambulantes, empregadas domésticas, católicos, umbandistas, espíritas, evangélicos, todos empenhados em trabalhar em favor do meio ambiente e no resgate do igarapé Tucunduba.

Percebe-se que a composição do CAT é marcada pela diversidade de seus agentes em múltiplos aspectos, o que se constitui numa riqueza cultural e simbólica significativa, uma interlocução de saberes entre o mais novo, o analfabeto, o letrado, operários, artistas plásticos e assim por diante.

O mais velho que na comunidade chegou, teve a oportunidade de ver, sentir e viver, um Tucunduba que tinha peixes, água limpa, árvores, pássaros e repassa ao mais novo o que teve a oportunidade de ver, conforme depoimentos a seguir,

Tinha uma época que eu queria que tu visse a noite, principalmente noite de luar quando a maré estava grande, ficava todo mundo aí no Tucunduba, ficava aquela fileira de pessoas tudo pescando até altas horas da noite, agora dá muita pouca, algumas pessoas depois que o igarapé ficou poluído. Olha sem mentira nenhuma eu pegava até camarão nessa época. O igarapé era tão limpo, tão bom que ele tinha até um balneário que as pessoas vinham tomar banho. Tinha um bosquinho, e depois acabou o bosquinho, era um bosquinho mesmo, era um ponto turístico. Tinha também fazenda, às vezes a gente ia tomar banho e acontecia algum imprevisto, porque as vezes a gente ficava tomando banho e dava de cara com búfalo. Nos tínhamos um bacurizeiro muito grande e quase na entrada do Riacho Doce nós tínhamos a Samuameira.(S.F.- Riacho Doce).

A gente vinha lá da Terra Firme pra apanhar açai aqui, entrava no mato pra apanhar açai aqui, e olha que eu não sou tão velho eu tenho 38 anos. (M.S- Riacho Doce).



Foto 5: Membros CAT e CFM, na luta pelo resgate do igarapé e por políticas públicas.
Fonte: Arquivo IAGUA/2007.



Foto 6: Membros do CAT, empenhados na defesa do resgate do igarapé Tucunduba.
Fonte: PMB/2002

4.6. Meio Ambiente na percepção dos moradores do Riacho Doce e Pantanal.

Meio ambiente é uma expressão polissêmica que embora seja bastante conhecida, não costuma ser definida com clareza. É bastante comum confundirmos meio ambiente com fauna e flora, sempre ligado ao aspecto ecológico. As maiorias das pessoas não percebem que são parte integrante do meio ambiente. Percebe-se que não há um consenso sobre o conceito de meio ambiente.

Segundo Medina (1994, p.19) o conceito de meio ambiente vem evoluindo ao longo dos tempos. De uma ótica em que se considerou o meio ambiente a partir de seus aspectos

biológicos e físicos, passou-se a uma concepção mais ampla em que o essencial são seus elementos econômicos e sócio culturais, evidenciando a correlação entre eles.

Carvalho (2006, p.217), diz que: “o meio ambiente enquanto objeto científico é visto às vezes como tendo dois componentes: um ligado às ciências da natureza, que toma a natureza não humana no âmbito dos ecossistemas e na perspectiva da ecologia, que estuda as relações entre os seres vivos, animais, vegetais, e destes com o meio ambiente natural; e, outro, ligado às ciências sociais que toma a natureza humana no âmbito da sociedade e na perspectiva da economia social, que estuda as relações entre as classes sociais e destas com o ambiente social”.

Reigota (2002, p.14), conceitua meio ambiente como “o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído”. Conforme Reigota o meio ambiente é percebido pelas pessoas em função das suas representações, conhecimento específico e experiências cotidianas nesse mesmo tempo e espaço.

Para alguns autores o conceito de meio ambiente não deve englobar apenas o aspecto ecologista, mas englobar o meio social, cultural, político, e não somente o meio físico, mas deve-se considerar as inter-relações entre meio ambiente natural e a natureza, seus aspectos biológicos, sociais, culturais, históricos.

De acordo com Luft (2001, p.513) percepção é a ação, o efeito ou faculdade de perceber, ter idéia de algo, entender, compreender. Como as pessoas vêem determinado tema, como os moradores no caso do Riacho Doce entendem o que é meio ambiente.

Sobre percepção ambiental Ferrara (1993) afirma que a mesma gera conhecimento a partir da informação retida, codificada naqueles usos e hábitos. Significa, portanto informação na mesma medida em que gera informação: usos, e hábitos são signos do lugar informado que só se revela na medida em que é submetido a uma operação que expõe a lógica da sua linguagem. A essa operação se dá o nome de percepção ambiental.

Nota-se no depoimento das pessoas que vivem nessas áreas que a relação homem x natureza é muito presente, apesar de toda degradação ambiental que houve a relação com o rio é muito forte, existe a necessidade de manter a qualidade do meio ambiente, o que resulta em elevação de sua própria condição humana e, portanto, da sua auto estima e da qualidade de sua vida. Isso é percebido no esforço que as pessoas fazem para preservar seu meio, em preservar o rio, no interesse pelas atividades ligadas ao meio ambiente, em fazer parte do comitê ambiental, isso pode ser percebido nas atitudes, nas denúncias que fazem, nas palavras, nos depoimentos, nas poesias em homenagem ao igarapé Tucunduba e ao meio ambiente.

Nos depoimentos a seguir, observa-se que a percepção que os moradores têm de meio ambiente é a ampla e não relacionam meio ambiente apenas a elementos naturais como fauna e flora, rio, árvores, animais. Percebem o meio ambiente numa visão de relações entre o homem e a natureza, relacionando também o direito a cidadania, a justiça social, à vida com dignidade, a preocupação com o futuro sem deixar de relacionar o igarapé Tucunduba, bastante presente em todos os depoimentos, demonstrando a preocupação com a destruição do mesmo e a preocupação com o resgate do igarapé já bastante degradado. Destacam a importância do meio ambiente para os mesmos tanto no aspecto histórico, cultural e econômico, conforme podemos observar nos depoimentos a seguir,

Meio ambiente pra mim é tudo, é o homem se relacionando com a natureza, que a gente tenha lazer, saúde, educação, é vida. Se não cuidarmos dele, daqui mais uns anos como é que vai viver as nossas crianças, nossos rios, portanto é tudo, é vida, é não poluir o igarapé.(M.P., integrante do CAT)

Meio ambiente pra mim é o homem, no todo no planeta terra, é lazer, é educação, é tudo que existe no país, nosso planeta (P.S.T., integrante do CAT)

A gente entende que o meio ambiente não é só o rio, o lixo que é jogado na rua mas é todo sistema que existe na sociedade. É também a poluição sonora, a doenças. Nós defendemos o meio ambiente porque a sociedade precisa dele para sobreviver. Ah! também pra mim, meio ambiente é ver o Igarapé Tucunduba recuperado .(E. S., Riacho Doce).

(...) Se não cuidarmos do nosso meio ambiente, não terá vida no futuro, porque dependemos totalmente da natureza (E. A, integrante do CAT).

Pra mim meio ambiente é o ar, a terra, a saúde, a educação, o dia de amanhã que a gente deve pensar bem sobre a água, que está uma polêmica, quem sabe daqui a uns anos a gente não tenha mais essa água doce que a gente tem hoje, então a gente tem que preservar a água, a natureza, as aves porque um dia não só a gente como as crianças vão precisar disso (J. O., integrante do CAT).

É essencial para a vida de todas as espécies. Por isso devemos preservá-lo (E. P. moradora do Riacho Doce).

Pra mim meio ambiente é tudo que envolve o espaço que a gente vive, nós fazemos parte do meio ambiente. É ter saúde, educação, é ter um rio não poluído, é não ter poluição...O rio é nossa vida, queremos muito que ele viva porque precisamos dele, precisamos de água, não vivemos sem ela. Não queremos perder o rio, temos que lutar pra que ele reviva. A minha maior felicidade foi quando um dia desses eu ouvi uns pássaros cantando aqui na beira do rio. Eu tenho muito interesse que o rio reviva, eu luto por isso, por ele passa mercadorias. (M. F. – Pantanal)

Outro fato importante a considerar sobre a percepção que os pesquisados tem sobre meio ambiente é quando falam sobre o comportamento das pessoas que moram nessas comunidades, da união, da educação. A percepção de que meio ambiente é conservar, é preservar, de que o meio ambiente é necessário à vida e sempre demonstrando a relação entre o homem e a natureza, explicitadas nos depoimentos a seguir,

(...) Eu acho que pra melhorar o nosso meio ambiente a gente tem primeiro que se unir, chegar na comunidade e conversar, tentar repassar tudo que a gente sabe (M.D., integrante do CAT).

O meio ambiente é o lugar onde todas as pessoas vivem. Não importa o qual é. Desde que seja limpo, conservado e preservado seja qual for o ser humano. Temos que conscientizar para preservar a nossa vida. Seja companheiro da natureza para viver. Seja educado meu amigo, não suje, não destrua para ter mais vida. (S. S., Riacho Doce).

Para nós termos um bom meio ambiente, precisamos nos unir e conscientizarmos que a higiene é necessária em nossas vidas, para que possamos gozar de boa saúde (L.T., moradora do Riacho Doce).

Meio ambiente é não jogar lixo no igarapé e na rua, é conscientizar os moradores para os cuidados com a nossa comunidade (P. T., Riacho Doce).

A percepção dos moradores sobre o meio ambiente também está associada à questão do lixo jogado nas ruas e no igarapé, demonstram a importância novamente em preservar o igarapé, ficando claro a indignação com os que insistem em jogar lixo e prejudicar o meio ambiente, aos que agridem a natureza sempre relacionando o homem nesse processo,

Meio Ambiente é cuidar da área onde moramos, não jogar lixo na rua, não cortar as árvores, é zelar pelo nosso meio ambiente, não deixar jogar lixo no nosso igarapé (I. D. - Riacho Doce).

Meio Ambiente engloba tudo, as pessoas, o rio tudo. É não agredir a natureza, por exemplo, é preservar o nosso igarapé, porque precisamos dele. O ser humano está prejudicando ele mesmo quando joga lixo no igarapé, joga casco de geladeira e até paneiro. (M. P., Riacho Doce).



Foto 7: Moradores em caminhada pela paz e pelo resgate do igarapé Tucunduba.
Fonte: Arquivo IAGUA/2007



**Foto 8: Reforma de barco à margem do Igarapé Tucunduba.
Fonte: PMB/PDL/2003.**

Está presente também na percepção dos pesquisados quando se referem ao meio ambiente as heranças culturais, a história, à riqueza existente na Amazônia, a preocupação com os que dilapidam a região e também falam como ribeirinhos amazônicos que constroem ao longo da história uma relação muito próxima com o rio.

É a gente preservar as nossas heranças culturais, nossos recursos econômicos, sociais, nossos rios, tudo, principalmente nós que vivemos na Amazônia que é olhada pelos países do primeiro mundo com interesse econômico (R. C. – Riacho Doce).



Foto 9: O uso do igarapé para realização do círio fluvial de N.Sr^a. de Aparecida
Fonte: PMB/PDL/2003

Meio Ambiente na percepção dos pesquisados também é ter lazer, é viver bem consigo mesmo, estando em sintonia com a natureza. Mas também há certo pesar sobre a poluição do igarapé, conforme depoimentos a seguir,

“É viver num local onde possa ter lazer, onde possa se ter uma visão melhor da natureza, onde se possa viver de bem consigo mesmo. Na adolescência tomávamos banho no igarapé” (A.T. – Riacho Doce).

“Na adolescência tomávamos banho no igarapé Tucunduba, na época ele era limpo, cercado de floresta, onde todos se divertiam aquela época o rio não era tão poluído, para nós era um local de lazer. Ao longo do tempo o igarapé foi sendo tomado pelas palafitas e lixo, ficou completamente poluído” (J.L. – Riacho Doce)

No decorrer da pesquisa constatou-se que a percepção que os pesquisados têm sobre meio ambiente está intimamente ligado ao igarapé Tucunduba, apesar de bastante degradado é de suma importância para os moradores, serve de entrada e saída de mercadorias e pessoas, é importante culturalmente, historicamente e economicamente, pois através dele realizam o círio fluvial, tomam banho, principalmente as crianças, a maioria sabe nadar. É costume no local as pessoas saírem para pescar no rio Guamá e nas ilhas próximas como Combu e outras. A pesca garante a subsistência de algumas famílias que saem também pelo igarapé para fazer roças nas ilhas e cidades próximas.



Foto 10: A cultura ribeirinha de tomar banho no rio.
Fonte: PMB/PDL/2002.

Diante de todas essas atividades e uso do igarapé que serve também para entrada e saída de mercadorias, também tem garantido lazer. Meio ambiente para eles está intimamente ligada a essa relação homem x natureza, sendo o igarapé vital para a vida dos moradores locais. O interesse maior dos moradores quando se referem ao meio ambiente é de resgatar o rio e a problemática do lixo também está bastante presente na fala dos pesquisados. Percebem que a destruição do meio ambiente ameaça a vida humana.

Percebem que preservar a natureza é importante, mas não basta apenas preservá-la, é preciso manter as relações econômicas, sociais, para que seja construída uma sustentabilidade que permita o acesso não só aos recursos naturais, ao rio, mas também que garanta os direitos humanos em sua totalidade. A luta pela melhoria do meio ambiente inclui não só a preservação dos recursos naturais, mas condições de habitabilidade para essas pessoas, como saneamento básico, habitação digna, recuperação de ruas, construção de equipamentos urbanos, áreas de lazer, escolas e outros.



Foto 11: A importância do igarapé para a economia local. Entrada de madeira.

Fonte: PMB/PDL/2004

Constata-se que apesar da luta dos moradores pelo resgate do rio e por melhoria das condições de vida, percebe-se atualmente a ausência de políticas públicas, principalmente referentes ao meio ambiente, o que leva a população local a viver sem nenhum atendimento ao espaço que o cerca. Pois, a luta ambiental além de ser um direito da população é dever constitucional. A preservação do meio ambiente requer ações de todos, da sociedade civil, mas também do poder público, visando uma consciência sócio-ambiental para que se encontre soluções ambientais para os moradores do Riacho Doce e Pantanal.

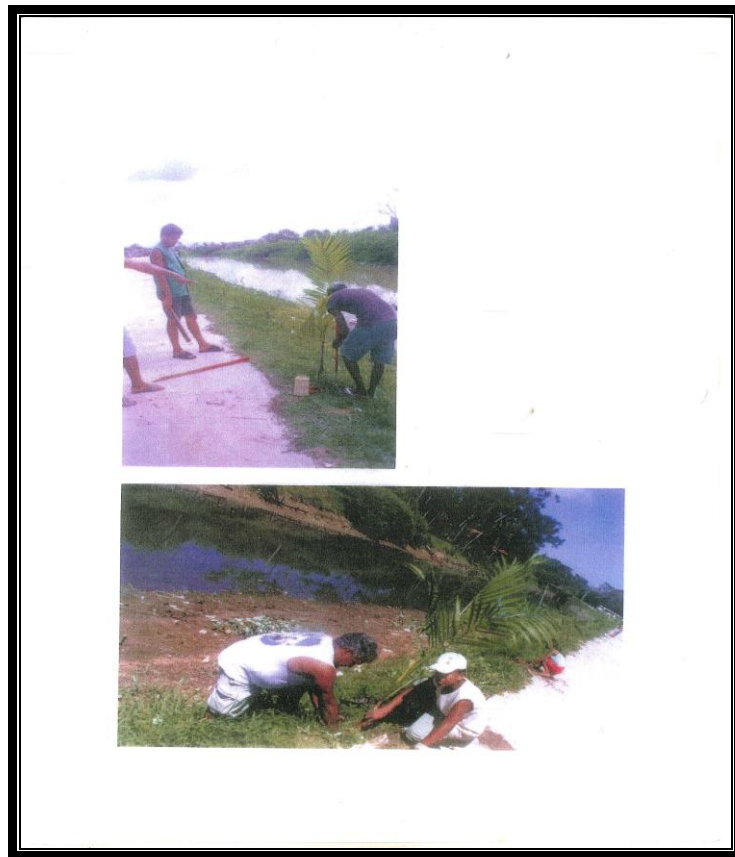


Foto 12: Plantio de mudas à margem do igarapé
Fonte: PMB/PDL/2002

O meio ambiente é percebido através de um conjunto de informações não só seu aspecto natural, mas no aspecto das relações sociais, dos problemas enfrentados pelos moradores locais. Um tema bastante presente que nos chamou a atenção durante a pesquisa foi a preocupação com a questão da violência principalmente entre os jovens que reclamam da falta de políticas públicas não somente com relação ao problema ambiental, mas com relação a outros problemas sociais enfrentados pelos moradores em seu cotidiano e também sobre a atuação da Universidade que fica localizada em frente as duas comunidades estudadas, conforme depoimentos abaixo,

Nós lutamos pela melhoria do nosso meio ambiente, e tem um problema muito sério aqui, é o problema da violência que cresceu absurdamente, principalmente entre os jovens. Se você for ali na Seccional do Guamá, você vai ver as celas lotadas de jovens. (M. S., - Pantanal).

O governo pouco faz, nós já pedimos audiência pública com a secretaria de segurança pública para discutir o problema da violência e nada foi feito, os jovens não tem emprego, não tem lazer, e como não tem o que fazer vão assaltar, a violência está demais, não estão livrando nem a nossa cara, nós que moramos aqui perto deles (M.F.,- Pantanal).

Para diminuir a violência acho que deveria ter um grande projeto em parceria com a Universidade, porém a Universidade não é nossa parceira, a gente não consegue nada da Universidade. Quem dera que a gente pudesse agregar a equipe da Universidade de ginástica, de esporte, a biblioteca da Universidade, são tantos cursos. Tem muita coisa que a Universidade poderia fazer, ela tem o Núcleo de Meio Ambiente, poderiam fazer extensão aqui com a gente, mas não. Sabe qual foi a

extensão que a Universidade fez ultimamente aqui? Deu aquele terreno em frente do Pantanal para a Prefeitura jogar lixo e entulho, aí os vândalos tocaram fogo no lixo, foi horrível, tivemos que nos mobilizar, denunciar na imprensa para que o problema fosse solucionado. (F.M. Pantanal).

Os alunos da Universidade aproveitam da nossa comunidade para fazer trabalhos, depois somem. A gente parabeniza esse interlocução que temos com o PARU, mas os alunos da Universidade geralmente quando se formam somem daqui. A Universidade poderia dar muito mais, ela tem tudo que a comunidade precisa, ela tem educação, tem escola de arte, ela tem alunos de odontologia, de medicina. (E. S.- Riacho Doce).

Esses depoimentos refletem o não envolvimento das instâncias governamentais, tanto a nível municipal, estadual, federal e inclusive a Universidade enquanto centro de ensino, pesquisa e extensão. Inclusive foi constatado por nós que atualmente não há nenhuma articulação dessas instâncias com os moradores.

CONCLUSÃO

Historicamente, a vida social, econômica e cultural na cidade de Belém, sempre foi associada à existência de rios e igarapés. Porém, ao longo dos anos os governantes não deram a devida importância para a preservação dos mesmos, o que poderia nos dar o título de

“Veneza Brasileira”, quão era o número de igarapés e furos existentes que foram degradados e transformados em valas.

Prevaleceu a idéia de que era mais simples e eficiente transformar esses valiosos elementos vivos da natureza, que compõem o ambiente natural das cidades ribeirinhas, em simples vias públicas ou valões para descongestionar o tráfego de veículos ou de pedestres ou para “embelezar” a cidade, sem nenhum respeito ao meio ambiente.

O que predominou foi a lógica capitalista de cidade moderna e global, que deve reproduzir os modelos artificiais dos grandes centros urbanos, onde o que importa é construir os grandes símbolos do capitalismo como largas avenidas, suntuosos prédios, enormes centros comerciais, grandes indústrias e outros, adotando práticas higienizadoras, reforçando a segregação sócio-espacial e desconsiderando as características naturais, sem considerar com a cultura dos moradores locais que sempre compartilharam suas vidas com as águas.

Nas cidades amazônicas essa postura adotada pela maioria dos governantes, teve sustentação ideológica no movimento de modernização, que pregoava o desenvolvimentismo para a região Amazônica, sem garantir a preservação do meio ambiente natural da cidade e com os hábitos, modos de vida e identidade ribeirinha dos moradores. Os rios e igarapés, patrimônios naturais das coletividades, foram deixados de lado pelos planejadores, não sendo vistos como atenuantes de problemas sérios das cidades, como abastecimento de água, obtenção de alimentos, vias de transportes e espaços de lazer.

O estudo realizado mostra que a Bacia do Tucunduba e, conseqüentemente o igarapé Tucunduba, também foi alvo desse modo excludente de governar, submetido à lógica da sociedade capitalista, e somente a partir do ano de 2001, com uma outra concepção de governo baseado na democracia, é que parte da Bacia experimentou uma nova cultura política, com envolvimento dos moradores locais, com um planejamento socialmente construído e com inversão de prioridades, iniciado a partir daí um processo de resgate do igarapé para a cidade.

Porém, essa nova forma de pensar a cidade, valorizando a autonomia das parcelas organizadas e com respeito ao meio ambiente sofreu um retrocesso com a mudança do gestor municipal a partir do ano de 2004.

Os resultados obtidos nessa pesquisa mostram quanto os moradores locais valorizam o igarapé, que embora degradado, continua sendo importante para eles, pois por ele passa a vida. Revelando assim que o grande interesse demonstrado pelos moradores pelo tema ambiental, está intimamente ligado à relação que eles construíram com o igarapé, com as águas. Pelo igarapé transportam mercadorias, fazem mudanças, tomam banho, é espaço de contemplação e lazer, saem para pescar, saem para passear, por ele passa o círio fluvial.

Conclui-se o quanto o igarapé é importante para eles, faz parte da história, da cultura, da identidade ribeirinha que é muito forte.

Ficou evidente na nossa pesquisa a convivência com a cultura ribeirinha, ou seja, a reprodução desse modo de vida em plena cidade de Belém. Percebe-se a presença da cultura ribeirinha no cotidiano dos moradores, através do comportamento dos mesmos quando contemplam o igarapé, usam como lazer, como veículo de escoamento de pessoas e mercadorias, saem para pescar, fazem mudanças, realizam o círio fluvial. Ou seja, a relação com igarapé é muito forte. Apesar de degradado e poluído, o igarapé é vital para preservar e reproduzir essa cultura, ou seja, está muito presente na vida dos moradores a identidade amazônica, a história. Daí a importância de não deixar essa cultura acabar não deixando o igarapé morrer e resgatando-o para a cidade.

Chegamos à conclusão, a partir da análise dos relatos – que embora no âmbito do senso comum, sem referências científicas - os sujeitos pesquisados em sua maioria não percebem meio ambiente apenas pelo seu aspecto ecológico, relacionando apenas questão da fauna e da flora, meio ambiente para eles é muito mais, é o homem se relacionando com a natureza, é ter direitos sociais garantidos, é ter saúde, educação, segurança, transporte, emprego, enfim, é ter cidadania.

No que pese a luta dos moradores locais na defesa do meio ambiente, no resgate e preservação do igarapé, observou-se atualmente não tem nenhuma política ambiental para a Bacia do Tucunduba, encontrando-se totalmente abandonada pelo poder público. Há falta de esgotamento sanitário, os dejetos são lançados direto no igarapé, sem nenhum tipo de tratamento, comprometendo a qualidade sanitária e ambiental. A qualidade e o abastecimento de água são precários, a coleta de lixo e entulho é deficiente.

A Bacia também foi alvo do desenvolvimento excludente e gerador de degradação sócio-espacial e ambiental, do crescimento desordenado, sofrendo ação do desmatamento de pessoas com necessidade de moradia, que se instalaram também em cima do leito do igarapé Tucunduba, muitas vezes incentivados por políticos inescrupulosos e clientelistas que prometiam melhorias e desapropriação das áreas.

Em todo esse processo é preciso desmistificar dois mitos presentes desde a Conferência de Estocolmo, de que a culpa pelos problemas ambientais são dos pobres e do crescimento demográfico, quando na verdade o principal causador dos problemas ambientais deve ser atribuído ao modelo de desenvolvimento, específico do sistema capitalista, que exclui, degrada, explora.

É necessário que seja construída uma nova mentalidade sócio-ambiental onde a sustentabilidade seja o caminho e que sejam levadas em consideração todas as dimensões, não apenas a econômica, mas a ambiental, a social, a cultural. É importante preservar o meio

ambiente, mas não apenas preservá-lo, é necessário manter relações econômicas, sociais, culturais, históricas que não sejam predatórias, para que se possa construir uma sustentabilidade que permita melhor distribuição de renda, acesso aos direitos sociais e garantia dos direitos humanos em sua totalidade.

Acredito que o presente trabalho contribuirá para reflexões futuras no que diz respeito principalmente à implementação de políticas públicas (hoje ausentes) não apenas relacionadas ao meio ambiente, junto aos moradores da Bacia do Tucunduba, que leve em consideração o resgate do igarapé, na perspectiva da construção de uma sociedade mais participativa e equilibrada ambientalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELÉM, Auriléia Gomes. **Urbanização e Remoção: por que e para quem?** Belém, CFCH/NAEA/UFPA, 1989 (Coleção Igarapé)

ASCELRAD, Henri (org). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.** Rio de Janeiro, DP&, 2001.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudança da agenda 21.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BARBOSA, Maria José de Souza, (Org.) **Estudo de Caso: Projeto Tucunduba**, Belém: Centro Sócio Econômico, UFPA, 2003.

BANERJEE, Subhabrata Bobby. **Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza** in FERNANDES, Marcionila, GUERRA (orgs.). *Contra – discurso do desenvolvimento sustentável – 2. ed. ver. – Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.245p.*

BAVA, Silvio Caccia. (org.). **Desenvolvimento Local**. São Paulo, Polis, 1996.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. Vol.1. Martins Fontes. São Paulo. 1997.

CARVALHO, David Ferreira. **Desenvolvimento sustentável e seus limites teóricos metodológicos** in FERNANDES, Marcionila, GUERRA (orgs.). *Contra – discurso do desenvolvimento sustentável – 2. ed. ver. – Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.245p.*

CASTRO, Edna. **A questão da água na grande Belém**. Casa de Estudos Germânicos/Fundação Heinrich Boll. Belém – Pa. 2004.

COELHO, Maria Célia Nunes. **Impactos Ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa**. In GUERRA, Antonio, CUNHA, Sandra. (orgs). *Impactos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA. Antonio José Lamarão. **O Espaço das Ilusões: Planos Compreensivos do Planejamento Urbano da Região Metropolitana de Belém**. Tese de Mestrado, Belém, NAEA/UFPA, 1992.

CORRÊA. Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo. 2005. Editora Ática.

CRUZ. Ernesto Cruz. Belém. **Aspectos geo-sociais do município**. Rio de Janeiro, 1995, Vol. I. Biblioteca Pública do Pará, 282 p.

FERNANDES, Marcionila in GUERRA, Lemuel, org. **Contra Discurso do Desenvolvimento Sustentável**, Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006. 245 p.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Olhar Periférico: Informação, Linguagem, Percepção Ambiental**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

FERREIRA, Carmena Fadul. **Produção do espaço urbano e degradação ambiental: um estudo sobre a várzea do Igarapé Tucunduba (Belém – Pará)**. 1995. (Dissertação de Mestrado em Geografia Física). Departamento de Geografia/USP. 1995. 170 p.

FISCHER, Tânia. **Poderes Locais, desenvolvimento e Gestão – introdução a uma agenda**. In. FISCHER, Tânia. (org.) **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador. Casa da Qualidade, 2002.

FURTADO Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. **Políticas Urbanas e Serviço Social**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Escola de Serviço Social. Apostila. Rio de Janeiro, 2006.

GUIMARÃES, R. p. **Agenda 21 e desenvolvimento sustentável: o desafio político da sustentabilidade**. In: Debates sócio-ambientais, ano IV, nº 11. São Paulo. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. 1998.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo. Editora Hucitec. Tradução de Armando Correa da Silva. 1980.

HOBBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

HOGAN, D. J. P. **Pobreza, Poluição e Prioridades: considerações sobre meio ambiente e cidadania**. Campinas. Unicamp, Textos Didáticos, n.3, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (1984).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2000).

JACOBI, Pedro. **Meio Ambiente Urbano e Sustentabilidade**. In; CAVALCANTI, Clóvis (org.). São Paulo: Cortez. Recife. Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. 2ª ed. Martins Fontes. Março, 1997.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo de Souza (orgs). **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate**. 2ª ed – São Paulo. Cortez, 2002.

LUFT. Pedro Celso. **Minidicionário Luft**. São Paulo. Ática, 2001.

MARICATO, Ermínia. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias**. In ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **Revista FENAE Agora**. Edição 3 – ano 6. São Paulo. 2003.

MARQUES, Maria Amélia da Silva Pinto. **Planejamento e gestão urbana no Município de Belém (1997-2000 0: práticas e representações sobre a política de saneamento ambiental a partir da experiência de intervenção na Bacia do Tucunduba**. UFPA/NUMA. Belém. 2001. (Dissertação de Mestrado).

MEDINA. Nana Naninni. **Amazônia: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental. Documentos Metodológicos**. Brasília: IBAMA, 1994.

MEIRA FILHO, Augusto. **Evolução Histórica de Belém do Grão Pará: fundação e história**. Belém: Grafisa, 1976.

MITSCHEIN, Thomas A., MIRANDA, Henrique Rodrigues de PARAENSE, Maricele de Campos. **Urbanização Selvagem e Proletarização Passiva na Amazônia: O caso de Belém**. CEJUP, 1989.

MOREIRA, Eidorfe. **Obras Reunidas**. Belém. CEJUP, 1989.

MUELLER, C. C. “**Problemas ambientais de um estilo de desenvolvimento: a degradação da pobreza no Brasil**”. Ambiente e Sociedade, Campinas, 81-101, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo. Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40 p.

OTTERLLO, Aldalice, SAMPAIO Jane, MARCIA Silva, FIDALGO, Maria Betânia, COSTA, Maria das Graças (Org.), **Educação Ambiental: fortalecendo a cultura de rede nas escolas do Tucunduba**. Belém. PROSEI, 2005.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Estudo da Geografia Urbana**. Séries José Veríssimo. Belém Pará. I e II vol. UFPA. Belém, 1968.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Concepção Geral do Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal**, 2002, Belém.

RAMOS, José Messiano trindade. **Entre dois Tempos, um estudo de caso sobre o bairro do Guamá** /Escola Frei Daniel/Patrono – Belém, 2002.

RECANSES, Adreu Viola. **La crises del desarrollismo y el surgimento de la antropologia del desarrollo.** In: Recanses, Adreu Viola (org.). *Antropologia do desarrollo: teorias y studios etnográficos en América Latina.* Barcelona: Paidós, 2000.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos)

REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e Representação Social.** Coleção Questões de Nossa Época, 5ª ed – São Paulo, Editora Cortez, 2002.

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Aventura Urbana: Urbanização, Trabalho e Meio Ambiente.** NAEA/UFPA, Belém, 1996.

_____. **O Mito da Sustentabilidade Capitalista.** Artigos do Prefeito. Belém. 2003.

_____. **Planejamento sócio-territorial participativo de Belém: O Congresso da Cidade.** In SOUZA, Maria Adélia (org.). **A MetrÓpole e o Futuro: Refletindo sobre Campinas: Campinas.** Edições Territorial, 2008.

SACHS, Ignacy. **Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política** in Arbix G, Aramovay R, Zilbovícius M. Razões e ficções do desenvolvimento. S. Paulo: Editora Unesp/EDUSP; 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Globalização e as Ciências Sociais.** São Paulo: Cortez, 2002.

SARGES, Maria de Nazaré. **Riquezas produzindo a Belle-Époque** – Paka Tatu, 2000.

SCOTTO, Gabriela in CARVALHO, Isabel Cistina de Moura, GUIMARÃES, Leandro Belinaso. **Desenvolvimento Sustentável.** Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2007.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. **Desenvolvimento Local e Gestão Participativa: concepção e práticas do PDL na ocupação urbana do Riacho Doce (Belém – PA).** Dissertação de Mestrado. UFPA/PDTU/NAEA, Belém, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de Souza. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 560 p.

SPIX e MARTIUS. **Viagem pelo Brasil** (1817-1818). Itatiaia. 1981. 4ª ed.

TRINDADE Jr, Saint Clair Cordeiro da. **Produção do Espaço e uso do solo urbano em Belém**. UFPA/NAEA, Belém, 1997.

VIEIRA, Paulo Freire e MAIMON, Dália (orgs.). **As Ciências Sociais e a Questão Social: rumo à interdisciplinaridade**. PED e UFPA, 1993. 289 p.